

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

HELOISA MILENA PAZZINATO PEREIRA

**A TIANXIA E O REALISMO MORAL REGENDO AS RELAÇÕES DA CHINA COM
ANGOLA E MOÇAMBIQUE (1975 - 2024)**

Santana do Livramento

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

P436t Pereira, Heloisa Milena Pazzinato
A TIANXIA E O REALISMO MORAL REGENDO AS RELAÇÕES DA CHINA
COM ANGOLA E MOÇAMBIQUE (1975 - 2024) / Heloisa Milena
Pazzinato Pereira.
119 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2025.
"Orientação: Kamilla Raquel Rizzi".

1. Tianxia. 2. China. 3. Angola . 4. Moçambique. 5.
Realismo Moral. I. Título.

HELOISA MILENA PAZZINATO PEREIRA

**A TIANXIA E O REALISMO MORAL REGENDO AS RELAÇÕES DA CHINA COM
ANGOLA E MOÇAMBIQUE (1975 - 2024)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 02/12/2025.

Banca examinadora:

Prof. Dr^a. Kamilla Raquel Rizzi
Orientadora
Universidade Federal do Pampa

Me. Cassiano Schwantes
Universidade Federal do Pampa

Me. Isabella Cruzichi
UFRGS

DEDICATÓRIA(S)

Dedico este trabalho a meus pais, Ana Rita e
Jair, a minha irmã, Giovanna Luiza,
e a minha avó, Genair.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade Federal do Pampa, por me proporcionar a capacitação necessária para o meu futuro profissional e a quatro anos de experiências novas. Em especial à minha Orientadora e Professora Kamilla Raquel Rizzi, por me guiar na construção deste trabalho e me apoiar nesse período final de minha graduação. Agradeço a todo o corpo docente que me acompanhou nessa trajetória, as aulas, as conversas, as orientações e conselhos.

À Ana Elíria Bonafé de Moura por me acompanhar nessa trajetória, aguentar meus surtos, meus incessantes dias falando que “quero ir embora”, aturar minhas piadas sem graça e cantorias, por ser uma ótima amiga, compartilhar o sushi de cada dia e as incertezas com o futuro e por ter automatizado os “Oi Ana” na minha cabeça e por se dizer ser minha fã quando eu sempre te admirei e sempre vou me inspirar em sua dedicação.

À Laura Cadaval de Lima, por me fornecer remédio às dores, filmes horríveis sobre pneus e ursos, e aos raros filmes bons, a contribuir com minha misandria e sempre fornecer sacadas imprevisíveis. Por orquestrar noites do pijama incríveis e sempre com ótimos papos e fofocas. Por me receber em feriados, me deixar ser a hater do Zuko e por sempre elogiar meus Brownies de gênero fluido.

À Eduarda de Cezaro Koehler, por sempre estar presente, me entender com olhares e incentivar meu anseio por fofocas e leituras duvidosas, obrigada por sempre me ouvir e dividir pensamentos. Por topar loucuras e alimentar desilusões em minha cabeça, por marcar de chorar e beber aleatoriamente comigo e compartilhar as tardes tomando sol no pátio da Universidade. Por compartilhar a família oposta mais parecida com a minha e oferecer paralelos estranhamente familiares e possíveis. E ainda por compartilhar sonhos comigo e sempre me apoiar. Agradeço também ao Senhor e Senhora Colher por me receberem em sua casa em meio a mais um semestre caótico, nos recebendo com carinho e matando um pouco do sentimento de saudade da família.

Ao Samuel Torres, por ser meu parceiro para toda obra, me aturar diariamente, fazer o mesmo caminho para casa trezentas vezes e discutir comigo muitas vezes sobre minha opinião quanto a qualidade duvidosa das músicas da Taylor Swift, por compartilhar projetos comigo e nunca deixar eu duvidar de mim mesma. Por compartilhar milhares de almoços e jantares duvidosos no restaurante universitário e

recheados de carnes macias “né bem?”. Pelas voltas duvidosas do Start, por me apoiar e sempre ver mais de mim, seja no âmbito acadêmico, artístico ou pessoal. Saiba que eu te admiro muito essa pessoa alegre que você é e espero que enxergue tudo de bom que vejo em você também.

À Carolina Batista, por ser fonte de inspiração para mim e compartilhar ansiedades do TCC. Por deixar eu estragar o Isaac, por topar algumas loucuras em noites sem grana a fim de um sushi. Pelas fofocas e conversas sobre o futuro, saiba que eu acredito muito em você e no seu futuro e sempre que precisar estou aqui, seja para surtos acadêmicos ou pessoais. E futuros mimos ao Isaac pra “estragar” ele só um pouquinho. Ao Gustavo Michels Langer, por me apresentar a Charli XCX e aguentar as minhas 1.300 repetições da mesma música dela nos Stories do Instagram. Pelas conversas, por tardes escrevendo o TCC e surtos na sua construção, pelos memes e figurinhas, pelas risadas e energéticos e por sempre validar minhas reclamações com o filtro de banana do Instagram.

À Andrea Paula por sempre oferecer acolho, me fazer lembrar dela todas as vezes que vejo um vinagrete, me acompanhar na abertura diária do RU, me amparar em disputas acadêmicas, a todo o carinho que demonstra ter por mim, e saiba que é recíproco, a ser um exemplo de pessoa e por me inspirar a liberar minhas amarras. À Letícia de Melo e Thamires de Carvalho Yassuda por estarem lá quando eu estava doente e me prestarem todo o auxílio que precisei, entre consultas, reclamações com médicos e updates para meus pais. Muito obrigada por cuidarem de mim! Obrigada pelas tardes no apartamento, pelos jogos do galo, pelos papos incessantes, tardes de fotografias ambulantes e por terem me enxergado quando eu mais precisei. À Raine Yumi Yassuda de Carvalho por ter surgido de repente se aconchegado entre a gente e do nada levado a Thamires daqui noiva e por proporcionar momentos de muita risada e felicidade. Estou morrendo de saudades de vocês.

Ao Lucas, Guilherme, Iannic, Christian e Juan, por me proporcionarem um novo vício, o RPG e muitos momentos de risadas incessantes e loucuras incontestáveis em todas as mesas, ações questionáveis e muitas noites de refrigerantes, pipoca e frango frito. Foi muito bom viver tudo isso com vocês e espero continuar quebrando ficticiamente várias regras e leis! Ao João Vitor, por ver em mim algo que eu não tinha reconhecido ou sequer notado, e me abrir uma porta maravilhosa nessa vida. Por sua amizade leal e persistente, na medida que mesmo as minhas falhas de comunicação

não te afastam de mim. Obrigada pelas conversas, conselhos, papos sérios e furados e por ser também uma inspiração na conquista dos sonhos.

À Helena, que apesar de eu ter me afastado foi a primeira pessoa a me recepcionar em Santana do Livramento e a se apresentar como um ombro amigo! Por me inspirar a sempre ter energia e ver que é possível um dia ter 30 horas. À Cúpula, por me proporcionar várias noites de *Resenha*, me irritarem com a constância das mesmas conversas e no final sempre acaba em risadas e papos políticos, bobos ou filosóficos — muitas vezes os três ao mesmo tempo. À Marina e Júlia, por me receberem na casa delas e me acolherem em domingos de Fórmula 1, pelas risadas, tardes de café e algumas intrusões em noites de Slides.

À Larissa Barilli, por estar comigo todos esses anos e ainda não ter me abandonado, ao ser uma amiga que persiste ao tempo e que sei que sempre posso contar. Por sempre separar um tempo para mim a cada seis meses nem que seja só para uma caminhada ou um sorvete. Também a sua família que sempre me recebeu de braços abertos e sempre foi muito querida comigo! À Bárbara Martinez, por todos os rolês e tardes na sua casa, no clube, no colégio ou somente andando pelo bairro, ainda me divirto lembrando de todos os momentos que tivemos nós três juntas.

À Talissa, minha quase gêmea de data de aniversário que colabora com meus impulsos de gastar dinheiro com cartas Pokémon e que me impulsionou para o mundo da cultura coreana. Por todos os nossos almoços no shopping, idas ao cinema, risadas e andadas pelo centro de Maringá. Ainda, a sua família por ser tão querida comigo, em especial a sua mãe e irmã. À Ana Carolina, por todas as risadas, saídas e vinhos tomados. Por todas as conversas cabeças, possibilidades de futuro dialogadas e nostalgias trazidas à tona em conversas. Pelos papos cabeça com a sua mãe e todos os descontraídos com seu pai e irmão.

À Professora Nathaly Silva Xavier Schutz, cuja postura ética, rigor científico e comprometimento com o conhecimento serviram como verdadeira inspiração acadêmica. Sua orientação durante a graduação e exemplo contribuíram significativamente para a construção deste trabalho. Ao Professor Renatho Costa pelas aulas de Cinema que inspiram e instigam o pensamento crítico e analítico, aos papos durante o almoço, ao me proporcionar um dia de gravações de seu filme e me instigar a fazer minhas produções artísticas.

À Professora Letícia Britto dos Santos pelas conversas, às noites descontraídas de pizza e vinho pelas conversas sobre saudades e ambições. Por ser

uma fonte de inspiração para continuar buscando e lutando diariamente e por ter apoiado logo no início de sua docência na Unipampa a fundar o GEMARI comigo e as meninas. Ao professor Balardim, por acreditar em meu potencial e reforçá-lo para mim em momentos de dúvidas, por correções e conversas, e muito obrigada pelos momentos inestimáveis de confraternização. Obrigada por apoiar a Arte com a sua coordenação do Las Ventanas e disposição para a realização de nossas exposições.

À meus pais, Ana Rita Pazzinato Pereira e Jair Pereira que sempre me ensinaram a ser gentil e a buscar meus sonhos. Que sempre me apoiaram no meu caminho e se dedicaram para a minha formação, sendo todos os dias fonte da minha vontade e inspiração para seguir em frente. Muito obrigada a tudo que me proporcionaram e continuam proporcionando, todo o carinho, todas as correções, todos os sorrisos e eu te amo ditos. Obrigada por terem várias vezes enfrentado o longo caminho até Santana do Livramento para vir me visitar, obrigada por atenderem a todas as minhas ligações incessantes e insistentes, por me ouvirem em momentos de tédio e de fofocas e por sempre estarem presentes mesmo que a 1.300 quilômetros.

À minha Irmã, Giovanna Luiza, por me aturar todos esses anos, me arrastar para viagens, shows e parques de exposição com ela. Por ter me introduzido a Luan Santana, por ter me inspirado a entrar para o mundo da leitura, por me deixar roubar suas roupas mesmo sem o seu conhecimento, por me arrastar por barzinhos e baladas. Por todas as nossas conversas, sérias, fúteis e psicológicas. Por querer me chutar quando estou perto e morrer de saudades quando estou longe. À toda a minha família por sempre me apoiar, me incluir semestralmente a medida das minhas idas e vindas a Maringá, sempre perguntarem por mim e me darem um alô mesmo que de longe e sempre fazerem um bingo, muitas vezes bichado.

*“I don’t know where this road will lead me but
I’ll let this fresh wind take me away”* (Stray
Kids, 2021)

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise abrangente da política externa da China desde 1949 até 2024, com foco especial nas suas relações com Angola e Moçambique. O estudo propõe responder como a formulação da política externa chinesa para Angola e Moçambique (1975-2024) pode ser explicada a partir das teorias da Tianxia e do Realismo Moral. Para este propõe: avaliar a história das relações entre China e os países de Angola e Moçambique; investigar o efeito da aplicação das teorias chinesas em relação a outras tentativas de atração de outros Estados; identificar as visões acerca da atuação chinesa nos respectivos países; e examinar como as teorias permitem a longevidade do abastecimento da China quanto às commodities. Para a composição do vigente trabalho foi realizada uma pesquisa utilizando-se do método científico hipotético-dedutivo, com base em uma abordagem qualitativa e de finalidade aplicada, na medida que se propõe contribuir para o aprofundamento dos estudos sobre as Relações Internacionais. Deste modo, o trabalho explora as bases históricas do posicionamento chinês no sistema internacional, destacando a ascensão do Partido Comunista Chinês (PCC) em 1949 e a subsequente ruptura sino-soviética, abordando a evolução da Política Externa Chinesa (PECh) em quatro fases distintas: a construção e alinhamento com Mao Zedong (1949-1976), o impulso da industrialização sob Deng Xiaoping (1978-1989), a maior participação em organismos multilaterais com Jiang Zemin e Hu Jintao (1989-2012), e a fase econômica da República Popular da China (RPC) sob Xi Jinping (2012-atualidade). O trabalho também investiga o histórico das relações entre a China e Angola, e a China e Moçambique, desde 1975 até 2024, incluindo os primeiros contatos e o papel da China em conflitos como a Guerra Civil Angolana. Finalmente, são exploradas as teorias chinesas da Tianxia e do Realismo Moral, analisando seus conceitos, estruturas teóricas e a convergência entre elas para compreender a regência das relações da China com os países africanos, demonstrado de que modo estas projetam o cerne da política externa da China para com os países africanos e outros. Baseando sua atuação em uma legitimidade moral adquirida com tempo e regularidade, bem como alterando a ordem vigente por meio de suas ações inclusivas e alternativas ao modo de atuação dos países do Norte-Global.

Palavras-Chave: China; Tianxia; Realismo Moral; Angola; Moçambique;

ABSTRACT

This work presents a comprehensive analysis of China's foreign policy from 1949 to 2024, with a particular focus on its relations with Angola and Mozambique. The study aims to answer how the formulation of China's foreign policy toward Angola and Mozambique (1975–2024) can be explained through the theories of *Tianxia* and Moral Realism. To this end, it proposes to: assess the history of relations between China and the countries of Angola and Mozambique; investigate the effects of applying Chinese theories in comparison to other attempts to attract foreign states; identify perspectives regarding China's actions in these countries; and examine how these theories support the longevity of China's access to commodities. For the development of this work, research was conducted using the hypothetical-deductive scientific method, based on a qualitative and applied approach, as it seeks to contribute to the advancement of studies in International Relations. In this way, the study explores the historical foundations of China's position within the international system, highlighting the rise of the Chinese Communist Party (CCP) in 1949 and the subsequent Sino-Soviet split. It discusses the evolution of Chinese Foreign Policy (CFP) across four distinct phases: the construction and alignment under Mao Zedong (1949–1976), the industrialization drive under Deng Xiaoping (1978–1989), increased participation in multilateral organizations under Jiang Zemin and Hu Jintao (1989–2012), and the economic phase of the People's Republic of China (PRC) under Xi Jinping (2012–present). The work also examines the history of relations between China and Angola, and between China and Mozambique, from 1975 to 2024, including the early contacts and China's role in conflicts such as the Angolan Civil War. Finally, the study explores the Chinese theories of *Tianxia* and Moral Realism, analyzing their concepts, theoretical frameworks, and the convergence between them to understand how they shape China's relations with African countries. It demonstrates how these theories project the core of China's foreign policy toward African and other countries, grounding its actions in moral legitimacy acquired over time and consistency, while simultaneously reshaping the existing order through inclusive and alternative approaches that contrast with the behavior of Global North countries.

Keywords: China; Tianxia; Moral Realism; Angola; Mozambique;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do território da China em 1941 e a sua fronteira atual	17
Figura 2 – Mapa do território de Angola	50
Figura 3 – Mapa do território de Moçambique	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Empréstimos Chinês por área de apoio em projetos de infraestrutura, 2000-2020.	93
Gráfico 2 - Angola — evolução das exportações de petróleo entre 2000 e 2016	100
Gráfico 3 - Examinando as mudanças nas Relações Angola–China (2000 - 2022)	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparativo quanto aos movimentos de libertação de Angola	58
Quadro 2 - Construções em Moçambique financiadas por órgãos chineses (2006-2023)	94
Quadro 3 - Construções em Angola financiadas por órgãos chineses (2006-2023)	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIIB	Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura
BM	Banco Mundial
COREMO	Comité Revolucionário de Moçambique
CS	Conselho de Segurança - ONU
CSS	Cooperação Sul-Sul
CSN	Comissão de Segurança Nacional
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FMI	Fundo Monetário Internacional
FTAAP	Área de Livre Comércio da Ásia-Pacífico
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
ITU	União Internacional de Telecomunicações
MFA	Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China (Ministry of Foreign Affairs)
MANU	Mozambique African National Union
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
ONU	Organização das Nações Unidas
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCC	Partido Comunista Chinês

PDA	Partido Democrático de Angola
PECh	Política Externa Chinesa
PIB	Produto Interno Bruto
RENAMO	Movimento da Resistência Nacional Moçambicana
RPC	República Popular da China
UA	União Africana
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
UNAMI	União Nacional Africana de Moçambique Independente
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas
UPA	União das Populações de Angola
PCP	Princípios da Coexistência Pacífica

SUMÁRIO

1.	172.
202.1 A República Popular da China e a ascensão do Partido Comunista	21
2.1 Fatores endógenos e exógenos	26
2.3 Política externa chinesa	30
2.4 Mao Zedong (1949-1976)	31
2.5 Deng Xiaoping (1978-1989)	39
2.6 Jiang Zemin (1993 - 2003)	44
2.7 Hu Jintao (2003 - 2013)	46
2.8 Xi Jinping (2013 - atualmente)	48
3.533.1	Relações China-Angola
	55
3.2 Relações China-Moçambique	65
4.744.1	Tianxia
	76
4.2 Realismo Moral	81
4.3 Semelhanças e diferenças as Teorias Ocidentais	85
4.4 A presença incipiente das Teorias nas relações internacionais chinesas	88
4.5 Novas dinâmicas e relações a perspectiva das teorias	91
5.	1096. 113

1. INTRODUÇÃO

A crescente atuação da China na África, em especial nos anos de 1990 a 2000, tornou-se um tópico com muito destaque quanto ao âmbito das relações políticas e econômicas. Com a intensificação dos laços diplomáticos e trocas comerciais geraram-se discussões e debates acadêmicos, que tem fomentado uma extensa produção bibliográfica, na qual o viés para a abordagem sobre o tema é majoritariamente negativo, tanto acerca da presença e influência quanto às diferentes interpretações sobre os reais interesses chineses, aos impactos para o desenvolvimento local africano e as dinâmicas de poder envolvidas.

Mediante este papel — no qual a China em sua grande maioria é atrelada — se faz necessário que se busque entender o ponto de vista chinês em relação ao estabelecimento de laços para com os países de Angola e Moçambique, a partir de um estudo de caso quanto a ligação destes para com a China, com auxílio da perspectiva das teorias chinesas da Tianxia e do Realismo Moral, utilizando estas como arcabouço teórico para compreender as relações sino-africanas e vindo deste modo a avaliar as relações dos dois países para com a China pelo viés das teorias da Tianxia e do Realismo Moral, a fim de analisar com outra perspectiva essas relações tão pré-julgadas atualmente.

Estas oferecem alternativas importantes ao pensamento hegemônico ocidental e predominante nos estudos de Relações Internacionais, os quais guiam o prejulgamento da atuação chinesa. Logo, a aplicação destas teorias ocorre para expor e examinar a ação chinesa, desenvolvida a partir de valores confucionistas e valorizando as visões de mundo do Sul Global, respeitando as tradições filosóficas, as estratégias políticas dos países envolvidos e ainda elucidando quais as suas implicações da aplicação dessas teorias e do modo de se fazer relações exteriores chinês e os resultados nos âmbitos político, econômico e estratégico. Tendo também como objetivos averiguar o efeito da aplicação das teorias chinesas em relação a outras tentativas de atração de outros Estados, a identificação das visões acerca da atuação chinesa nos respectivos países e refletir em como as teorias permitem a longevidade do abastecimento da China quanto às commodities.

Nesse contexto, os casos de Angola e Moçambique são particularmente significativos em razão do compartilhamento do histórico de lutas para a libertação nacional, nas quais a China teve um papel ativo ao apoiar os movimentos, aos

desafios quanto a construção de um Estado novo em meio a busca por reconhecimento, crescimento econômico e ao enfrentamento da dependência externa. Ainda, a escolha da análise das relações da China para com os dois países ocorreu em razão do papel importante que estes representam atualmente para a mesma, com Angola sendo um importante fornecedor de petróleo e Moçambique um ponto estratégico geograficamente para apoio e um fornecedor de produtos primários importantes para a consolidação do poder econômico chinês.

O laço com um país como a China se insere como um elemento-chave de suas estratégias de inserção internacional e desenvolvimento – em razão ao processo de desenvolvimento econômico rápido e efetivo chinês o qual diminuiu a taxa de pobreza a quase 1% num período de trinta e seis anos – e ainda representa uma alternativa a adoção de padrões ao projetar as relações do Sul-Global de maneira oposta a alternativa às trocas com o Norte-Global, demonstrando, em um certo nível, as transformações atuais na Ordem Global.

Nesta pesquisa, busca-se abordar o período temporal mais recente, de 1975 a 2024, retomando a participação chinesa durante o período de independência dos países, mas com maior enfoque no período após a formação Estatal de Angola e Moçambique, dado que anterior a este marco as relações eram reguladas por Portugal, em razão de seu domínio colonial. Assim, após o processo de libertação colonial dos Estados de Angola e Moçambique as relações entre os países e a China se tornam mais intensas. Logo, este recorte se justifica pela possibilidade de decisões que estes Estados obtêm ao se tornarem independentes e com menor influência colonial, possibilitando a adoção de novas questões ao seu cerne político quanto à nova postura para a inserção internacional desses estados.

Ainda, este recorte se justifica pelo crescente protagonismo da China no cenário internacional e pela consolidação de sua política de cooperação com países em desenvolvimento, especialmente por meio do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), estabelecido no ano 2000 em requisito dos países africanos, que tem como objetivo oferecer uma alternativa aos mecanismos tradicionais de assistência ao desenvolvimento, fortalecendo a cooperação econômica e as relações comerciais sino-africanas a fim de estabelecer uma nova ordem internacional, e o Fórum de Macau estabelecido em 2003, este é uma iniciativa chinesa com o objetivo de promover a cooperação econômica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa (Taylor, 2006; Rotberg, 2008).

Ao que se refere a metodologia deste trabalho fora adotado o método hipotético-dedutivo, partindo da hipótese que as teorias chinesas oferecem fundamentos que explicam e orientam as práticas internacionais da China com Angola e Moçambique. Com a pesquisa sendo guiada com base em uma abordagem qualitativa, por meio da qual se buscou compreender, descrever e interpretar as dinâmicas e significados implícitos às relações entre China, Angola e Moçambique à luz de teorias formuladas pela tradição filosófica chinesa. Desse modo as fontes deste foram obtidas por meio de extensa pesquisa bibliográfica, em livros e artigos acadêmicos publicados, além da análise documental de fontes diversas, como documentos oficiais, relatórios, entre outros.

2. POLÍTICA EXTERNA DA CHINA: A INSERÇÃO NO SISTEMA INTERNACIONAL E SEUS PRINCÍPIOS

No presente capítulo serão apresentadas as bases históricas da política externa da China no sistema internacional. Uma vez que se faz necessário entender a construção do posicionamento chinês, o contexto do cenário global possibilitou a formação da construção do Estado chinês e a inserção deste na esfera africana perante a formação de blocos econômicos e organizações africanas, com enfoque nas nações de Angola e Moçambique. A compreensão destes aspectos históricos e políticos possibilitam a compreensão das relações atuais e a análise das bases históricas que possibilitaram as dinâmicas das relações da China para com os países de Angola e Moçambique.

Desta forma, o primeiro capítulo aborda a política externa da China em relação ao seu desenvolvimento. Assim, apresenta-se o processo histórico da formação da China comunista, perpassando pela ascensão do Partido Comunista chinês (PCC) em 1949, a ruptura sino-soviética, a transição de poder pós Mao Zedong, o processo de industrialização da China, a sucessão de líderes que seguiram após Mao, a política externa destes e as modificações de visão quanto à atuação do PCC;

2.1 A República Popular da China e a ascensão do Partido Comunista

A República Popular da China é atualmente um dos países com maior população mundial e possui grande importância no sistema mundial político e econômico vigente, visto a amplitude de suas relações e sua grande participação quanto ao comércio mundial, apresentando um crescimento contínuo expressivo nos últimos anos. Milaré (2011) ao analisar o processo de industrialização chinês relata que o crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) chinês no período de 1979 a 2009 foi de 10% ao ano, enquanto o crescimento médio mundial se encontrava em 2,8% ao ano. Logo é expressiva a importância que a China obteve, a partir do seu processo de industrialização, tornando-se necessário que busquemos compreender o processo que possibilitou tal crescimento e as políticas que viabilizaram a multipolarização das suas relações.

Figura 1 - Mapa do território da China em 1941 e a sua fronteira atual.



Fonte: Encyclopædia Britannic, s.d, .

A China foi governada por um sistema imperial desde 221 a.C. até 1912 d.C, tendo como sua última dinastia a denominada Qing (Manchu), que veio a ocorrer no período de 1644 a 1912. Joseph (2017) aponta, que a queda do sistema imperial veio ocorrer pelo início de um período de declínio, que ocorreu surpreendentemente rápido e de modo radical. Este declínio teria sido acelerado por uma série de derrotas militares devastadoras e outras humilhações por potências ocidentais, que buscavam expandir o "livre comércio" para o Leste Asiático, começando na década de 1830, como aponta Da Costa ao se referir a este processo como um “eclipse”:

Certo ou errado esse entendimento, o fato é que a China sofrera “um eclipse relativamente rápido, mas profundo” (ROZMAN), que transcorreu no decorrer de cem anos, das Guerras do Ópio entre 1839-1842 e 1856-1860, travadas entre a Grã-Bretanha e a China, passando pelas guerras russo-chinesa (1858), franco-chinesa (1884-1885), sino-japonesa (1894-1895), sino-alemã (1898), até o fim da Segunda Guerra Mundial (Da Costa, 2016, pág.93)

Entre os embates e dificuldades que levaram à formação do Estado da China se encontram: o Imperialismo¹; e a ocorrência das Guerras do Ópio (1839-1842) e

¹a fase monopolista do capitalismo#, apontando que este se constitui com a concentração da produção e do capital, a fusão do capital bancário com o capital industrial, a exportação de capitais, a formação

(1856-1860), disputas perante a dificuldade chinesa de retenção de prata e a legalização e comercialização legal e ilegal de ópio. A vitória da Grã-Bretanha na Guerra do Ópio de 1840 e a assinatura do Tratado de Nanquim, que concedeu a coroa inglesa à colônia de Hong Kong, abriu o precedente à ocupação da China por potências estrangeiras e iniciou um processo de tratados desiguais (Mendes, 2011; Joseph, 2019).

Na Guerra do Ópio (1839–1842), a Grã-Bretanha impôs à China uma derrota humilhante e a forçou a assinar o Tratado de Nanquim, o primeiro de muitos acordos semelhantes, chamados de tratados desiguais porque a China cedia tudo... e nada recebia em troca. Essa guerra deu início a um século de agressões por parte das nações ocidentais contra a China, transformando o Reino do Meio em uma semicolônia, sujeita às exigências de diversas potências estrangeiras. Os tratados abriram portos comerciais ao longo da costa e do rio Yangtzé, onde assentamentos estrangeiros foram inseridos em cidades chinesas já existentes; alguns chineses, então, passaram a ser governados por estrangeiros (Joseph, 2019, pág 48, tradução nossa)²

Logo, perante as investidas do Ocidente, ocorreram tentativas de reformas que buscavam modernizar o país preservando valores tradicionais, mas não conseguiram deter o declínio, mediante a instabilidade interna e ao medo generalizado de que a continuação dos combates pudesse levar potências imperialistas a tirar proveito da instabilidade. Por conseguinte, a fundação da República da China veio a ocorrer em 1912, com a retirada do Imperador pu Yi do poder com a revolução Chinesa (Mendes, 2011; Joseph, 2019).

Entretanto, esta veio a sofrer com outro período de instabilidades internas marcado pela disputa entre Comunistas e Nacionalistas³. Chegando a um estado de estabilidade somente no ano de 1949, o qual marcou um ponto fundamental para o modo de atuação que a República Popular da China viria a ter (Mendes, 2011; Joseph,

de associações internacionais monopolistas de capitalistas e o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (Lenin, 2008, pág 87-88)

²In the Opium War (1839– 1842) Great Britain exacted China's humiliating defeat and forced on it the Treaty of Nanjing, the first of many such agreements, called the unequal treaties because China gave all...yet received nothing. This war opened a century of aggression by Western nations against China, transforming the Middle Kingdom into a semicolony, subject to the demands of many foreign nations. The treaties opened trading ports along the coast and along the Yangtze River, where foreign settlements were carved into existing Chinese cities; some Chinese then came to be ruled by foreigners

³A República da China, fundada em 1912 por Sun Yat-sen, dirigente do partido Nacionalista (Kuomintang) [...]. A partir da capitulação do Japão em 1945, a guerra civil entre comunistas e nacionalistas ganhou novo fôlego e terminou em 1949 com a vitória de Mao Zedong sobre Chiang Kai-shek, sucessor de Sun Yat-sen na liderança do Kuomintang. A 1 de outubro desse ano, Mao proclamou a República Popular da China; Chiang refugiou-se com o exército do Kuomintang em Taiwan, ilha que tinha sido recentemente libertada pelos invasores japoneses, criando o Governo da República da China no exílio (Mendes, 2011, pág.441).

2019).

O novo período ficou marcado pela vitória do Partido Comunista chinês na guerra civil contra os nacionalistas e a ascensão de Mao Zedong ao poder, alinhando-se à ideologia comunista marxista-leninista. Fernandes (1978) aponta que a visão de Lênin buscava a adequação instrumental, institucional e política do marxismo à concretização da revolução proletária, ainda aponta que o modelo do mesmo tinha como objetivo as condições concretas da ação política e da transformação política, observando a luta de classes como um processo que conduziria à formação e possibilitaria instaurar a transição para o socialismo.

Mediante o período de treze anos de conflitos internos e a duas Guerras Mundiais, o novo governo teve assim a necessidade de lidar com uma China que agora possuía uma demanda quanto a uma reconstrução estrutural e econômica, ainda tendo de estabilizar o partido comunista de modo imponente no poder, fazendo frente a política de Taiwan e estabilizando a situação interna (Mendes, 2011; Joseph, 2019; Louzeiro, 2021).

Os primeiros anos do Governo Mao podem ser caracterizados conjuntamente como um período de reconstrução da China uma vez que a sociedade chinesa percorreria um longo período de crises no campo político, marcado pelas disputas de poder, e socioeconômico, marcado pela deterioração das condições de vida das camadas sociais mais vulneráveis e pela hiperinflação. Diante disso, o novo governo estabeleceu dois objetivos para os próximos anos: uma rápida recuperação da economia e a elaboração de um plano para o desenvolvimento da indústria nacional (Louzeiro, 2021, pág. 165).

Louzeiro (2021), ao retratar sobre este período de reconstrução, aponta a relação de dependência do desenvolvimento industrial chinês e a constante necessidade da produção agrícola, evidenciando as tentativas do governo a extração de excedentes do campo e a realização de reformas agrárias a fim de expandir a sua influência no mesmo. Mediante o desejo chinês de transformar o país em uma sociedade plenamente comunista⁴ foi realizada uma nova estratégia de desenvolvimento, consistindo na aceleração simultânea do setor agrícola e industrial, conhecido popularmente como o Grande Salto para Frente⁵. Entretanto, o plano veio

⁴O comunismo, segundo é concebido pela teoria marxista, [...]. Trata-se de um objetivo a ser alcançado, identificado pelo nome dos partidos e movimentos que pretendem construí-lo, e este seria um sistema de liberdade e prosperidade, superando o reino da opressão e da necessidade. [...] o socialismo, por sua vez, constitui uma fase de transição pós-capitalista, implantada por meio de uma revolução e caracterizada pela ditadura do proletariado (Visentini, 2017, pág.xvi).

⁵A expressão "Grande Salto" apareceu primeiramente no editorial do Diário do Povo, em 13 de novembro de 1957, afirmando que a cooperação agrícola havia criado a condição e a necessidade para

a não obter muito sucesso em primeira instância em razão das lacunas em seu desenvolvimento e idealização: a definição de metas de produção inalcançáveis, o desperdício dos fatores de produção, a superestimação dos dados, levaram a sua ineficácia.

A necessidade de desenvolvimento interno foi um dos grandes fatores para a abdicação da escolha de não integração ao Sistema Internacional, entretanto esta não se encontrou como ímpar. Nesse período a China tinha como sua principal aliança a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas⁶, as quais defendiam o sistema ideológico em contraponto ao capitalismo que era representado pelos Estados Unidos e aliados (majoritariamente os países europeus do Ocidente e o Japão). Este ideal opositor era o Socialismo⁷, ideologia norteadora das duas nações na época — apesar de apresentarem algumas diferenças entre as suas interpretações e aplicações⁸ (Mendes, 2011; Joseph, 2019; Louzeiro, 2021).

A diferença ideológica sistemática no embate entre Capitalismo e Socialismo teve como resultado um isolacionismo, proporcionado pelo Ocidente, e uma sequência de tentativas mútuas de restrições quanto à influência dessas ideologias no processo de reestruturação dos países inseridos no contexto do Pós-Segunda Guerra Mundial e dos países que buscavam sua independência após o ocorrido (Mendes, 2011; Joseph, 2019; Louzeiro, 2021).

Ainda, Mendes (2011) aponta, que entre os fatores a serem apontados como motivadores para a mudança da perspectiva da China com a sua política externa se encontram: a tentativa de expansão do Socialismo, mediante a formação de uma frente contra o posicionamento excludente Ocidental; a necessidade de apoio para o

realizar um grande salto na produção agrícola. O jornal clamou por grandes saltos em todos os setores da economia (CHANG-SHENG, p.110, 2004).

⁶Da revolução resultou o primeiro Estado socialista - a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) -, transformando uma gigantesca nação atrasada numa superpotência e influenciando profundamente a política global. A ela se agregaram outros países socialistas que formaram o bloco soviético e, depois, o campo socialista, viabilizando um conjunto de Estados que se proclamavam marxistas e apoiavam-se em seu modelo. Durante seu apogeu (1983), a URSS e os países-satélites chegaram a abarcar um terço da população, além de aproximadamente um quarto da superfície e da produção mundiais (Visentini, 2017, xi)

⁷Socialismo, doutrina social e econômica que exige o bem público em vez de propriedade privada ou controle de bens e recursos naturais. De acordo com a visão socialista, os indivíduos não vivem ou trabalham isoladamente, mas sim em cooperação uns com os outros (Encyclopædia Britannica, 2025).

⁸ Apesar de compartilharem de uma base ideológica semelhante o desenvolvimento dos socialismo nos dois ocorrera de modos distintos, com a URSS seguindo um caminho de industrialização e defendendo a construção de uma superpotência industrial e militar enquanto a China ocorrera a adaptação da visão marxista-leninista a fim de encaixar na realidade agrária chinesa e inserindo o campesinato no centro da revolução (Leão, 2021).

reconhecimento de sua legitimidade frente a Taiwan, em um movimento de descredibilização da China os Estados Unidos apoiaram a legitimidade do Partido Nacionalista e as reivindicações do mesmo; e o anseio por novos mercados, a fim de movimentar a economia e proporcionar uma nova área de influência atuação para a China.

Esses fatores geraram um contexto que levou a China a buscar aproximação com os novos Estados e a explorar novas possibilidades de atuação e influência no Sistema Internacional, com a saída da sua própria posição isolacionista e fomentado também pelas diferenças ideológicas com o Ocidente (Mendes, 2011). Impulsionando a necessidade do estabelecimento de princípios norteadores para uma política externa, os quais se alinhassem com o posicionamento chinês e com o acumulado histórico presente na raiz de sua cultura, logo, levando em consideração fatores como ideologias, antecedentes de posicionamentos, novos fatores como a ascensão do partido comunista e a visão oriental.

2.1 Fatores endógenos e exógenos

A formulação da Política Externa Chinesa (PECh) é intrinsecamente ligada à sua própria experiência histórica, logo se encontra atrelada a necessidade de superação de fatores a atrelados a sua composição e unidade em si como: à necessidade de manutenção da coesão territorial, o gerenciamento de uma unidade populacional com a integração de múltiplos grupos étnico-linguísticos. O processo de consolidação interna, marcado por esforços contínuos de centralização e afirmação da soberania sobre vastas e diversas regiões, influenciou diretamente a maneira como o Estado chinês passou a se posicionar no cenário internacional priorizando: a integridade territorial, a não intervenção externa e a valorização da autodeterminação nacional como princípios basilares de sua atuação diplomática (Mendes, 2011; Barbieri Júnior, 2015).

Depois de uma guerra desastrosa, da eclosão de grandes revoltas e de uma segunda guerra igualmente desastrosa com a Grã-Bretanha (dessa vez com a ajuda da França), a China praticamente deixou de ser o centro de um sistema interestatal asiático-oriental centrado em si mesmo (Arrighi, 2008, p.347)

Logo, é possível identificarmos como ocorre a formulação da política externa da China e, ainda, como a sucessão de governos e dos líderes, um a um, apresentaram suas singularidades, mesmo que regidas por princípios fixos, perante

as oportunidades e os cenários internacionais. Para entendermos o histórico da política externa da China é necessário que busquemos entender os fatores endógenos e exógenos que influenciaram a sua formulação bem como as semelhanças e particularidades de cada etapa e líder supremo em relação ao cenário internacional vigente durante as administrações e diferentes períodos.

Mendes (2011) analisa a história da política externa do país desde 1949 até 2011, mostrando como esta sofreu modificações e quais fatores proporcionaram tais mudanças. A autora aponta como os fatores históricos e culturais anteriores à formação do Estado se encontram enraizados na forma de pensar dos fazedores de política chinesas e vieram a influenciar as mesmas até o período mais recente.

Ao debater sobre o interesse chinês quanto a participação no âmbito internacional, Mendes (2011) aponta o isolamento e desinteresse chinês quanto a possível aproximação para com os países africanos, além de relatar o posicionamento chinês acerca destes, o qual para a sua realização dependia do pagamento de taxas e realização de cerimônias — em reconhecimento da importância do Império do Meio. Os próprios princípios confucionistas quanto a organização social e ordem proporcionam um reforço a ideia da superioridade chinesa, que vinha a ser aplicado no plano internacional, com o ideais de estratificação social e harmonia, cujas relações unidirecionais de poder e concepções hierárquicas são transpostas para o plano internacional.

A sua falta de contato com outras nações, seja por desinteresse ou dificuldade de acesso em razão da sua amplitude geográfica, também foi um dos fatores que proporcionaram posteriormente uma fácil interferência de outros Estados, visto que a falta de preocupação quanto à possibilidade de conflito se fazia vigente (Mendes, 2011; Joseph, 2019; Louzeiro, 2021). Desse modo, Mendes (2011) aponta a fraqueza do exército do império chinês e o reflexo desse posicionamento no modelo de atuação atual da China:

Estando longe dos seus vizinhos e vendo a sua superioridade respeitada, o Império não temia ameaças à civilização chinesa e não sofria invasões (o que explica, em parte, a sua incapacidade para responder à invasão europeia no século XIX) e não mostra interesse em recorrer à guerra.[...] mesmo nos séculos XVI -XVII manteve -se a percepção de que o Império do meio era muito fraco em termos militares, uma vez que tinha uma política de não -agressão em relação aos seus vizinhos. Estas análises servem hoje de base aos argumentos de que a China não é um poder bélico mas sim pacifista e que os seus slogans de «ascensão pacífica» e «paz e desenvolvimento» são genuínos (Mendes, 2011, pág. 438-439).

A autora sinaliza que os acontecimentos históricos da Guerra do Ópio e o Tratado de Nanquim, deixaram seu legado na formação política da China ao promoverem a necessidade pela restauração da integridade territorial, fator relevante para esta ao ter enfrentado ao longo dos séculos disputas territoriais e das quais se encontram como fatores ativos até os dias atuais com a aversão ao a independência de Taiwan. A questão de Taiwan é um fator muito importante a ser considerado, uma vez que sua importância simbólica se encontra atrelada a termos de identidade nacional, pois tem sido usada pelas cinco gerações de líderes para reforçar o sentimento nacionalista e de pertença coletiva.

Do ponto de vista chinês, Taiwan é uma província chinesa «renegada», onde se refugiaram os derrotados na guerra civil, cujos descendentes não têm qualquer direito em ocupar um território que pertence, de forma legítima, à China continental. O facto do conflito no Estreito de Taiwan ser percebido como uma questão interna leva os líderes chineses a recusar qualquer interferência externa. Isto tem um impacto inegável na política externa chinesa, não só no que diz respeito às relações com os Estados Unidos da América e com o Japão, que possui um poderosíssimo lobby pró-Taiwan, mas também com o resto do mundo, particularmente com os países que mantêm relações diplomáticas com Taipé (Mendes, 2011, pág. 442).

Ainda, entre os fatores endógenos, Mendes (2011) evidencia o papel dos líderes supremos que ocupam o lugar de maior destaque dentro da organização política do Estado chinês. A adoção do termo de “líder supremo”, quando em relação aos detentores de maior poder político da China, surgiu a partir da Era de Deng Xiaoping (1978–1989), estando relacionado à figura política com maior destaque na ordem política, exercendo influência e controle sobre as três esferas de poder mais elevadas do país: o Partido Comunista da China, o Conselho de Estado da República Popular da China e o Exército de Libertação Popular.

A formação da China atual ocorreu pela contraposição à presença estrangeira pelo Partido Comunista. A necessidade de uma nação de realizar uma frente a estes, somada à emergência da reconstrução interna, econômica e social trouxe à tona o papel adotado por Mao o qual serviu de base para as lideranças subsequentes. Barbieri Júnior (2015) aponta, ao relatar sobre a complexa formação e a inserção da China no capitalismo global, como os dirigentes do PCC reconheceram o nacionalismo⁹ e a imagem de um líder como instrumento para reforçar sua própria

⁹[...] ideologia baseada na premissa de que a lealdade e a devoção do indivíduo ao Estado-nação superam outros interesses individuais ou de grupo (Encyclopædia Britannica, 2025).

legitimidade após a crise de 1989, vendo-o como uma poderosa fonte de motivação para impulsionar o povo chinês a competir no capitalismo global.

Por fim, Mendes (2011) apresenta os interesses nacionais e o momento da formulação desta como fatores a serem levados em consideração, quanto à PECh. Quanto ao primeiro, a autora reforça que o interesse nacional reflete os grandes desígnios a salvaguardar para garantir a sobrevivência da nação, e justificaria, por isso, o empenho de todos os recursos. Estando diretamente refletido na formulação de objetivos vitais/permanentes e conjunturais.

Logo, mediante ao histórico de conflitos internos e pela ascensão do Partido Comunista ao poder, a visão acerca dos interesses nacionais fica à disposição destes que detém o poder no Estado chinês. À vista disso, a autora propõe que os objetivos sejam: A manutenção do Partido Comunista chinês no poder, tendo este se tornado um objetivo vital desde 1949; a busca por a estabilidade política; a restauração da integridade territorial; a manutenção dos níveis de crescimento económico; assegurar a procura de recursos naturais; a busca de estabilidade regional; e dar voz à China na cena regional e internacional.

Quanto ao aspecto “Momento”, Mendes (2011) retoma alguns aspectos importantes como o imperialismo sobre a China e a disputa por Taiwan, mas a autora ainda acrescenta a sua visão: o processo de substituição do confucionismo pelos princípios do marxismo-leninismo, quanto um fator ideológico buscando a união da sociedade chinesa e que viria a ruir com a dissolução da URSS e que viria a ser ocupado pelo papel dos líderes; a alteração da dinâmica com a URSS que alterou o relacionamento com a Rússia, passando a estabelecer dinâmicas de rivalidade mas também de cooperação; e a atuação dos líderes chineses, que recorrem cada vez mais a uma nova diplomacia multilateral.

Em relação aos fatores exógenos, são apresentados dois fatores: o primeiro a ser considerado são as dinâmicas de competição *versus* cooperação, as quais são moldadas pela existência de superpotências e a busca por um mundo multipolar, estas dinâmicas viriam a resultar no conflito ou complementaridade entre os contextos e interesses nacionais de outros Estados. Ainda, estas viriam a ser moldadas também pelas normas vigentes, que definem as regras do jogo no cenário internacional. Segundo a autora, a China tende a seguir as normas ocidentais apenas quando estas servem os seus próprios interesses; do contrário, avança com "normas com características chinesas" (Mendes, 2011).

O segundo fator apresentado são as relações de reciprocidade, estas ganham destaque em razão do que representam aos líderes chineses, fator visível pela fidelidade aos cinco Princípios da Coexistência Pacífica (respeito mútuo pela soberania/integridade territorial, não agressão, não ingerência, igualdade, benefício mútuo). Estes princípios estão presentes em declarações de política externa e na constituição, esta retórica atuaria como justificativa para a atuação e apoio da China em regiões de interesse estratégico, como África e América Latina. Sendo importantes por fortalecer a posição chinesa e limitar as margens de manobra de Taiwan, além de viabilizar o acesso a matérias-primas, mercados, entre outros (Mendes, 2011).

Esses fatores ressaltados por Mendes se tornam importantes ao buscarmos entender sobre o processo de formação da política externa da China, e apresentam de maneira estratificada elementos das quais o Estado chinês poderia vir a alterar ou não, bem como apresenta o histórico para sua formação. Mediante tal introdução e compreensão se faz possível a análise individual dos aspectos da política externa dos líderes da China.

2.3 Política externa chinesa

Freire & Vinha (2015, pág.13), em Política externa: às relações internacionais em mudança, abordam a política externa como: “tradicionalmente associada aos Estados, mas crescentemente associada a outros actores [*sic*], como a União Europeia (UE), projecta [*sic*] interesses e objetivos domésticos/internos para o exterior.” Sendo esta uma área vasta, na qual o entrelaçamento de fatores internos e externos se torna explícito nos processos de definição, decisão e implementação de políticas.

Logo, se fez necessário a exposição acerca da Política Externa Chinesa (PECh) e dos fatores endógenos e exógenos que levaram a modificações e alterações em sua constituição e aplicação quanto aos governos mais emblemáticos do período vigente da República da China, em razão destas representarem diretamente os objetivos da China como Estado/Nação.

Em vista disso a exposição quanto a política externa da China ocorrerá no vigente trabalho em quatro partes: a primeira buscando em se tratar da fase de construção e alinhamento da PECh com Mao Zedong no poder (1949-1976); a segunda, apresentando o impulso chinês no seu processo de industrialização sob o governo de Deng Xiaoping (1978-1989); a terceira partição com a política dos

governos de Jiang Zemin (1989-2004) e Hu Jintao (2004-2012) e a maior participação e criação de organismos multilaterais; e o último tópico o governo de Xi Jinping (2012-atualmente) e a fase econômica da RPC aos Estados Unidos.

Assim retratando as fases da constituição da PECh e os aspectos que vieram ou não a se modificar mediante as alterações no cenário internacional e interno chinês, por se tratar de um período extenso de setenta e cinco anos. Mediante a estes, o primeiro contexto de surgimento da PECh ocorre com a ascensão do PCC como partido governante do Estado, adotando Mao Zedong como sua figura principal emblemática.

2.4 Mao Zedong (1949-1976)

Mao Zedong foi a figura principal de atuação do Partido Comunista da China, quando se tratava do processo de fortalecimento do partido e da estabilização de sua presença e influência no comando. Este esteve presente desde o início da formação do partido comunista. Joseph (2019) aponta o gradual crescimento de Mao dentro do partido e destaca que a razão fundamental para a ascensão de Mao durante este período foram os sucessos políticos, militares e diplomáticas que ele concebeu para as lutas contra os Nacionalistas (Kuomintang - KMT) e os Japoneses. Políticas cruciais para a sobrevivência do PCC e para o desenvolvimento do poder comunista em áreas de base.

Mao se tornou uma peça importante no fortalecimento do Partido quando em atuação na sede de Yan'an do partido (1935-1945) neste período buscou adaptar o Marxismo-Leninismo à situação da China, tendo o prelúdio de sua consolidação, quanto a dominação ideológica e política. Em 1943, quando em decisão organizacional, o partido veio a conceder a Mao a autoridade para decidir pessoalmente assuntos críticos. Em 1945 o PCC veio a proclamar formalmente o Pensamento de Mao Zedong como a sua ideologia guia na constituição do partido. Joseph (2019), ainda aponta que para os líderes de topo do PCC e quadros de nível inferior, Mao era o "gênio estratégico" cuja liderança converteu a situação "aparentemente sem esperança" do partido na "vitória inimaginável de 1949" (Joseph, 2019)

Mesmo perante a vitória do Partido comunista a China ainda se encontrava necessitante de um processo de consolidação do Estado chinês, possuindo lacunas quanto a inserção no regime econômico e de defesa de seus componentes mediante

a era do imperialismo. Estes cenários internos e externos complexos, que ocorriam concomitantemente à ascensão de Mao Zedong como líder da China, demonstravam as áreas emergentes que se tornaram prioridade perante a atuação de Mao no governo (Joseph, 2019).

A instalação do Partido Comunista da China, como citado anteriormente, ocorreu mediante a carestia de afirmação da presença deste e da necessidade de fortalecimento econômico. Ainda, é um período marcado pela inserção das estruturas socialistas de produção, da necessidade da retomada do sentimento nacionalista e de unidade, perante ao passado de guerra civil (Mendes, 2011; Barbieri Júnior, 2015; Joseph, 2019; Louzeiro, 2021)

A Revolução Socialista de 1949 teve um papel crucial para fortalecer os laços sociais do povo chinêsna construção de sua identidade e no sentido político de modernização das instituições no rumo de edificar um Estado-nação (Barbieri Júnior, 2015).

Logo, foram necessárias uma série de intervenções e planos a fim de fortalecer a imagem do partido perante toda a China e também perante o mundo. Na escala interna buscou-se realizar tal fortalecimento a partir de uma política de universalização da educação, com objetivo de auxiliar na construção da unidade chinesa de pertencimento e identidade, ainda propunha unir o chinês urbano letrado e o camponês e possibilitando uma nova percepção de autoestima e unidade (Mendes, 2011; Barbieri Júnior, 2015; Da Costa, 2016; Joseph, 2019).

Ao perceber tal necessidade, Mao Zedong adotou a postura de líder utilizando da necessidade e da efetividade de uma figura imponente e associada a vários poderes do Estado, a fim de tornar a imagem deste uma representação do Estado chinês e ainda utilizando desta na propagação dos movimentos de unidade chinesa. Ainda que posteriormente, o esforço de Mao tenha sido julgado quanto às dificuldades no processo de avanço com o socialismo ao comunismo, os quais geraram dúvidas quanto ao acúmulo de poder do mesmo e a forma que a China veio a se inserir no Sistema Internacional (Barbieri Júnior, 2015).

O papel do primeiro líder foi fundamental para a consolidação da China como o Estado que hoje conhecemos tendo como pontos importantes de seu governo a serem resolvidos a necessidade do fortalecimento econômico-industrial e o fortalecimento da posição externa da China, os quais posteriormente proporcionaram

um prestígio e maior legitimidade popular para as autoridades do PCC (Barbieri Júnior, 2015).

As atuações quanto a política externa ficam marcadas pelo início de relações com a antiga União Soviética, com prioridade a assegurar a sobrevivência do novo regime e romper com a herança de submissão às potências estrangeiras que caracterizava a “Era dos Tratados Desiguais”(Joseph, 2019). Assim, a China buscou a seu companheiro de visão ideológica para o estabelecimento de relações e como apontado por Luthi (2008) na tentativa de garantir alguma “margem de manobra” à medida que as relações se fortaleceriam:

A partir do fim da guerra civil e da sucessiva inauguração da República Popular da China, no fim de 1949, Mao percebe que havia a necessidade de garantir o apoio soviético, tanto militar quanto econômico, para que a China pudesse se consolidar como Estado. Além da utilidade do apoio soviético para o desenvolvimento do comunismo chinês, a crescente hostilidade por parte dos Estados Unidos contribuía para que Mao adotasse essa posição.[...] Mao Zedong buscava uma parceria de longo prazo, porém frouxa, que permitiria que a RPC ainda desfrutasse de alguma margem de manobra”. (LÜTHI, 2008, apud Roman e Dresch, 2017, pág.61)

As relações tiveram seu início com a assinatura do Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviética, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 14 de fevereiro de 1950. Considerando o contexto de Guerra Fria e de tensão internacional, a consolidação da aliança entre os dois Estados significou a associação dos mais poderosos países comunistas que, juntos, abarcavam extensões territoriais e números populacionais continentais.

Mesmo mediante ao compartilhamento de ideais, ficava explícita a relação de dependência da China quanto a necessidade do auxílio Soviético para a consolidação chinesa no poder. Esta dependência tornou-se visível até mesmo no processo de formulação da política externa adotando certa inclinação à posição da União Soviética (Roman e Dresch, 2017; Joseph, 2019).

Através do tratado, os oficiais soviéticos garantiram apoio de diversas maneiras, tanto militar quanto econômica; havia, no entanto, muitos pontos importantes na agenda do PCC que foram categoricamente rejeitados por Stálin. Dentre eles estava a ambição de unir a Mongólia e a RPC, a busca por ajuda para a reconquista de Taiwan e a formulação de uma estratégia conjunta que moldasse as bases dos princípios revolucionário na região. Já desde o início estava muito claro que a mais nova aliança era marcada por muitas assimetrias. Os oficiais soviéticos e, principalmente Stálin, a todo o momento rebaixavam as autoridades chinesas, deixando claro que a China deveria se submeter à agenda e aos princípios promulgados pela União Soviética (Jun, 1998, apud Roman e Dresch, 2017, pág.62).

Logo, como demonstrado por Jun (1998), nos primeiros contatos ficaram explícitas a existência de divergências entre os governos de Mao e Stalin. Joseph (2019) aponta que as relações entre os dois governantes ocorriam tensamente, causando muitas frustrações ao líder chinês por ter de ceder em vários aspectos: “ele enfrentava relações tensas com Stalin durante as negociações em Moscou para a aliança sino-soviética de 1950 e, posteriormente, durante a Guerra da Coreia”¹⁰.

O autor ainda aponta que a entrada da China no Conflito Coreano foi o primeiro caso em que Mao Zedong agiu após alguma hesitação, dada a preocupação do Politburo (Bureau Político do Comitê Central do Partido) com uma possível interpretação negativa dessa atuação por parte da União Soviética (URSS).

De todo modo, nas suas relações com a União Soviética, Mao aceitava a liderança de Stalin e, posteriormente, de Moscou sobre o comunismo internacional. Ele engoliu alguns “cálices amargos” no tratado de 1950, como a imposição de empresas mistas sino-soviéticas que permitiam a exploração de recursos chineses pelos soviéticos. E, apesar de algumas inovações teóricas, Mao permaneceu em grande parte dentro da versão stalinista do marxismo-leninismo, como ilustram vividamente suas visitas noturnas à residência do embaixador soviético em Pequim para tutoriais ideológicos (Joseph, 2019, pág.84-85, tradução nossa)¹¹.

Roman e Dresch (2017) apontam que a morte de Stalin (1953) e a subsequente ascensão de Nikita Khrushchov, como líder do partido, demarcam uma nova visão acerca dessas relações, mesmo que por curta duração. Essa diferença estava relacionada à visão do Novo líder da URSS, que enxergava na aliança com a China uma vantagem na luta contra o Ocidente. A relação com a URSS representou um marco na aproximação entre os dois países, com a garantia à China de apoio técnico, militar e econômico, especialmente durante o processo de industrialização conduzido pelo Primeiro Plano Quinquenal (1953–1957) — este visava o desenvolvimento rápido e progressivo da economia para a chegada ao ápice do socialismo.

Entretanto as relações não vieram a perdurar, muitos apontam que o início do fim das relações ocorreu perante a exposição de posicionamentos feitos por

¹⁰Such excessive copying undoubtedly frustrated Mao, and at the same time he endured tense relations with Stalin during negotiations in Moscow for the 1950 Sino- Soviet alliance and subsequently over the Korean War.

¹¹In any case, in his relations with the Soviet Union, Mao accepted Stalin’s and subsequently Moscow’s leadership of international communism. He swallowed some bitter pills in the 1950 treaty, such as the imposition of joint Sino- Soviet stock companies that allowed Soviet exploitation of Chinese resources, and despite some theoretical innovations he largely stayed within the Stalinist version of Marxism-Leninism, as graphically suggested by his nocturnal visits to the Beijing residence of the Soviet ambassador for ideological tutorials.

Khrushchev, na qual realizou críticas a Stalin e suas ações no Vigésimo Congresso do Partido Comunista da União Soviética (Roman e Dresch, 2017). Estas ações foram somadas a: divergências de atuações quanto a interferências nas crises polonesa e húngara, no final de 1956; a promoção de uma “coexistência pacífica” por Nikita em relação aos Estados Unidos, a qual representaria uma traição aos princípios revolucionários, evidenciando uma tendência revisionista e que havia levado à degeneração do socialismo na URSS; a desconfiança chinesa quanto a presença e intromissão soviética em sua política interna; ao aumento da dependência econômica a URSS; entre outros assuntos que interferem na soberania chinesa quanto a seu próprio território e controle militar como observa Joseph (2019, pág.177, tradução nossa) no trecho:

Mas as relações entre as duas potências comunistas começaram a se deteriorar em meados da década de 1950, após Nikita Khrushchev suceder Stalin como líder soviético; ao final da década, elas haviam chegado ao ponto de ruptura aberta. Houve várias causas para a cisão sino-soviética, incluindo a desconfiança chinesa em relação à intromissão soviética em sua política interna; os “pedidos” soviéticos para manter presença militar em solo chinês e a relutância em ajudar a República Popular da China no desenvolvimento de armas nucleares; além de diferenças de política externa, particularmente entre os esforços de Moscou para promover a “coexistência pacífica” com os Estados Unidos e a preferência de Pequim pelo confronto com o imperialismo americano.¹²

Em agosto de 1960, a relação veio a se tornar insustentável, mediante o cancelamento realizado pela URSS quanto aos acordos comerciais concluídos anteriormente. O rompimento com a União Soviética não apenas redefiniu os contornos da PECh, mas também cedeu uma lacuna de projeção da China como uma alternativa ao modelo soviético de socialismo.

Nesse contexto, Mao passou a se posicionar como líder do movimento comunista internacional, buscando incentivar partidos comunistas e movimentos revolucionários a romperem com Moscou e a seguirem a alternativa chinesa, mais radical e centrada na mobilização das massas camponesas, acompanhado fortemente

¹² But relations between the two communist powers began to deteriorate in the mid-1950s, after Nikita Khrushchev had succeeded Stalin as Soviet leader; by the end of the decade, they had reached the point of open rupture. There were a number of causes of the Sino-Soviet split, including Chinese suspicion on Soviet meddling in its internal politics; Soviet “requests” for a military presence on Chinese soil and reluctance to aid the PRC in the development of nuclear weapon; differences in foreign policy, particularly between Moscow’s efforts to promote “peaceful coexistence” with the United States and Beijing’s preference for confrontation with American imperialism.

de um discurso agressivamente anticolonialista e anti-imperialista (Roman e Dresch, 2017; Joseph, 2019).

Logo, a China adotou uma nova rota buscando se apresentar como a principal defensora dos países do Terceiro Mundo, promovendo a solidariedade entre as nações em desenvolvimento na luta contra o imperialismo ocidental e o neocolonialismo. A Conferência de Bandung, em 1955, marcou um momento importante da inserção chinesa nesse movimento, simbolizando a tentativa de construir uma coalizão de países não alinhados que pudesse representar uma terceira via no Sistema Internacional bipolar da Guerra Fria (Roman e Dresch, 2017; Joseph, 2019).

Apesar de julgamentos as contradições de Nikita a diplomacia maoísta não foi isenta de contradições. Ao mesmo tempo em que promovia a revolução no exterior, Mao manteve uma postura de cautela em relação a compromissos multilaterais e alianças formais, preferindo uma diplomacia de Estado centrada no protagonismo do líder máximo e na flexibilidade estratégica. Esse padrão se intensificou após a radicalização interna da Revolução Cultural (1966–1976)¹³, quando a China retomou parcialmente sua política isolacionista, ao adotar uma política de autossuficiência e reduzir, temporariamente, sua atuação no cenário internacional (Roman e Dresch, 2017; Joseph, 2019).

Apesar disso, o início dos anos 1970 marcou uma reviravolta significativa na PECh, pois refletiu em uma mudança quanto a um paradigma ideológico para um pragmático, a qual promovia novas visões quanto à possibilidade de associação com os novos países, incluindo os recém-formados Estados da África, quanto para outros países importantes do cenário vigente (Roman e Dresch, 2017; Joseph, 2019).

Diante da ameaça militar crescente da União Soviética e do isolamento internacional da China, Mao decidiu romper com a lógica binária da Guerra Fria e iniciou um processo de reaproximação com os Estados Unidos (EUA) como o observado por Fenby (2008, pág. 497, tradução nossa):

Se Pequim conseguisse construir pontes com Washington, isso ajudaria a evitar qualquer ataque da URSS e daria à RPC (República Popular da China) maior flexibilidade em suas políticas externas e estratégica [...] Para os

¹³Revolução Cultural, revolta lançada pelo Presidente do Partido Comunista chinês Mao Zedong durante sua última década no poder (1966-76) para renovar o espírito da Revolução Chinesa. Temendo que a China se desenvolveria seguindo as linhas do modelo soviético e, preocupado com seu próprio lugar na história, Mao lançou as cidades chinesas no caos em um esforço monumental para reverter os processos históricos em andamento (Encyclopædia Britannica, 2025).

líderes chineses, engajar-se com os arch-capitalistas seria, no mínimo, uma experiência interessante. Pequim poderia garantir que não entregaria nada de substancial, mas o contato poderia fornecer uma alavanca útil entre Moscou e Washington. Certamente, os bárbaros viriam trazendo presentes que ajudariam a modernizar a China, e o domínio de Mao era tal que ele não precisava se preocupar em executar uma mudança brusca de política¹⁴.

O contato estabelecido com os Estados Unidos, veio a fortalecer a economia chinesa ao oferecer uma oportunidade de investimentos diretos tanto chineses quanto estadunidenses. Essa relação pode ser interpretada como uma relação pragmática, por terem ocorrido mesmo perante as diferenças ideológicas e buscarem sanar os interesses mútuos de contenção geopolítica — quanto a URSS — e de benefícios econômicos recíprocos (Carvalho; Cattermola, 2009).

Após a fundação da República Popular da China, o governo dos Estados Unidos “observou” por um curto período de tempo antes de adotar uma política de “não reconhecimento” que durou mais de 20 anos. No final da década de 1960, quando grandes mudanças ocorreram no cenário mundial, os governos da China e dos Estados Unidos reajustaram suas políticas diplomáticas, incluindo as políticas sobre as relações bilaterais, e, para melhorar o relacionamento mútuo, começaram a se testar e a entrar em contato um com o outro (Ministry of Foreign Affairs, [s.d])¹⁵.

O Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China — "MFA" (Ministry of Foreign Affairs) — relata que no final da década de 1960 grandes mudanças ocorreram no cenário mundial, com os governos da China e dos Estados Unidos reajustando suas políticas diplomáticas e incluindo as políticas sobre as relações bilaterais, e, para melhorar o relacionamento mútuo, logo, estes viriam a começaram a se testar e a entrar em contato um com o outro.

A visita do presidente Richard Nixon a Pequim em 1972, resultado de negociações secretas intermediadas por Henry Kissinger, simbolizou não apenas a reinserção da China na arena internacional, mas também a habilidade diplomática do regime maoísta em instrumentalizar o realismo geopolítico para seus fins estratégicos. A abertura diplomática com os EUA foi acompanhada do reconhecimento do governo

¹⁴ If Beijing could build bridges to Washington, that would help to ward off any attack from the USSR and give the PRC greater flexibility in its foreign and strategic policies.[...] For the Chinese leaders, engaging with the arch-capitalists would be, at the least, an interesting experience. Beijing could make sure it gave away nothing substantial, but contact might provide useful leverage between Moscow and Washington. The barbarians would certainly come bearing gifts that would help modernize China, and Mao's mastery was such that he did not have to worry about executing a sharp policy shift.

¹⁵After the founding of the People's Republic of China, the US government "watched" for a short period of time before following a "no- recognition" policy for more than 20 years. In the late 1960s, when great changes took place in the world situation, both governments of China and the United States readjusted their diplomatic policies, including the policies on bilateral relations, and in order to improve the mutual relationship, they began to test and contact each other.

de Pequim como representante legítimo da China na ONU, com a obtenção de assento permanente no Conselho de Segurança em 1971 — marco que selou a legitimidade internacional do regime comunista (Barbieri Júnior, 2015).

O estabelecimento de relações diplomáticas abriu um canal de intercâmbio e cooperação entre a China e os Estados Unidos. No entanto, as relações bilaterais seguiram um caminho irregular. Durante os últimos 30 anos, as relações sino-americanas avançaram, embora tenham ocorrido altos e baixos nesse relacionamento (Ministry of Foreign Affairs, s.d, s.p)¹⁶.

Essa modificação estratégica não significou um abandono da ideologia, mas sim uma demonstração da flexibilidade tática do pensamento de Mao diante das mudanças nas correlações de forças internacionais a fim de possibilitar as mudanças internas chinesas e a viabilização de planos do Partido Comunista. Ao equilibrar princípios revolucionários com decisões pragmáticas, Mao consolidou a posição da China como um ator autônomo no sistema internacional — não alinhado rigidamente com nenhuma das superpotências — e como voz ativa nas pautas do desenvolvimento e da autodeterminação dos povos colonizados (Junior, 2013; Joseph, 2019).

Foi ainda durante seu governo que se iniciou o processo de adoção dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, os quais se tornaram as diretrizes sobre as quais o Estado chinês veio a se basear quanto a sua atuação no sistema e viabilizar sua “reforma do sistema internacional”. Confeccionadas por Zhou Enlai, premiê de Mao à época, pautava a modernização, ainda tendo em vista toda a base histórica e de pensamento da longa tradição chinesa. Nos princípios são traduzidas as antigas ideias de Confúcio quanto uma tradição moderna de política externa, retomando o pensamento clássico da sociedade chinesa (Junior, 2013; Roman e Dresch, 2017; Joseph, 2019)

É importante ressaltar o legado que Mao deixou quanto a sua liderança, e que mais tarde veio afetar a visão acerca dos subsequentes líderes. Mesmo após a sua morte e a rejeição das políticas mais radicais da Revolução Cultural, o princípio da liderança do partido continuou a ser inabalável e o princípio central da vida política na República Popular da China (RPC) (Joseph, 2019).

¹⁶The establishment of a diplomatic relationship opened a channel for exchange and co-operation between China and the United States. However, the bilateral relations have travelled an uneven path. During the past 30 years, the Sino- US relations have been advancing although there have been ups and downs in the relationship.

Ainda que a Resolução de 1981 sobre a História do Partido tenha reconhecido os erros de Mao — como a Campanha Antidireitista, o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural —, concluiu que suas contribuições superaram suas falhas. A resolução também reafirmou o Pensamento de Mao Zedong como um “valioso ativo espiritual” e um “guia para a ação”, mantendo o princípio de que “a política está no comando” do desenvolvimento econômico e da mudança social firmemente enraizado na ideologia do Partido (Junior, 2013; Roman e Dresch, 2017; Joseph, 2019).

2.5 Deng Xiaoping (1978-1989)

Deng Xiaoping (1904–1997) foi um veterano da Longa Marcha¹⁷, estando entre os principais líderes no processo de formação e fundação da República Popular da China (RPC) em 1949. Ao atuar na formação, o líder veio a se desenvolver no partido ocupando várias posições importantes como Secretário-Geral do PCC (1956–1966), Vice-Presidente da RPC (1949–1959) e Vice-Primeiro Ministro em vários períodos (Joseph, 2019).

Deng esteve diretamente ligado ao governo de Mao Zedong e de Hua Guofeng (1976-1978) — este último possui uma breve duração em razão da pouca aprovação que Hua obteve mediante as suas tentativas de restauração econômica — atuando principalmente em questões econômicas até chegar a posição de Presidente do Partido Comunista chinês e gradualmente emergir como, de fato, líder da China. Joseph (2019) aponta que Deng era cotado como um dos favoritos de Mao Zedong entre a liderança do partido, tendo apoiado os movimentos e algumas das campanhas de Mao, incluindo a Campanha Antidireitista e o Grande Salto Avante (Fenby, 2008; Joseph, 2019).

Depois disso, o mundo virou as costas para a China e a China virou as costas para o mundo (durante a Guerra Fria), deslizando a nação de volta para seu estado mais confortável da insularidade e da autarquia. Isso se deu até que a “reforma e abertura” da política promovida por Deng Xiaoping (1978) que a China começou o sério processo de integração pela primeira vez, no sistema internacional. Agora, mais de três décadas mais tarde, em vários níveis e em muitas esferas, a China tem-se aberto de forma dramática para o mundo e vem se tornando integrada com as várias estruturas e processos da ordem global pós-Segunda Guerra Mundial. (Shambaugh, 2013, p. 246 apud Junior, 2013, pág.132)

¹⁷A Longa Marcha consistiu na retirada militar durante a Guerra Civil Chinesa, empreendida pelo Exército Vermelho Comunista, com o objetivo de evitar a perseguição contínua através do avanço das forças nacionalistas (Yang, 1990)

O novo líder veio a assumir a RPC em um período em que o cenário internacional passava por uma revolução que alterou as condições da produção industrial e agrícola. Ainda a nova possibilidade de atuação com os Estados Unidos se tornava válida à medida que Deng colocava em prática as modernizações propostas por Zhou Enlai, ainda nos anos 1960. Com seu histórico, quanto a atuação na área de desenvolvimento econômico, o novo líder iniciou seu processo de recuperação econômica, adotando as medidas de Zhou quanto às “Quatro Modernizações” nas áreas quanto: agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e tecnologia (Fenby, 2008; Junior, 2013).

Deng Xiaoping traçou um caminho que divergiu radicalmente do maoísmo em muitos aspectos, mas permaneceu fundamentalmente fiel ao seu núcleo político central (Fenby, 2008, pág.529, tradução nossa)¹⁸

Essas tinham como principal objetivo aprimorar as forças científicas, tecnológicas e educacionais que se encontravam atrasadas quando em relação a dos países desenvolvidos, sobretudo dos Estados Unidos, que ainda se encontrava como uma possibilidade quanto às relações, ainda que divergindo quanto ao posicionamento ideológico. Logo, o projeto focou em realizar um processo de modernização, modificando a fraca base produtiva chinesa e buscando assegurar trabalho quando menos se requer dele (Junior, 2013).

O projeto das modernizações foi realizado a partir de modificações nas quatro áreas: quanto à agricultura, que obteve reformas significativas, como a permissão fornecida pelo Estado para que os agricultores comercializassem os excedentes da produção a preço de mercado. E ainda em 1979, ocorreu o início do processo de descoletivização do campo, o que permitiu que famílias ganhassem lotes de produção favorecendo o crescimento da produção agrícola (Junior, 2013; Joseph, 2019).

Em relação ao processo de modernização da ciência e tecnologia, foram criadas mais de 80 universidades, em conjunto com realizações de investimentos importantes em pesquisas aplicadas e tecnologia, além do envio de grupos de estudantes ao exterior para treinamento e intercâmbio de conhecimento. Quanto ao desenvolvimento da indústria e economia Junior (2013) relata que foram realizadas as criações de áreas específicas para a captação de capital e tecnologia estrangeiras,

¹⁸ Deng Xiaoping set a course that diverged wildly from Maoism in major respects, but stayed fundamentally true to its central political chord.

denominadas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), em locais como Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen (Junior, 2013; Joseph, 2019).

Deng promove uma reforma econômica e política não somente no aspecto interno do Estado, mas para se aproximar cada vez mais do ocidente. Estas são as chaves para a política externa chinesa nos anos subsequentes. Neste sentido, o modelo chinês é de autonomia interna e externa, baseado na paz e na economia socialista de mercado (Junior, 2013, pág. 132).

A atuação de Deng demonstrava claras modificações quanto à visão de Mao, ainda sem desqualificar ou desconsiderar a importância e os aspectos agregados pelo líder anterior. Não somente foram realizadas as mudanças para o desenvolvimento da agricultura e indústrias, mas também ocorreram modificações quanto à política para uma consonância com o novo cenário internacional e com as medidas internas que vinham a ser tomadas.

Logo, o líder passou a orquestrar transformações radicais que levaram a China numa direção muito diferente da era Maoista. Joseph (2019) ainda aponta que a decisão do Partido Comunista chinês no final de 1978 de repudiar a "luta de classes" como seu objetivo principal abriu a porta para muitas mudanças políticas importantes (Junior, 2013; Joseph, 2019).

Ademais, Joseph (2019) aponta o posicionamento de Deng quanto ao sistema político vigente na China, a fim de propor as mudanças que julgava necessárias para a modernização chinesa. Tendo introduzido o termo "reforma política" formalmente no "dicionário" moderno da RPC, perante a realização de um discurso em 1980. No qual Deng criticou "a burocracia, a excessiva concentração de poder, os métodos patriarcais, a vitaliciedade nos cargos de liderança e os privilégios de vários tipos" dentro da liderança do partido-Estado.

Assim, Deng apresentou uma visão alternativa de reforma e abertura, removendo obstáculos políticos e obtendo um ganho de confiança de com o PCC — visto que perante a morte de Mao a ascensão de Deng teria sido duplamente adiada e mediante a sua visão considerada capitalista dentro do partido. Com a conquista destas a China entrou em uma nova era de "reforma da economia e abertura para o mundo" no início dos anos 1980. Na qual tinha como finalidade o aumento do papel das forças de mercado, a redução do planejamento governamental na economia e a inserção, de forma mais completa, da RPC na economia global (Junior, 2013; Joseph, 2019; Carlos, 2022).

O partido declarou que a China estava na etapa primária do socialismo, na qual uma economia capitalista florescente seria pré-requisito para, mais adiante, se chegar à propriedade estatal total. Afirmava-se que Mao havia tentado pular ou comprimir essa etapa inevitável do desenvolvimento histórico, ao avançar muito rapidamente para a coletivização da agricultura e a estatização da indústria na década de 1950. Poder-se-ia dizer que, na visão de Deng, para ser um bom comunista era preciso, antes, ser um bom capitalista (Joseph, 2019, pág.129-130, tradução nossa)¹⁹

Carlos (2022) destaca a atuação do governo Deng ao dividir em duas partes sua política externa. Segundo este, a primeira parte seria responsável em agir conforme seus interesses entre as forças e influências do Primeiro Mundo enquanto a outra viria a se basear na estratégia de uma relação crescente com países terceiro-mundistas, servindo de campo de projeção e sustentação da China como uma potência crescente do Terceiro Mundo.

A política foi, em grande parte, viabilizada em razão do sucesso da reforma econômica que a RPC sofreu, gerando um ambiente próspero para a inserção internacional. Carvalho e Catermola (2009) apontam como foi fundamental o desenvolvimento das Zonas Econômicas Especiais para o contato direto da economia chinesa com o Ocidente e, sobretudo, com os EUA:

Com o estabelecimento efetivo das relações entre EUA e China, em 1972, percebe-se o avanço das trocas comerciais entre as nações. No decorrer da década de 1970, o fluxo comercial ampliou-se constantemente. Já no início da década de 1980, com o crescente volume de exportações chinesas, observa-se o aparecimento de déficit comercial dos EUA com a China, de US\$ 426 milhões, em 1985. Em 1995, o déficit americano foi cerca de 26 vezes maior do que o constatado em 1985, apresentando o valor total de US\$ 11,4 bilhões. Vale destacar que, de 1985 a 1995, as importações americanas com origem chinesa apresentaram um incremento de US\$ 11,5 bilhões, alcançando em 1995 o valor total de US\$ 48,5 bilhões (Carvalho e Catermola, 2009, pág.235).

Ainda, no processo de expansão da atuação da política externa da China ocorre a tentativa de aproximação com o Japão e a tentativa de retomada das relações com a URSS. Destacando a postura com um foco na estabilidade e pragmatismo da RPC, Deng procura melhorar a relação sino-japonesa tendo o início desse processo de aproximação iniciado em 1979 a fim de que as reformas de Deng obtivessem resultados com o apoio técnico e financeiro do Japão (Junior, 2013; Joseph, 2019; Carlos, 2022; Rocha, 2022).

¹⁹The party declared that China was in the primary stage of socialism, under which a flourishing capitalist economy was a prerequisite for a later move to total state ownership. Mao was said to have tried to skip or compress this inevitable stage of historical development by jumping too quickly to the collectivization of agriculture and the nationalization of industry in the 1950s. It could be said that, in Deng's view, a good communist first needed to be a good capitalist.

Quanto à reaproximação Sino-soviética, Rocha (2022) relata que as tentativas se iniciaram em 1986, o discurso de Gorbatchev muitas vezes apresentava um novo nível de flexibilidade no qual se constituíam várias propostas para a região da Ásia-Pacífico. Logo as relações voltaram a ser retomadas, mas somente teriam um ponto de guinada alto perante o fim da URSS e a independência da Federação Russa em 1991.

Adicionalmente, o governo de Deng obteve uma inserção no Sistema Internacional ao conquistar a participação em órgãos importantes como a ONU e o Conselho de Segurança em 1971. Demonstrando uma conquista no processo de inserção da China bem como um reconhecimento quanto à relevância que a RPC construiu no sistema e seu potencial de atuação. Concomitantemente ocorreu a intensificação das relações com o Terceiro Mundo na era Deng, guiados pelos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica (Junior, 2013; Joseph, 2019; Carlos, 2022; Rocha, 2022).

A era do isolacionismo chinês se despedia de seu longo período de duração. Agora, o pragmatismo viria a tomar conta das relações chinesas para com o sistema internacional e o processo de expansão das relações tomava conta. Ao relatar sobre este novo processo Carlos (2022, pág. 42) discorre que:

As relações com o Terceiro Mundo na era Deng foi uma intensificação do que Mao iniciou em seu governo. Porém, apresentou características próprias da política externa, marcada por uma atuação diversificada e símbolo de uma nova política externa.

Logo, podemos identificar que a política externa do governo de Deng Xiaoping apresentou mudanças quanto ao relacionamento da China para com os países, ao adotar os Cinco Princípios como norteadores de sua atuação e utilizar destes para reforçar a ideia de *One China Policy*²⁰, ao propor a China como uma unidade estatal soberana e buscar a reconquista sobre o Território de Hong Kong e Taiwan (Junior, 2013; Joseph, 2019; Carlos, 2022; Rocha, 2022).

A política de Deng possui singularidade ao ser caracterizada por sua amplitude e pragmatismo estratégico, permitindo que a China obtivesse benefícios ao estabelecer relações com diferentes blocos como os Estados Unidos, a antiga URSS e os países em desenvolvimento do sul global — anteriormente denominado como terceiro mundo. Essa atuação ocorria visando o alavancamento do desenvolvimento

²⁰Política de uma só China (tradução nossa)

econômico, a atração de investimentos e a expansão do comércio exterior, um contraste com a política externa mais seletiva de Mao (Junior, 2013; Joseph, 2019; Carlos, 2022; Rocha, 2022).

2.6 Jiang Zemin (1993 - 2003)

O governo de Jiang Zemin obteve um grande proveito ao usufruir dos frutos das mudanças econômicas promovidas por Deng. Ainda pela popularidade de Deng Jiang veio a assumir o governo da RPC de modo mais discreto, a fim de manter o respeito a Deng como principal influenciador na política e não causar fissuras entre o PCC, visto a imagem positiva que este detinha e que era de extrema importância para a manutenção do partido no poder, logo Zemin somente viria a ganhar alguma parcela de destaque após a morte de Deng em 1997 (Junior, 2013; Joseph, 2019; Rocha, 2022).

A decisão de Deng Xiaoping de colocar Jiang Zemin à frente do partido e do governo foi recebida com ceticismo nos meios políticos de Pequim. Os conservadores do partido, mas também jornalistas e acadêmicos estrangeiros, descreviam Jiang como político sem carisma, desprovido de bases próprias de poder e, de modo geral, incompetente (Oliveira, 2003, pág.144)

Jiang Zemin obteve maior papel dentro do partido perante o governo de Deng ao ser nomeado pelo mesmo, em junho de 1989 após a ocorrência do Massacre da Praça da Paz Celestial²¹, ao cargo de Secretário Geral do Partido Comunista Chinês. Em novembro do mesmo ano Jiang viria a ser nomeado Presidente da Comissão Militar Central. Tornou-se Presidente da RPC em 1993, ocupando assim os três cargos mais elevados nos ramos militar, partidário e estatal do poder na China. A política externa deste seguia as diretrizes de Deng Xiaoping, e ao ser nomeado Presidente atuou de modo discreto, logo suas ações somente vieram a tomar maior evidência com a morte do líder anterior (Yoshihumi, 2003; Junior, 2013; Joseph, 2019; Rocha, 2022).

²¹A morte do ex-líder do partido Hu Yaobang, considerado por muitos como um reformista simpático às suas aspirações por maior liberdade política, em 15 de abril de 1989, atuou como ápice para a realização de manifestações populares pacíficas ocorridas em Pequim. Os manifestantes buscavam reivindicar mais liberdade política, transparência governamental e combate à corrupção. Os mesmos alegavam que mesmo perante as reformas econômicas de Deng Xiaoping não foram realizadas reformas políticas equivalentes. O exército do Exército de Libertação Popular (ELP) foi enviado para Pequim para limpar as ruas perto de Tiananmen dos manifestantes. Isto resultou no chamado Massacre de Pequim de 4 de junho de 1989, onde um número ainda desconhecido de civis foi morto pelo exército chinês (Joseph, 2019).

O governo de Jiang pode ser visto como o início de uma era de política de elite relativamente consensual na China, após o governo volátil e personalista de Mao e Deng. Sob Jiang, cada facção de liderança, definida mais por base geográfica, laços pessoais e afiliação institucional do que por diferenças ideológicas, recebeu sua devida cota de cargos (um fenômeno descrito por um neologismo, *baiping*, ou “arranjar de forma equilibrada”), e o processo de formulação de políticas tornou-se mais institucionalizado (Joseph, 2019, pág. 138, tradução nossa)²².

A política externa chinesa sob Jiang Zemin veio a adotar mais características de seu governante a partir de 1997, ao iniciar seu governo sob os passos de Deng. Quanto a este período ganha destaque a questão de Taiwan ao assumir, em 1994, a chefia do Pequeno Grupo Líder Central para Assuntos de Taiwan. Esta permaneceu como a questão de maior destaque nas relações sino-americanas, e a liderança neste domínio implicava, virtualmente, a iniciativa nas relações exteriores (Oliveira, 2003; Yoshihumi, 2003; Joseph, 2019).

Após a morte de Deng em 1997, Jiang começou a imprimir suas próprias características, mudando o estilo de uma diplomacia de uma observação cautelosa para uma abordagem mais proativa e "*outgoing*"²³. Durante seu governo veio a se envolver ativamente enquanto a diplomacia de alto nível e veio a sediar conferências internacionais, enfatizando a diplomacia de cúpula. Embora tenha havido uma mudança no estilo, a substância das políticas mudou pouco inicialmente (Oliveira, 2003; Yoshihumi, 2003; Joseph, 2019).

Quanto às iniciativas e características mais notáveis da política externa de Jiang Zemin se encontram: a promoção quanto a multipolaridade, visando contrapor ao que era visto como unilateralismo dos EUA; a adoção às ações internacionais antiterrorismo após os ataques de 11 de setembro de 2001; a recuperação da iniciativa quanto a assuntos de Taiwan; a iniciativa de Jiang ao propor o respeito à diversidade cultural do mundo e promover a democratização nas relações internacionais através da "observação calma e resposta cuidadosa"; sediou a Cúpula da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) em Xangai em 2001 e estabeleceu a Organização de Cooperação de Xangai, buscando expandir seus interesses e melhorar seu status internacional a partir do regionalismo; a compra de armamentos da Rússia, a fim de

²² Jiang's rule can be seen as ushering in the era of relatively consensual elite politics in China after the volatile strongman rule of Mao and Deng. Under Jiang, each leadership faction, defined more by geographical base, personal ties, and institutional affiliation than by policy or ideological differences, got its fair share of appointments (described by a new slang word, *baiping*, or “to arrange evenly”), and policy making became more institutionalized.

²³ Termo utilizado para se referir a uma política mais aberta e abrangente.

acelerar a modernização das Forças Armadas (PLA) e para aumentar sua projeção de poder contrapondo o posicionamento estadunidense quanto a OTAN; a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001; e a integração de regiões de fronteira como Tibete e Xingjian de forma mais completa ao território nacional (Oliveira, 2003; Yoshihumi, 2003; Joseph, 2019).

A política externa de Jiang Zemin foi moldada por um contexto de rápido crescimento econômico que, em parte, impulsionou a confiança chinesa e permitiu a modernização militar. Ao mesmo tempo, o regime foi fortalecido por uma política externa considerada "deslumbrantemente bem-sucedida" — incluindo o retorno de Hong Kong e Macau e a eliminação de ameaças sérias à segurança nacional (Zheng, 2007; Yoshihumi, 2003; Joseph, 2019).

No entanto, também houve ansiedade devido a problemas internos, como desigualdade e corrupção, e os desafios da globalização. A ascensão do nacionalismo após 1992 também influenciou a política externa. A prioridade interna de estabilidade também serviu de base para as decisões de política externa (Zheng, 2007; Yoshihumi, 2003; Joseph, 2019).

Em resumo, a política externa de Jiang Zemin pode ser analisada como uma continuação das diretrizes de Deng Xiaoping, mas ainda com uma evolução no estilo e uma adaptação proativa às mudanças globais e regionais. Caracterizando-se pela busca cautelosa e crescente, por um papel mais assertivo no cenário internacional, impulsionada pelo sucesso econômico e pela modernização militar, mantendo sempre a primazia do controle do Partido e da estabilidade interna como fundamentos (Zheng, 2007; Yoshihumi, 2003; Joseph, 2019).

2.7 Hu Jintao (2003 - 2013)

A participação de Hu Jintao no PCC ganhou destaque a partir de sua ascensão como primeiro-ministro em janeiro de 1976, este trabalhou em grande parte de forma cooperativa com Deng em 1977–1978 para eliminar a influência da Revolução Cultural, mas a partir do final de 1978 foi gradualmente minado por sua falta de senioridade no Partido. Ainda, em relação ao seu estilo de governo Joseph (2019) relata:

Talvez o fato mais importante sobre Hu Jintao seja que ele foi o único líder máximo da China reformista que não sofreu durante o governo de Mao. Deng Xiaoping, Hu Yaobang, Zhao Ziyang, Jiang Zemin e até mesmo o atual líder do partido, Xi Jinping (que foi enviado para trabalhos manuais no campo durante a Revolução Cultural), sofreram em diferentes graus. Assim, durante

seu mandato de dez anos no poder, de 2002 a 2012, Hu foi mais receptivo às críticas da Nova Esquerda às políticas de Jiang e iniciou medidas para lidar com questões de justiça social e desenvolvimento ambientalmente sustentável (pág.141, tradução nossa).²⁴

A política externa de Hu, se encontra focada no discurso da "sociedade harmoniosa". Este discurso representa uma mudança na compreensão da liderança sobre a posição da China no mundo e, correspondentemente, em sua estratégia internacional geral. Buscando continuar o processo de aproximação da RPC com outros Estados e promover um lugar da China no mundo. No novo contexto a China enfrentou novas externalidades, incluindo: terrorismo internacional, movimentos separatistas, contenção estratégica, grandes desequilíbrios comerciais, entre outros (Zheng, 2007; Cabestan, 2009; Joseph, 2019).

Durante seu governo Hu teve de lidar com desafios internos, os quais surgiram como consequências do rápido desenvolvimento e da globalização como: desigualdades regionais crescentes, um sistema de bem-estar social enfraquecido, desemprego massivo, pobreza estrutural e preocupações ambientais crescentes. Logo, a RPC passou a necessitar de um papel mais proativo para moldar seu próprio destino, tanto interna quanto externamente (Zheng, 2007; Cabestan, 2009; Joseph, 2019).

Perante a este, Jintao demonstrou possuir um menor enfoque quanto à esfera internacional, focando-se mais em problemas internos. Mediante a isto, a sua política foi alinhada a padrões já estabelecidos por Jiang Zemin e Deng Xiaoping. Entre algumas mudanças e características da política externa de Hu se encontram: o aumento do papel de diplomatas, especialistas e burocracias a fim de lidarem com temas quanto a comércio, relações econômicas internacionais, energia, propaganda; e a expansão das embaixadas chinesas, para melhorar a imagem da China no exterior e influenciar políticas externas (Zheng, 2007; Cabestan, 2009; Joseph, 2019).

Logo, a política externa sob Hu Jintao ficou demarcada pelo discurso de "mundo harmonioso", a busca por um papel mais proativo e uma abordagem de "*outgoing*", embora com um foco significativo em problemas internos. O processo de

²⁴Perhaps the single most important fact about Hu Jintao was that he was the only top leader of reform China who did not suffer under Mao. Deng Xiaoping, Hu Yaobang, Zhao Ziyang, Jiang Zemin, and even the current head of the party, Xi Jinping (who was sent to do manual labor in the countryside during the Cultural Revolution), all did to one degree or another. During his ten- year stint in power from 2002 to 2012, Hu was thus more responsive to the New Left critique of Jiang's policies and initiated measures to redress the questions of social justice and environmentally sustainable development.

tomada de decisão manteve a centralização do PCC, mas viu um aumento na influência de atores civis e locais, juntamente com desafios persistentes de coordenação (Zheng, 2007; Cabestan, 2009; Joseph, 2019).

2.8 Xi Jinping (2013 - atualmente)

Xi Jinping é filho de Xi Zhongxun, um organizador de guerrilha dos exércitos comunistas nos anos 1930 e que posteriormente se juntou à liderança chinesa pós-1949, o pai de Xi Jinping foi expulso do partido por Mao e somente voltaria às atividades no partido após a morte de Mao. O novo líder se juntou à Liga da Juventude comunista em 1971 e em 1974 no Partido Comunista Chinês. A volta de seu pai para as atuações no partido impulsionou a presença de Xi Jinping no mesmo, e posteriormente, o afastamento de seu pai, não veio a respingar sob Xi (Joseph, 2019).

Durante os planos para a sucessão de liderança de 2002 que levaram Hu Jintao ao poder, foi considerada a possibilidade de promover Xi ao Politburo para indicar que ele seria o futuro líder. Mas o plano foi abandonado porque se via como algo que amarraria demais as mãos do partido com muita antecedência. Em meados de 2007, havia se desenvolvido um consenso em torno de Xi como o “núcleo” da liderança da “quinta geração” que substituiria a “quarta geração” de Hu Jintao em 2012 (Joseph, 2019, pág 144, tradução nossa)²⁵.

Xi assumiu a presidência da China em março de 2013, sendo o primeiro líder nascido após a fundação da República Popular da China. Este herdou uma China que já havia realizado uma expansão econômica e modernização militar, possuindo um sucesso econômico expressivo, mesmo após a crise de 2008 e ainda perante uma desaceleração desse crescimento, o que proporcionou uma base para uma nova estratégia global (Joseph, 2019; Thompson, 2020).

Desde o início de seu governo este veio a divergir sua abordagem da aplicada por Deng Xiaoping, a qual anteriormente serviu de base para a atuação de Jiang Zemin e Hu Jintao. Sua liderança ficou caracterizada por uma política externa mais proativa e confiante ao se afastar da diplomacia que realizava uma busca cautelosa por um papel mais assertivo no cenário internacional. A nova atuação ocorreria pela possibilidade de transformar o "Sonho Chinês" em realidade, ao criar iniciativas de

²⁵During plans for the 2002 leadership succession that brought Hu Jintao to power, consideration was given to promoting Xi to the Politburo to indicate that he was the future leader. But the plan was abandoned because it was seen as binding the party's hands too far in advance. By mid- 2007, a consensus had developed around Xi as the “core” of the “fifth generation” leadership that would replace Hu Jintao's “fourth generation” in 2012.

política externa próprias que não dependam de potências ocidentais (Joseph, 2019; Thompson, 2020).

Ao assumir, Xi Jinping (2013) proferiu um discurso quanto a sua política externa, deste é possível identificarmos o modo como a RPC viria a se comportar no cenário internacional e alguns de seus objetivos a serem alcançados por meio desta:

A China prosseguirá de forma determinada o seu caminho de desenvolvimento pacífico, reforçando o desenvolvimento conjunto, mantendo um sistema de comércio multilateral e participando na governação económica global. A China nunca conduzirá a sua política de desenvolvimento à custa do sacrifício dos interesses de outros países. Nunca retirará para si benefícios que possam prejudicar outros, mas nunca abdicará dos seus legítimos direitos e não sacrificará os seus interesses nacionais vitais. Nenhum país deve presumir que estaremos disponíveis para trocar os nossos interesses vitais ou que estaremos dispostos a engolir “o amargo fruto” da subalternização da nossa soberania, segurança e interesses no desenvolvimento[...].(Renmin Bao apud Carriço, 2013, pág.38-39)

Perante ao discurso é possível identificarmos a visão pacífica que Xi Jinping buscou propagar quanto a atuação chinesa no sistema, reforçando o seu interesse quanto a não inserção chinesa em aspectos internos de outros Estados e fortalecendo a adoção e influência dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica na formulação na PECh — estes foram criados com base nos Dez Princípios de Bandung com a ocorrência da Conferência de Bandung em 1956, e tiveram grande efetividade quanto ao estabelecimento de relações da China com vários países da África e da América do Sul.

A turbulência é o que o povo chinês receia e a estabilidade é o que ele defende, sendo a paz mundial algo que procura reforçar. Os cinco princípios da coexistência pacífica, o estabelecimento e desenvolvimento de uma política externa independente, a refutação da condução de políticas hegemónicas e expansionistas são pilares que contribuem para a salvaguarda da paz mundial. [...] A China irá prosseguir com a consecução dos objetivos do “duplo centenário”: o de construir uma sociedade moderadamente próspera até 2021; e em 2040 ser uma sociedade próspera, forte, democrática, culturalmente avançada, harmoniosa num país socialista moderno (Renmin Bao apud Carriço, 2013, pág.38-39)

Thompson (2020) aponta que todo o desenvolvimento económico chinês, além de proporcionar um maior poderio de atuação a RPC ainda expõe a dependência quanto ao acesso a matérias-primas de origem global e aos mercados consumidores estrangeiros para seus bens industriais e de consumo. Logo, a defesa dessa globalização chinesa ocorreria com a concentração de riqueza nacional acumulada, poder diplomático, económico e militar, e a disposição de usar estes fatores

impulsionadores de poder, que viriam a ter implicações quanto a visão acerca da China no sistema internacional.

Ao contrário de seus dois predecessores, Jiang Zemin e Hu Jintao — ambos pouco inspirados na formulação de uma estratégia nacional —, Xi formulou sua própria visão sob diferentes slogans, como “Sonho Chinês”, “Sonho Ásia-Pacífico” e “Uma Faixa, Uma Rota” (Cinturão Econômico da Rota da Seda e Rota da Seda Marítima). A essência da grande estratégia emergente de Xi Jinping é a prosperidade do Estado, o orgulho coletivo e a felicidade coletiva, bem como a revitalização nacional. No entanto, Xi provavelmente enfrentará obstáculos estruturais significativos para implementar sua visão de uma China em ascensão. Xi já está sendo chamado de o líder mais poderoso da China desde Deng Xiaoping (Stenslie e Gang, 2016, pág. 118, tradução nossa)²⁶

Portanto, a política de Xi Jinping surge em um período com obstáculos internos e externos, ao necessitar da continuidade do crescimento e desenvolvimento chinês tanto para a construção e viabilização do sonho chinês quanto mediante as desigualdades sociais vigentes na China e a maior demanda da crescente classe média quanto a qualidade de vida, acesso a informações e maior participação política, mas ainda sim se destacando em relação aos seus antecessores pela adoção de uma grande estratégia emergente como apontam Stenslie e Gang (2016).

Propostos em 2013, pouco tempo após a chegada a liderança de Xi, as propostas do Cinturão Econômico da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Século XXI, são pilares cruciais da grande estratégia emergente que Xi formalizou nos primeiros três anos de seu mandato, em uma de suas mais emblemáticas ações para o desenvolvimento do “Sonho Chinês”. Ambos os projetos, visam a criação de uma nova rede de infraestrutura e comércio, inspirada na antiga Rota da Seda, com a iniciativa do Cinturão Econômico da Rota da Seda atuando na parte terrestre com foco em estradas, ferrovias e oleodutos, enquanto a Rota da Seda Marítima se concentra em rotas marítimas e portos conectando a China a outros países da Ásia, Europa e África (Stenslie e Gang, 2016).

Stenslie e Gang (2016) identificam como este “Sonho Chinês” aparenta ser uma promessa de restauração nacional, a qual concederia ao povo um papel mais

²⁶Unlike his two predecessors, Jiang Zemin and Hu Jintao—both of whom were lackluster in theorizing a national strategy—Xi has formulated his own vision under different slogans such as “China Dream,” “Asia-Pacific Dream,” and “One Belt, One Road” (Silk Road Economic Belt and Maritime Silk Road). The essence of Xi Jinping’s emerging grand strategy is state prosperity, collective pride and collective happiness, and national rejuvenation. Yet Xi is likely to face significant structural obstacles when it comes to the implementation of his vision for rising China. Xi is already being referred to as China’s most powerful leader since Deng Xiaoping.

importante na ascensão da China. Se tratando de algo mais do que apenas o conforto material da classe média, em contraste com seu homônimo americano. Esse sendo demonstrado pela expansão do sonho ao expor perante a reunião anual de líderes da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), sediada em Pequim, em novembro de 2012. Assim, apresentando a possibilidade de ascensão conjunta a seus vizinhos, que segundo Stenslie e Gang (2016, pág. 122, tradução nossa)²⁷: [...] estão ansiosos para se beneficiar da expansão econômica da China, mas cautelosos quanto às suas intenções políticas hegemônicas.

Essa mobilização quanto a expansão de atuação na Ásia se demonstrou mais ambiciosa ao propor a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), como uma alternativa ao Banco Mundial. Ainda, a proposta de criação da Área de Livre Comércio da Ásia-Pacífico (FTAAP), a qual segundo o Presidente Xi Jinping perante a Reunião de Líderes Econômicos da APEC em 2016 apontou que: é uma iniciativa estratégica crítica para a prosperidade a longo prazo da Ásia-Pacífico (Stenslie e Gang, 2016). Para mais, quanto ao processo de expansão, Stenslie e Gang apontam o processo internacional que a China visa realizar:

Xi destacou que a relação da China com o resto do mundo está mudando e que a China deve desenvolver uma presença internacional que reflita melhor seu papel como superpotência. Isso implica uma diplomacia mais ativa e pressão por reformas nas organizações internacionais para garantir a representação chinesa, de modo a proteger os interesses do país. Xi também afirmou que é necessário fortalecer o “poder brando” da China para que o país possa transmitir melhor sua mensagem ao resto do mundo. Vale observar que as formulações sobre o estabelecimento de “uma rede global de parceiros” e “um novo tipo de relação entre superpotências” baseiam-se na “cooperação ganha-ganha” (Stenslie e Gang, 2016, pág.118, tradução nossa)²⁸.

Heiermann (2025) aponta que essas inserções e o novo método de atuação da política externa chinesa perante o sistema ocorreram também motivados pelo novo papel de diversos grupos de interesse, como os ligados aos interesses militares, a meios de comunicação de massa, empresas de energia e exportadores de

²⁷The rise of China thus represents both opportunity and anxiety to neighboring countries that are eager to benefit from China's economic expansion but are wary of its hegemonic political intentions.

²⁸ Xi stressed that China's relationship with the rest of the world is changing and that China must develop an international presence that better reflects its role as a superpower. This implies a more active diplomacy and pressure for reform of international organizations to ensure Chinese representation so that China's interests are safeguarded. Xi also said that it is necessary to build up China's “soft power” in order to make China better able to communicate its message to the rest of the world. It is worth noting that formulations concerning the establishment of “a global network of partners” and “a new kind of superpower relations” is based on “win-win cooperation”.

manufaturados. Ainda, o fator da ascensão da região da Ásia, a alteração na balança de poder entre a China e os Estados Unidos e a desarticulação do sistema político mundial, se tornam ótimos motores ao alimentarem a visão e a possibilidade de maior dilatação da atuação chinesa (Heiermann, 2025).

Além disso, quanto a mudanças na política externa cabe-se destacar a criação da Comissão de Segurança Nacional (CSN), por meio da qual passou a ter a fim de obter um maior controle sobre a segurança interna, externa, política e militar e maior centralização e comando sobre o Exército de Libertação Popular. Heiermann ainda discorre sobre a participação chinesa, durante o governo de Xi, nos principais órgãos econômicos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), dentre os quais a China se destaca por ter um amplo alcance de sua moeda nas reservas e transações internacionais (Stenslie e Gang, 2016; Lima, 2023; Heiermann, 2025).

Igualmente, se expõe o anseio chinês quanto o arranjo de autoridades chinesas em funções de liderança ou chefia em diversas instituições do sistema ONU e agências como a Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a União Internacional de Telecomunicações (ITU) e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO). Bem como se pode destacar a participação chinesa quanto às Missões de Paz da ONU, que sofreram um aumento expressivo desde 2010 (Stenslie e Gang, 2016; Lima, 2023; Heiermann, 2025).

Toda essa busca por participação e inclusão da China em organismos e fóruns demonstra um claro interesse em uma agenda internacional mais ativa, que visa não somente uma maior participação chinesa no cenário global, mas também o compartilhamento da visão chinesa sobre as possibilidades políticas e quanto à ordem do sistema global vigente (Stenslie e Gang, 2016; Lima, 2023; Heiermann, 2025).

Ao propagar discursos com aspectos como as relações “win-win” e promover os “direitos humanos sob o socialismo com características chinesas”, Xi Jinping tem defendido constantemente a reforma do sistema global de governança, mas não a fim de instaurar o “modo chinês” de se fazer algo, mas propondo refletir uma variedade de perspectivas e modificar a imagem moldada no período da Guerra Fria quanto a RPC (Stenslie e Gang, 2016; Lima, 2023; Heiermann, 2025).

A política externa durante o governo de Xi Jinping ficou caracterizada por sua presença quanto as agendas internacionais, em fóruns e organizações, ainda seu

posicionamento interno na RPC demonstram uma Centralização e Personalização do Poder, retomando a posição a qual vinha sendo realizada em maior discrição desde Deng Xiaoping. Também se diferencia das anteriores pelo maior controle do Partido sobre o Estado e as Forças Armadas; ao combate à corrupção, a qual se demonstrou a mais dura; o uso da política externa como ferramenta para consolidar o desenvolvimento econômico e a preservação do regime do PCC a qual é a principal motivadora das ações e decisões políticas; e a prioridade quanto ao desenvolvimento pacífico e equilíbrio interno e externo (Stenslie; Gang, 2016; Lima, 2023; Heiermann, 2025).

O histórico do desenvolvimento da política externa chinesa se faz importante mediante ao estudo das relações deste para com os Estados de Angola e Moçambique, pois demonstra não só a visão de cada um de seus líderes quanto às possibilidades de relações em razão as mudanças no sistema internacional, como também apontam o processo de abertura e desenvolvimento da China. A compreensão quanto a visão e posicionamentos de cada um destes líderes possibilita uma compreensão quanto a motivação a algumas políticas aplicadas e refletem um processo de construção de uma matriz política a ser utilizada como guia para futuras relações e avanços.

É mediante este histórico que podemos analisar e buscar compreender a aplicação das Teorias chinesas de Relações Internacionais, das quais buscam explicar e justificar a atuação chinesa perante o Sistema Internacional. Logo se faz necessária a compreensão dos fatores endógenos e exógenos dos quais influenciaram a visão quanto à atuação da China e estabeleceu referência para a formação das teorias.

3. HISTÓRICO DAS RELAÇÕES CHINA-ÁFRICA

As relações da China com o continente africano remontam do período da Guerra Fria, tendo o início de sua interação com o surgimento de alguns dos novos Estados — estes que surgiram mediante a eclosão dos movimentos de nacionalismos e Pan-Africanismo o que desencadearam na ocorrência das guerras de independência.

A disputa pelos territórios africanos traçou o início da relevância que estes territórios viriam a ter geopoliticamente, com a disputa ideológica entre Capitalismo e Socialismo atuando no fomento de disputas destes novos Estados - agora não somente se encontravam como fonte de materiais primários, mas também significavam apoio e números mediante as disputas e possibilidades quanto a nova divisão do sistema. Neste contexto, Angola e Moçambique ocuparam posições importantes pois detêm riquezas naturais abundantes e relevância geoestratégica, e ainda mais pelos laços históricos que se formaram com o apoio dos movimentos de libertação pelos países interessados no conflito Angolano e moçambicano como uma reflexão de seu poder e capacidade.

Em razão da importância dos países africanos e mediante ao contexto de expansão ideológica e de influência que a Guerra Fria veio a viabilizar, desde os anos de 1960, a China buscou realizar uma aproximação, cultivando alianças políticas e ideológicas com movimentos revolucionários africanos, como o Movimento Popular de Libertação de Angola e a Frente de Libertação de Moçambique, no âmbito de sua diplomacia revolucionária maoísta e da disputa por influência durante a Guerra Fria.

Este capítulo busca expor o percurso histórico das relações da China com os respectivos países analisados de Angola e Moçambique. Em uma tentativa de evidenciar essas relações e como estas foram marcadas por continuidades e inflexões desde os primeiros contatos durante os processos de descolonização, passando pelos períodos de guerra civil e reconstrução nacional, até a consolidação de parcerias econômicas no século XXI.

Ainda, ressaltam-se os elementos comuns da política externa chinesa para a África, quanto às especificidades do relacionamento com cada Estado, os quais vêm a influenciar diretamente as relações que estes países compõem atualmente e que interferem na dinâmica sistêmica em contraponto a outros estados no sistema internacional.

3.1 Relações China-Angola

Angola é um país que se situa entre os trópicos de Câncer e de Capricórnio e possui fronteiras terrestres com Zaire, Zâmbia e Namíbia. Tais fronteiras atingem os 4.747 quilômetros e a sua linha costeira com o Oceano Atlântico de 1.650 quilômetros sendo a maior dentre os outros países da África Ocidental. É um dos territórios mais ricos em minerais do Sul da África, com extensos depósitos de minerais os quais explicam a luta pelo controle militar, político, territorial e comercial do país. Ainda, entre 1960 e 1970 foi confirmada a presença de recursos importantes como petróleo, minério e diamantes, no território Angolano, angariando uma maior atenção ao Estado.

Figura 2 - Mapa do território de Angola.



Fonte: WorldAtlas, 2025, [s.p.].

As relações entre China e Angola remontam do início da Guerra Civil Angolana pelo poder administrativo do novo Estado. Treze anos antes da conquista da independência a luta pela mesma fora defendida, em grande parte, por três importantes grupos, os quais ganharam destaque por suas frentes a Portugal: a FNLA, Frente Nacional de Libertação de Angola; o MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola; e, mais tarde, a UNITA, União Nacional para independência Total de Angola.

Os três movimentos, mesmo que buscassem um mesmo objetivo, possuíam

características e ideologias diferentes umas das outras, estas diferenças se fizeram primordiais quanto a fissura que desencadeou o início da disputa de poder, a qual se estenderia pelo grande período de vinte e seis anos da história de Angola.

A ocorrência da disputa de poder em Angola se deu, assim como em grande parte da África, concomitante ao período da Guerra Fria. Nos países africanos que tiveram a independência nesse período foi divergente, tendo cada um dos grupos de movimentos a independência vindo a sofrer um apoio pelas partes, somado a este apoio vigente do contexto em que a disputa estava inserida, ainda deve-se considerar as lideranças desses grupos e a própria composição dos mesmos.

Os movimentos de independência ocorriam por meio das guerrilhas, os quais, mais tarde, com a conquista da independência se transformaram em partidos ao governo. Estes anteriormente, no período da busca pela independência, eram em sua grande maioria compostos por jovens estudantes e seus líderes compunham, geralmente, personalidades que tiveram experiências exteriores a seu território e traziam consigo a bagagem do conhecimento diverso de suas experiências, sendo assim também influenciados por estes.

Desse modo faz-se compreender que perante a disputa já se haviam preceitos, conhecimentos, conexões e auxílios proporcionados pelos lados vigentes da Guerra Fria e estes chegaram a influenciar as visões acerca do futuro de uma Angola livre e mais tarde de um governo de Angola. A fim de expor quais obtiveram o apoio chinês, e quanto a influência direta e indireta quanto aos líderes dos movimentos, vem a ser exposto um pouco da estrutura e composição dos três movimentos.

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) foi fundado dezembro de 1956, diretamente influenciado pela publicação do Manifesto de 1956²⁹, a fim de organizar os africanos para a defesa dos seus direitos e realizar a preparação para obterem a independência. Dotado de nacionalistas inspirados no Partido Comunista Angolano e no Partido Comunista Português — o Partido Comunista Português vinha atuando na região desde 1949 auxiliando na difusão de panfletos e documentos dando origem a mais movimentos marxistas-socialistas que operam clandestinamente —, o movimento surgiu tendo sua composição com mestiços, assimilados e a da população do interior do território que possuíam contato com socialistas e comunistas

²⁹Documento político no qual se estabeleciam seus princípios ideológicos, objetivos e estratégias iniciais de luta contra o colonialismo português em Angola do Movimento Popular de Libertação de Angola.

portugueses.

Entre as lideranças emblemáticas que moldaram o MPLA, Viriato da Cruz ocupou um lugar de destaque pela sua autoria quanto ao Manifesto de 1956, documento que impulsionou o surgimento do MPLA, e seu cargo como primeiro secretário-geral. Fundamental na organização do movimento no exterior e, seguindo uma linha maoísta, foi responsável por iniciar os laços de apoio militar e financeiro com a China.

No entanto, essa aliança fora desestimulada quando Viriato da Cruz deixou o movimento devido a divergências ideológicas. A trajetória do MPLA foi então impulsionada por Agostinho Neto, Vice-Presidente do primeiro Comitê Diretor (1962), que adotou uma linha marxista-leninista. Sob a sua liderança o movimento alcançou uma vitória diplomática decisiva ao obter o reconhecimento pela Organização da Unidade Africana como único movimento de libertação de Angola, conquistado em 1965.

Em 11 de novembro de 1975, o líder do Movimento, Antônio Agostinho Neto, proclamou a independência de Angola após 14 anos de guerra contra o poder colonial português e após o falecimento do mesmo em 1979 a sucessão recaiu sobre José Eduardo dos Santos. Este, já possuía um histórico relevante dentro da organização, por ter atuado como Diretor Geral do Departamento de Assuntos Sociais e Econômicos e como representante do MPLA na Conferência de Quadros³⁰, assumindo assim o comando do partido e, posteriormente, do país.

Com suas bases no Marxismo e Socialismo, o movimento fora entendido como “uma frente única de forças anti-imperialistas de Angola, não tendo restrições a cores políticas, às crenças religiosas e às tendências filosóficas” (Silveira apud da Cruz, 1956). O grupo propunha a libertação de Angola a partir de uma luta revolucionária armada da união do povo pelo poder. Desde seu início, o MPLA procurou construir um papel internacional e uma frente unida dos movimentos revolucionários, montando uma ofensiva política e diplomática na tentativa de ganhar mais apoio internacional (Silveira, 2011; Weigert, 2011)

Desse modo, Silveira aponta que o partido defendia o "neutralismo positivo" na

³⁰ A Conferência de Quadros realizada em Brazzaville, entre os dias 3 e 10 de Janeiro de 1964, iria assinalar, de ponto de vista político-institucional, o princípio do fim da crise e a consolidação interna do MPLA; a que se seguiria o reconhecimento internacional como organização político-militar. A partir de então, o MPLA estava em condições de iniciar uma efetiva luta armada contra a dominação colonial e anular a sua desvantagem político-militar relativamente à organização rival: a FNLA.

sua política externa, um princípio nascido na Conferência de Bandung (1955), recusando um alinhamento com qualquer dos blocos, embora na prática cada movimento tenha escolhido os seus aliados.

A Frente Nacional de Libertação de Angola surgiu da fusão entre a União das Populações de Angola (UPA) e o Partido Democrático de Angola (PDA) em 1962. Desde antes de sua formação uma parte dos componentes a serem fundidos já demonstrava uma certa rivalidade com outro movimento de independência, a UPA possuía atritos com o MPLA ao se diferir do tanto a ideologia — visto que o primeiro continha uma base anticomunista — quanto em composição, como aponta Bittencourt (2007) ao salientar que no olhar do líder da UPA, Álvaro Holden Roberto, a participação de mestiços e aliados à composição dos movimentos turvaram a imagem de ligação a uma África interior, assim desmotivando e enfraquecendo o movimento (Silveira, 2011).

Com o processo de coalizão e mediante a disputa com Portugal à Frente foi composta por algumas lideranças emblemáticas como Holden Roberto, anterior líder da UPA o qual veio a se tornar presidente da FNLA, foi fundador do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE). Este possuía de um alinhamento anticomunista desse modo conseguiu apoio dos países ocidentais, tendo seu maior apoio sido os Estados Unidos, apesar de ter realizado pontuais relações com a China e Iugoslávia. Apesar de controverso, foi um líder carismático e com forte visão nacionalista.

Concomitante à liderança de Holden, Emmanuel Kunzika, anterior líder do PDA, ocupou o cargo de Vice-Presidente na FNLA e de Primeiro Vice-Primeiro-Ministro do GRAE, após 1964 demonstrou um maior descontentamento com Holden em razão a incompatibilidades ideológicas e as discussões quanto a hierarquia dentro do grupo, o que mais tarde levaria a sua saída do mesmo.

Ainda entre as personalidades se encontra a participação de Viriato da Cruz, ainda após sua retirada do MPLA viria a buscar sua filiação ao FLNA, ainda que possuíssem diferenças ideológicas com Holden, este e seus aliados. Após pressão, o líder da FNLA cedeu a aceitação, posteriormente a participação de Viriato intermediária conexões de Holden com a China que proporcionaram treinamentos e armamentos em meados de 1964 (Silveira, 2011).

A União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) foi um dos últimos grupos a ter a sua formação, em 1966, com seu surgimento motivado a partir

de um descontentamento dos líderes e integrantes da FNLA, em vista do apoio do Holden pelos ocidentais e a indignação destes quanto ao avanço da guerra e a não realização de contato e promoção a participação na disputa com o povo no interior de Angola. Sua criação foi liderada por Jonas Savimbi, anteriormente o mesmo já havia papéis de destaque na UPA, tendo sido Secretário Geral em 1960 e ocupando o cargo de Ministro das Relações Exteriores na FNLA (Silveira, 2011).

Inicialmente a UNITA era vista como uma “Terceira Força” a qual buscava uma posição intermediária entre FNLA e MPLA, na medida que discordava de uma dependência exclusiva ao ocidente, em especial dos Estados Unidos, por apoio e, ainda, quanto ao gerenciamento da guerra por independência, o novo movimento propunha levar a guerra de libertação ao interior de Angola (Silveira, 2011). Silveira (2011) aponta que o surgimento da UNITA, sofreu grande influência da projeção do conflito sino-soviético. Tal conflito não possibilitou a união do grupo com o MPLA, o qual havia sido proposto anteriormente pela URSS e China, mas perante o cisma não avançaram.

As relações entre China e UNITA viriam a ocorrer com o acontecimento da Guerra Civil, num posicionamento chinês contra a URSS e pela parceria entre FNLA e UNITA, e assim participando da disputa por presença na região com o grupo ocidental, composto pelos Estados Unidos, África do Sul e Zaire (atual República Democrática do Congo).

Quadro 1 - Comparativo quanto aos movimentos de libertação de Angola

Nome	Ano de Fundação	Principais Líderes	Ideais
Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)	1956	Viriato da Cruz (primeiro secretário-geral e autor do Manifesto de 1956), Agostinho Neto (Vice-Presidente do primeiro Comitê Diretor em 1962, líder marxista-leninista), José Eduardo dos Santos (sucessor de Neto em 1979).	Bases no Marxismo e Socialismo. Propôs a libertação de Angola através de uma luta revolucionária armada pela união do povo. Defendia o "neutralismo positivo" na política externa, recusando o alinhamento exclusivo a qualquer bloco, embora na prática cada movimento tenha escolhido seus aliados.
Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)	1962 (fundação pela fusão entre a UPA e o PDA)	Holden Roberto (presidente da FNLA, anterior líder da UPA, fundador do GRAE), Emmanuel Kunzika (anterior líder do PDA, Vice-Presidente na FNLA).	Base anticomunista. Alinhamento que buscou o apoio dos países ocidentais, principalmente os Estados Unidos. Possuía forte visão nacionalista.

União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)	1966	Jonas Savimbi (líder e fundador).	Buscava ser uma "Terceira Força" e uma posição intermediária entre FNLA e MPLA. Discordava da dependência exclusiva do Ocidente e propunha intensificar a guerra de libertação no interior de Angola. Buscava uma neutralidade na Guerra Fria, mas obteve apoio e instrução na China entre 1964 e 1965.
---	------	-----------------------------------	---

Fonte: Elaboração própria.

Os contatos da China com os movimentos de libertação ocorreram com o princípio do surgimento destes, enquanto necessitavam do apoio internacional e acesso a treinamentos e armas, a China buscava a propagação do Bloco Socialista, enquanto ainda se encontrava como aliada a URSS, e mais tarde a sua presença e influência nos territórios africanos pela possibilidade de acesso a recursos e a sua inserção e projeção internacional por meio destes.

A promoção dos Movimentos nos ambientes internacionais resultou na conexão com outros Estados, facilitando a inserção de apoiadores na disputa pela independência. Esta conexão fora facilitada pela familiaridade de personalidades a quais compunham estes grupos como Viriato da Cruz que possuía laços com a China, Emmanuel Kunzika que possuía uma afinidade ao socialismo de Mão, e Jonas Savimbi com contatos com a China e União soviética, na medida que a cisma sino-russa veio a ocorrer, Savimbi optou por manter suas relações com a China (Silveira, 2011; Weigert, 2011).

Ao discorrer sobre as guerrilhas do período de independência de Angola, Weigert (2011) aponta o papel de Mao Zedong e a abertura chinesa para o desenvolvimento de relações com as frentes por independência:

A carreira política/militar de Mao Zedong forneceu um modelo definitivo a ser emulado por muitos africanos que aspiravam participar de um movimento anticolonial de independência na década de 1950. A ascensão da China como potência mundial e a disposição de Mao em promover suas visões sobre marxismo, revolução e desenvolvimento econômico fizeram de Pequim um ponto focal para líderes políticos e militares do Terceiro Mundo em busca tanto de inspiração quanto de apoio material. Pequim oferecia ajuda militar, bem como declarações solidárias em diversos fóruns internacionais e pronunciamentos de apoio em jornais e outros meios de comunicação (Weigert, 2011, pág. 15, tradução nossa)³¹

³¹ Mao Zedong's political/military career provided a definitive model to emulate for many Africans who aspired to take part in an anticolonial independence movement in the 1950s. China's emergence as a world power and Mao's eagerness to promote his views on Marxism, revolution, and economic

Ao se tratar das relações dos Movimentos por independência, a visão de Weigert (2011) aponta um destaque para as relações entre Jonas Savimbi com a China: entre 1964 e 1965, Savimbi teria realizado viagens com o objetivo de angariar forças a UNITA, entre as localidades visitadas se incluíam a Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Coréia do Norte e a União Soviética — a qual anteriormente já havia oferecido a possibilidade de participação de Savimbi no MPLA e a qual teria sido negada pelo mesmo em favor da formação da UNITA. Weigert relata que a única nação que se mostrou receptiva a ajuda fora a China.

Assim, Savimbi viria a de buscar instrução na China para adequação às formas de guerrilha, visto a sua “decepção em relação aos estilos de liderança e à estratégia militar que seus colegas Angolanos haviam escolhido”³². Não somente a este, o mesmo expõe a concessão de um treinamento e ajuda financeira pelo governo chinês, com cerca de 15 mil dólares, no mesmo ano. Ainda que a UNITA oscilasse entre a visão oriental e ocidental, a fim de se mostrar portadora de uma neutralidade mediante a Guerra Fria.

Savimbi também estava bem ciente de que os apelos da UNITA contra Cuba e contra a União Soviética eram mais fortes do que sua visão política declarada para o pós-guerra em Angola e de que a UNITA talvez não tivesse garantida uma vitória militar em um conflito que continuou após a partida das tropas cubanas e dos conselheiros soviéticos no início da década de 1990. Ele frequentemente defendia essa mesma visão junto a seus colegas militantes em 1993–94, quando a UNITA concordou com o Acordo de Lusaka (Weigert, 2011, pág.11, tradução nossa)³³.

Quanto às outras frentes Weigert (2011) aponta para uma colaboração entre China e FNLA, no início da década de 1970 — favorecido pelo afastamento entre URSS e China, esta última agora estaria concomitantemente aberta para relações com os Estados Unidos e seus aliados — deste modo se afastando da atuação da URSS na África e buscando um caminho alternativo. Quanto ao apoio à FNLA, o autor expõe a concessão da China a armas e suprimentos chineses.

development made Beijing a focal point for Third World political and military leaders seeking inspiration as well as material support. Beijing offered military aid as well as sympathetic pronouncements in various international fora and supportive statements in newspapers and other media.

³²Jonas Savimbi's decision, in 1965, to seek instruction in China reflected a growing sense of disappointment in the leadership styles and military strategy Angolan colleagues had chosen from among the many models available in other Third World insurgencies.

³³Savimbi too was well aware that UNITA's anti-Cuban, anti-Soviet appeals were more potent than its stated political vision for postwar Angola and that UNITA might not be assured of a military victory in a conflict that endured after Cuban troops and Soviet advisors departed in the early 1990s. He often pressed the same view on his militant colleagues in 1993–94 when UNITA agreed to the Lusaka Accord.

Um renovado interesse chinês em Angola, estimulado em grande parte pelas mudanças nas relações entre os Estados Unidos e a União Soviética no início da década de 1970, beneficiou brevemente a FNLA. O recém-descoberto apreço de Roberto por Pequim, no entanto, foi motivado pela promessa de armas e suprimentos chineses, e não por teorias maoístas de guerra de guerrilha (Weigert, 2011, pág.42, tradução nossa)³⁴.

Desse modo, se fez presente a atuação chinesa perante o período de guerra pela independência de Angola em relação à dominação portuguesa, mesmo que em alguns casos sido pontual a atuação, essa conseguiu influenciar ideologicamente algumas faces do período de guerrilha, dos quais viriam a carregar estes aspectos ideológicos consigo com a transformação dos movimentos em partidos na disputa pelo governo desde 1975.

A eclosão da Guerra Civil Angolana ocorreu após a assinatura do Acordo de Alvor o qual definia, de acordo com o artigo 4º, “A independência e soberania plena de Angola” a ser solenemente proclamada em 11 de novembro de 1975, desse modo selando o fim da colonização portuguesa e reconhecendo a independência de Angola. O acordo ainda reconhecia os movimentos de libertação MPLA, FNLA e UNITA como únicos representantes do povo Angolano.

Apesar do reconhecimento da independência, o aumento das rivalidades entre os movimentos — os quais agora se encontrariam como partidos na disputa pelo poder do Estado de Angola — somado ao interesse de estratégicos de potências intermediárias da região, de fora dessa e ainda potências mundiais desencadearam na Guerra Civil. Taylor (2006), aponta que mediante a eclosão da guerra a China veio a realizar uma tentativa de mediação com os partidos, com o convite às três organizações para Pequim entre o fim de março e meados de julho de 1975. No entanto, o autor ainda aponta que “enquanto essas conversações estavam em andamento, o conflito escalava rapidamente, com Moscou fornecendo grandes quantidades de armas ao MPLA em março para conter os avanços da FNLA” (pág. 79, tradução nossa)³⁵.

Logo, a tentativa chinesa de apaziguar o conflito fracassou, portanto a influência da Guerra Fria viria a deixar marcas na Guerra Civil, como quanto ao apoio

³⁴A renewed Chinese interest in Angola, spurred largely by shifting relations between the United States and the Soviet Union in the early 1970s, briefly benefited the FNLA. Roberto’s newfound fondness for Beijing, however, was motivated by the promise of Chinese weapons and supplies, not by Maoist theories of guerrilla warfare.

³⁵ However, even whilst these talks were proceeding, the conflict was rapidly escalating, with Moscow delivering large quantities of arms to the MPLA in March to counter the FNLA’s advances.

de Estados a partidos, mais precisamente com MPLA sendo apoiado pela URSS e Cuba, FNLA e UNITA em conjunto e com o apoio da África do Sul, Zaire, Estados Unidos e China. Autores como Taylor (2006) e Xavier (2011) discorrem que a atuação chinesa muito se faria por meio do Zaire, ao fornecer estoques de armas e concordar com o fornecimento destas à FNLA.

Consequentemente, o avanço do MPLA na guerra contribuiu para o afastamento das relações bilaterais até 1983, quando a China reconheceu a independência de Angola com o MPLA no poder. A resistência chinesa ao MPLA e a participação desta ao lado das forças ocidentais e sul-africanas, os quais simbolizam e propagavam as idéias colonialistas, colocaram a China numa posição contraditória, não auxiliando em sua expansão quanto a atuação na África (Taylor, 2006).

A declaração da independência de Angola pelo MPLA marca a já iminente derrota chinesa no conflito. A derrota, nesse caso, não se resume a estar apoiando as forças que não foram vitoriosas, nem a questão de a União Soviética estar ao lado do MPLA que saiu vitorioso. A participação da China no conflito Angolano como um todo pode ser considerada uma derrota; não só para as suas relações com a Angola recém independente, que foram, em um primeiro momento, irremediavelmente prejudicadas, mas para sua projeção em toda a África; [...] (Xavier, 2011, pág. 86)

Assim, a partir dos anos 1980, a China iniciou uma tentativa de aproximação com Angola, mesmo com a Guerra Civil ainda vigente. Pautasso (2009) aponta que esta veio a ocorrer visando ser um contrapeso na atuação da URSS em Angola, ainda a mudança fora motivada pela diplomacia pragmática lançada por Deng Xiaoping, e veio a ser de extrema necessidade perante o desdobramento a repressão na Praça da Paz Celestial em 1989 e a necessidade de evitar o isolamento — e ainda visando objetivos futuros como a garantia de matéria prima, e de continuidade da influência da China na região, estes eram compreendidos como essenciais para a mesma (Taylor, 2006).

Em vista dessa nova aproximação, foram realizadas algumas movimentações visando a melhora das relações como: a oferta “pacotes de ajuda”, em 1984 os dois assinaram um acordo de empréstimo para promover o comércio; e em 1985 equipamentos de manuseio de carga portuária no valor de 100.000 yuans foram doados a Luanda (Taylor, 2006). Ainda, Taylor (2006) aponta para a adesão de novos posicionamentos chineses como a declaração em 1988, no *Beijing Review*, de que “[...] a UNITA, apoiada pelos Estados Unidos e pela África do Sul, lançou [a] guerra

contra o governo Angolano' após a independência" (pág. 87, tradução nossa)³⁶.

Do mesmo modo, Taylor ainda aponta que a tendência de Angola a aceitar e realizar acordos com a China provinham do desejo aliviar suas dificuldades internas e também de reforçar sua posição independente em relação à União Soviética — visto que essa última, segundo a visão de Angola, vinha pecando em aspectos de proteção e sua relação vinha a causar uma dependência econômica de Angola em relação a mercados fora do bloco soviético (Taylor, 2006).

A visita, em 1988, do então Presidente Eduardo dos Santos à China, bem como a assinatura de acordos de cooperação, demonstraram o incremento do comércio entre as duas nações e o início de modificações internas em Angola. A longevidade da Guerra Civil demonstrou a dificuldade do MPLA em vencer militarmente a UNITA e reforçou a necessidade de mudanças políticas. A princípio estas mudanças possibilitaram a realização do Acordo de Bicesse, um cessar fogo entre o MPLA e a UNITA o qual previa um período de 18 meses de desmilitarização, ao final do período seriam realizadas eleições presidenciais e parlamentares sob a supervisão da ONU (Taylor, 2006; Xavier, 2011).

A vigência do acordo possibilitou modificações quanto à constituição do país, desse modo foi instituído o sistema multipartidário e posteriormente em 1992 foram incorporados ao texto constitucional um novo sistema eleitoral, a criação de um conselho nacional de imprensa, a facilitação do registro de partidos políticos, entre outros, em vista da realização de uma abertura do país. As eleições vieram a correr em setembro de 1992 com o MPLA vitorioso, com dois terços dos eleitos e com a presidência, mesmo não obtendo a maioria absoluta estes ainda obtiveram uma maior percentagem de votos em relação a UNITA (Taylor, 2006; Xavier, 2011).

Como resultado, obteve-se o reconhecimento da Missão da ONU³⁷, como sendo uma eleição livre e legítima, entretanto Savimbi já alegava conduta imprópria pelos membros do MPLA desde a eleição parlamentar não reconhecendo as eleições, deste modo o conflito armado teve seu retorno pouco tempo após o posicionamento da UNITA. Apesar de ter tomado um novo fôlego entre 1994 e 1998, o MPLA obtinha vantagem geográfica sobre a UNITA, e ainda esta última começou a demonstrar

³⁶[...] 'UNITA, backed by the United States and South Africa, launched [the] war against the Angolan government', after independence.

³⁷As missões da ONU em Angola ocorreram no período final da guerra civil, nestas ocorreram as missões denominadas UNAMI, a MONUA e a UNAVEM, que atuaram no país principalmente para supervisionar a implementação de acordos de paz e cessar-fogo entre o governo e a UNITA.

desgastes com o avanço do novo século (Taylor, 2006; Xavier, 2011).

Durante os últimos anos da guerra a visão internacional quanto a UNITA veio a ganhar um tom pejorativo em razão da não aceitação quanto a decisão da ONU, da venda e exportação de diamantes sem o certificado do governo de Angola — a fim de prover os custos para a manutenção da guerra. Estes ainda somados a pressão do MPLA a ONU quanto ao cumprimento do Protocolo de Lusaka³⁸ de 1994 e a adoção do isolamento de cidades para o impedimento de auxílio e ajuda humanitária e alimentos como estratégia pela UNITA, acabaram por colocá-la em má consideração na arena internacional.(Taylor, 2006; Xavier, 2011).

Á vista deste, o movimento e esforço da UNITA veio a perder apoio e forças, com a morte de Savimbi em fevereiro de 2002 sendo o fator desaglutinador do movimento, dois meses depois ocorreu a publicação de um memorando apontando o entendimento entre as duas partes e a desmobilização das forças restantes (Taylor, 2006; Xavier, 2011).

3.2 Relações China-Moçambique

Moçambique compõe um Estado localizado na costa Oriental da África Austral, possui fronteiras com a Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbábue, Essuatíni (anteriormente denominado Suazilândia), África do Sul e uma costa de aproximadamente 2,800 quilômetros com o Oceano Índico. A grande quantidade de rios em sua composição moldaram as rotas de comércio e corredores de migração, proporcionando a concentração da população em áreas ao longo da costa e dos férteis vales fluviais (Hoguane, 2007).

Figura 3 - Mapa do território de Moçambique.

³⁸ O Protocolo de Lusaka providenciava um cessar-fogo, a integração dos generais da UNITA nas forças armadas do governo (que se deviam tornar neutras e ser controladas por civis), a desmobilização (mais tarde emendada para desmilitarização) sob vistoria da ONU, a repatriação de mercenários, a integração das tropas da UNITA na Polícia Nacional Angolana, sob controle do Ministério do Interior, e a proibição de qualquer outra polícia ou organização de vigilância.



Fonte: WorldAtlas, 2025, [s.p.].

Dotado de terras férteis e abundantes recursos naturais, o escoamento dos rios em direção ao Oceano Índico propicia a produção da agricultura e a produção de energia hidrelétrica. Entre os recursos naturais em abundância se encontram: gás natural, carvão, titânio, grafite, madeiras e produtos piscatórios (Hoguane, 2007).

O processo de Independência de Moçambique teve início nos anos 1960, em reação a tentativa de Portugal de conquista do povo para a adoção de uma visão internacional na qual Moçambique se identificaria como parte de Portugal, e não como uma colônia de exploração propriamente dita. Entretanto, a tentativa de conquistar a simpatia e adesão das populações encontrou resistência nos movimentos de libertação.

Newitt (1995) expõe que “[...] Foi no exterior que o nacionalismo moçambicano efetivamente nasceu”³⁹ (pág. 521, tradução nossa). Os três movimentos mais lembrados são aqueles que posteriormente se fundiram em detrimento da formação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO): União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) fundado em 1960 na cidade de Bulawayo (Zimbabwe);

³⁹ It was abroad that Mozambican nationalism was effectively born.

União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI) com bases no Malawi fundada em 1961; e o Mozambique African National Union (MANU) fundado por imigrantes no Kenya e Tanzânia e que surgiu em 1954 sob o nome de União Maconde de Moçambique.

Após a unificação, a Frente de Libertação de Moçambique liderou o processo de independência do país em 1975 e veio também a assumir a governança do país. Após a independência, formou-se a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), cuja constituição esteve associada a reações internas e externas às políticas implementadas pelo partido único no poder, a FRELIMO.

A RENAMO foi organizada como uma força armada de oposição, com orientação anticomunista e apoio da Organização Central de Inteligência da Rodésia. O confronto entre a FRELIMO e a RENAMO resultou na Guerra Civil (1977–1992). Nesse contexto, as interações da RENAMO com a China não vieram a ocorrer, visto a ligação da mesma com a FRELIMO e a visão anticomunista do partido (Newitt, 1995).

Deste modo, faz-se necessário discorrer acerca da conexão da FRELIMO com a China ao decorrer dos anos e perante as oscilações do sistema, tendo este sido o partido de maior conexão durante o período da luta por independência em Moçambique e mesmo perante a relação da China com outros movimentos como a COREMO, mas que mediante ao extenso histórico entre FRELIMO e China, não possuem tanta relevância ao vigente trabalho.

Em 1962, os partidos da UDENAMO, UNAMI e MANU viriam a realizar a coalizão, formando a FRELIMO, composta, em grande parte, por moçambicanos expatriados e tendo como líder Eduardo Mondlane, académico moçambicano e funcionário das Nações Unidas em Nova York, mas, como Newitt aponta, ainda se fazia “[...] um homem que vivera no estrangeiro quase sem interrupção durante os dez anos anteriores”⁴⁰ (Newitt, 1995, pág.522, tradução nossa). Newitt, ainda expõe que a formação da frente não ocorreu sob a proposição da realização de uma luta armada:

Quando a Frelimo foi formada, não havia um acordo entre os membros que a constituíam de que ela estava prestes a embarcar em uma insurreição armada, e muitos dentro do partido queriam uma campanha política e evitar o conflito armado. Mesmo entre aqueles que acreditavam que a guerra era inevitável, havia profundas divisões sobre as táticas a serem adotadas: alguns queriam uma insurreição urbana que se mostrou tão formidável na Argélia, outros clamavam por uma rebelião popular, e apenas uma minoria

⁴⁰ [...] but a man who had lived abroad almost without a break for the previous ten years.

acreditava que uma campanha de guerrilha prolongada e de baixa intensidade oferecia a melhor chance de sucesso (Newitt, 1995, pág.523, tradução nossa).⁴¹

Mesmo com a uma formação inicial pacífica, Mondlane veio a concluir que a independência de Moçambique somente viria a ocorrer por meio de uma luta armada, a partir desta o mesmo mobilizou a organização para a formação de uma frente armada contra Portugal.

A ligação de Mondlane com os Estados Unidos (morou em Nova York e era casado com uma mulher americana branca), muitas vezes levaram ao mau julgamento de suas reais intenções de atuação em Moçambique levando a acusações de que este era indevidamente influenciado pelos Estados Unidos e de que a FRELIMO estava ao serviço, ou pelo menos infiltrada, pela Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA). A atuação de Mondlane fora interrompida com seu falecimento em 1969, ao abrir uma caixa de encomenda que continha uma bomba⁴² (Newitt, 1995; Rupiya, 1998).

Dentre outros indivíduos importantes no partido e na história para o desenrolar da independência de Moçambique se encontram seu sucessor, Samora Moisés Machel — uma vez que o vice-presidente Uria Simango, foi expulso do partido em 1970. O mesmo esteve diretamente ligado ao treinamento militar da FRELIMO, ao atuar e crescer na organização a partir deste, continuou o processo de organização da guerrilha a qual viria a ser realizada em 1974, de forma a neutralizar a ofensiva militar portuguesa (Newitt, 1995; Rupiya, 1998).

Em 1969, o partido foi ainda mais desestabilizado pelo assassinato de Mondlane em Dar-es-Salaam. Apesar dos persistentes problemas internos, o novo líder, Samora Machel, rapidamente consolidou o controle sobre a Frelimo, e sua sorte militar gradualmente melhorou (Rupiya, 1998, pág.11, tradução nossa).⁴³

⁴¹ When Frelimo was formed there was no agreement among its constituent members that it was about to embark on armed insurrection, and many within the party wanted a political campaign and to avoid armed conflict. Even among those who believed that war was inevitable there were deep divisions over the tactics to be adopted, some wanting an urban insurrection which had proved so formidable in Algeria, others calling for popular rebellion, and only a minority believing that a low-intensity, prolonged guerrilla campaign offered the best chance of success.

⁴² Posteriormente se concretizou a atuação da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) -- Polícia portuguesa entre 1945 a 1969 -- na morte de Mondlane.

⁴³ In 1969, the party was further destabilised by the assassination of Mondlane in Dar-es-Salaam. Despite persisting internal problems, the new leader, Samora Machel, quickly consolidated control over Frelimo and its military fortunes gradually improved.

Samora se tornaria o primeiro presidente da República Popular de Moçambique e a ocupar esse cargo por onze anos até sua morte em 1986, tendo como seu sucessor Joaquim Alberto Chissano no mesmo ano. Joaquim atuou, durante a administração anterior, como primeiro-ministro do Governo de Transição e após a proclamação da independência de Moçambique e foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros.

Estas duas personalidades foram as únicas a atuarem como presidentes da República Popular de Moçambique antes da retirada do socialismo como elemento central na política da FRELIMO e com o início do fim da Guerra Civil no Estado, como aponta Rupiya (1998, pág.14) “No 5º Congresso da FRELIMO, em julho de 1989, o marxismo-leninismo foi oficialmente abandonado como ideologia do partido e também foi aceito o princípio das negociações com a Renamo”⁴⁴

Ao discorrer sobre a FRELIMO, Taylor (1998) nos aponta a realização de um empenho vigoroso para a concretização de uma campanha internacional de apoio ao partido, uma vez a necessidade de apoio financeiro e militar e pelo fato das lutas de independência em Moçambique serem travadas de fora para dentro do Estado — em razão da forte repressão portuguesa, do exílio de personalidades e pelo exemplo nas outras nações em realização dos seus movimentos por independência.

A organização, ao compor um apoio a ideologia socialista, tomou por meio a decisão de permanecer neutra perante a cisma sino-soviética, ao mesmo tempo que, durante a liderança de Mondlane, mantinha ligações com o ocidente assim atuando de maneira neutra entre as partes e evitando rivalidades, as quais outras organizações de libertação sofreram ao tomarem partido na disputa sino-soviética (Taylor, 1998).

De fato, apesar da pressão tanto de Moscou quanto de Pequim, os moçambicanos conseguiram consistentemente manter uma política de neutralidade em relação a qualquer uma das potências comunistas. Essa tática continuou a ser uma base da política externa do governo da FRELIMO após a independência (Taylor, 1998, pág. 65, tradução nossa)⁴⁵

O autor relata que as relações entre China e a organização tiveram seu início em 1963 com a visita do secretário de Relações Externas da organização, Marcelino

⁴⁴ At Frelimo's 5th Congress in July 1989, Marxism-Leninism was officially abandoned as the party ideology and the principle of negotiations with Renamo was also accepted

⁴⁵ Indeed, despite pressure from both Moscow and Beijing, the Mozambicans consistently managed to maintain a policy of neutrality towards either Communist power. This tactic continued as a bedrock of the FRELIMO government's foreign policy after independence.

dos Santos, a Pequim. Após esta, a FRELIMO e a China aproximaram-se relativamente, com a organização recebendo treinamento na China e armamentos para o posterior lançamento de sua luta armada em 1964.

Mesmo perante a ajuda chinesa a FRELIMO buscava equilibrar qualquer influência estrangeira excessiva sobre seu movimento tomando cuidado para não realizar uma grande aproximação com Moscou ou Pequim, Taylor (1998, pág. 67, tradução nossa) aponta que o exemplo deste esforço foi a delimitação da organização em “que qualquer transferência de armas para a FRELIMO deveria ser registrada e fornecida por meio do Comitê de Libertação Africana da Organização da Unidade Africana”.

Zhou Enlai enviou uma mensagem de felicitações à FRELIMO, mas advertiu que “o neocolonialismo de todas as cores buscará oportunidades para se infiltrar e causar problemas”. Esse viria a ser um tema recorrente dos laços de Pequim com Moçambique após a independência, com a China aconselhando insistentemente o novo governo a prestar atenção especial às manobras dos soviéticos (pág. 69, tradução nossa)⁴⁶.

Essa decisão por uma não tomada de partido, moldou as relações de Moçambique com o bloco socialista, de modo que com a ocorrência da Revolução Cultural Chinesa — mais precisamente entre os anos de 1967 a 1970— as relações com a China vieram a sofrer uma pausa, influenciada pela resistência a se associar com a URSS, mediante a invasão soviética da Tchecoslováquia (1968) e dos conflitos fronteiriços entre China e URSS (1969) — estes evidenciaram a visão da China quanto a ameaça da União Soviética. Assim, as relações viriam a tomar uma forma mais sólidas alguns anos após a conquista da independência pela FRELIMO em 1975, com a China ainda realizando advertências quanto aos laços com a URSS como apontou Taylor (1998).

Apesar da China ter sido um dos primeiros países a reconhecer a independência de Moçambique e ter estabelecido relações diplomáticas com o mesmo e realizando até mesmo acordos de cooperação quanto algumas áreas, a aproximação da FRELIMO — agora partido único do Estado “marxista-leninista” da República Popular de Moçambique — com a URSS ainda causava retrações nas

⁴⁶ Zhou Enlai sent a message of congratulations to FRELIMO, but warned that “neo-colonialism of all colours will look for opportunities to stick in their hands and make trouble”.¹⁵ This was to be a theme of Beijing's postindependent ties with Mozambique, with China urgently advising the new government to pay particular attention to the manoeuvres of the Soviets.

relações Pequim-Maputo permaneciam amigáveis e consistentes (Taylor, 1998; Chichava, 2008; Roque; Alden, 2012)

[...] Enquanto oficialmente adotava uma posição de não alinhamento, a FRELIMO mostrava-se cada vez mais próxima de Moscou. Em 1977, durante o seu 3º Congresso, a FRELIMO proclamou o marxismo-leninismo como sua ideologia oficial. Esse Congresso, que contou com a presença de uma delegação de alto nível da URSS, também foi marcado pela ausência de Pequim. No mesmo ano, Maputo recebeu o então presidente soviético, Nicolay Podgorny. A reaproximação com Moscou não significava unanimidade dentro da FRELIMO sobre qual modelo de socialismo deveriam seguir, seja nos planos de desenvolvimento ou na organização do partido, já que eram influenciados tanto pela China quanto pela URSS (Chichava, 2008, pág. 10, tradução nossa)⁴⁷.

Em razão da eclosão da Guerra Civil, em 1977, e da tendência da FRELIMO a adesão a URSS, as relações entre Pequim e Maputo viveram em uma oscilação, mesmo que amigável, na medida em que possuíam algumas diferenças ideológicas e concomitantemente beneficiam mutuamente de suas relações.

Jackson (1995), aponta como explicação, a essa oscilação que vem a ocorrer até o início dos anos 1990, alguns fatores como: as diferenças quanto ao apoio a Guerra Civil de Angola, visto que Moçambique apoiava ao MPLA, enquanto a China a UNITA; a declaração do partido de 1977, ao se definir como “marxista-leninista” adotara uma inclinação a URSS; o apoio chinês ao regime cambodjano; a condenação da FRELIMO da invasão chinesa ao Vietnam; e o fator de Moçambique ter votado contra a resolução da ONU que condenava a invasão soviética ao Afeganistão.

Não somente estes foram responsáveis pelo modo como as relações entre os dois se dera, a morte de Mao Tse tung, a sucessão de Deng Xiaoping, a percepção chinesa do crescimento do poder dos Estados Unidos e a estagnação da URSS causaram algumas modificações quanto a política externa da China. Deste modo, mesmo perante a oscilações as relações se mantiveram na medida que a China auxiliava Moçambique como em 1983 com a fome que afligia o país, em 1984 com a assinatura de acordos culturais e de pesca, em 1985 com a oferta de crédito — livre

⁴⁷ While officially pursuing a position of non-alignment, FRELIMO was found to be increasingly close to Moscow. In 1977, during its 3rd Congress, FRELIMO proclaimed Marxism-Leninism as its official ideology. This Congress, which was honoured with the presence of a high-level delegation from the USSR, was also marked by the absence of Beijing. In the same year, Maputo received the then Soviet president, Nicolay Podgorny. The rapprochement with Moscow did not mean that there were unanimity within FRELIMO as to which model of socialism they should follow, whether reflected in development plans or in the organization of the party, and they were influenced by both China and the USSR.

de juros, correspondente a 13 milhões (Jackson, 1995; Taylor, 1998; Roque; Alden, 2012).

Durante os anos 1980 Moçambique realizou uma maior abertura no Sistema Internacional ao buscar participar do Banco Mundial em 1984, a normalizar suas relações com seu vizinho África do Sul e a adesão ao FMI, demonstrando o interesse em realizar uma liberalização de sua economia e a fim deste, também se buscou normalizar as relações com a China e outros países (Jackson, 1995; Taylor, 1998; Chivava, 2008).

Com este foco econômico de Maputo, as relações para com a China desenvolveram um caráter mais econômico quanto a investimento chineses no desenvolvimento da agricultura, ainda esse apoio chinês ocorria também de modo a vir assegurar a vontade chinesa da sucessão de um governante favorável à mesma, após a morte de Machel em 1986, segundo Taylor (1998) com “Pequim rapidamente se moveu para assegurar ao sucessor de Machel, Joaquim Chissano, seu apoio contínuo e o desejo de prosseguir com a cooperação bilateral”⁴⁸.

Significativamente, Pequim demonstrou interesse no processo de paz em Moçambique, instando a comunidade internacional a fornecer ajuda para a reconstrução do país devastado, doando dinheiro ao comitê moçambicano de assistência a desastres e enviando vários observadores para supervisionar as eleições multipartidárias de outubro de 1994. Pequim também doou equipamentos educacionais no valor de US\$ 25.000 como gesto de boa vontade ao governo recém-reeleito. Anteriormente, um funcionário chinês havia se reunido privadamente com Afonso Dhlakama, líder da RENAMO, para incentivar as negociações de paz antes das eleições (Taylor, 1998, pág. 76, tradução nossa)⁴⁹.

Assim, as relações de troca entre os dois Estados geraram benefícios mútuos: a China não era criticada por Moçambique nem pela maioria dos Estados africanos por causa de Tiananmen — mantendo, assim, uma base de apoio e proteção diante das críticas do Ocidente —, enquanto Moçambique recebia apoio para suas reformas econômicas. Essa mudança da atuação de Moçambique quanto a China, segundo

⁴⁸Beijing quickly moved to assure Machel's successor, Joaquim Chissano, of its continued support and wish to continue bilateral co-operation.

⁴⁹Significantly, Beijing took an interest in the peace process in Mozambique, urging international aid for rebuilding the shattered country, donating cash to the Mozambican disaster relief committee, and sending a number of observers to supervise the Mozambican multi-party elections in October 1994. Beijing also donated educational equipment to the value of US\$ 25 000 as a goodwill gesture to the newly re-elected government. Previously, a Chinese official had met privately with Alonso Dhlakama, head of RENAMO, to encourage the peace negotiations prior to the elections.

Chichava (2008), ocorreu pelo contexto da crise política e econômica causada pela Guerra Civil e pela percepção do colapso de seu projeto socialista.

O final da Guerra Civil em 1992, a queda do regime bipolar da Guerra Fria em 1989 e a dissolução da União soviética em 1991 contribuíram para o crescimento das relações entre os dois países, na medida que houve a retirada da ideologia “Marxista-Leninista” do partido da FRELIMO — mediante a queda da União Soviética —, Chivava (2008) discorre sobre o contato entre os dois estados com colaborações para a reconstrução de Moçambique com a realização de obras como a de construção da sede do Parlamento moçambicano, da sede do Ministério de Relações Exteriores e do Centro de Conferências Joaquim Chissano, todos estes localizados na capital Maputo.

A partir da reconstrução e da busca chinesa por maior atuação e influência na África nos anos 2000 a relação entre os dois veio a ser moldada, com o crescimento chinês crescendo aos olhos dos países africanos e servindo como alavanca de aproximação para as relações Maputo-Pequim, fundamentadas nesta recorrente relação histórica entre as duas nações, estas continuariam a trilhar um caminho conectado no novo século (Chivava, 2008; Roque; Alden, 2012).

Com a normalização das relações Maputo-Pequim no Pós-Guerra Civil, os dois países agora se viam ligados pelos interesses econômicos e, com a reconstrução do país, a China realizou uma proposta de criação de um fundo de 20 milhões de dólares proporcionados pelo Banco de Importação e Exportação da China (Eximbank), com o objetivo de incentivar companhias chinesas a começarem a fazer negócios em Moçambique, bem como para a construção de novos edifícios.

Além deste foco, a relação entre os dois Estados fortaleceram-se com a aplicação de alguns benefícios como políticas de flexibilização para facilitar o ingresso de turistas e a modernização do principal aeroporto de Moçambique — o Aeroporto Internacional de Mavalane, em Maputo (Chivava, 2008; Roque; Alden, 2012). A atuação chinesa cresceu de tal maneira que tornou a China a 6º maior investidora internacional em Moçambique, contando, em 2008, com 41 empresas chinesas em Moçambique, concentradas na agricultura, agroindústria, aquicultura, pesca, indústria e construção, e empregando 11.214 moçambicanos. A presença e o posterior crescimento destas no país demonstram a evolução da presença chinesa, como apontam Alden e Roque (2012, pág.14) ao discorrerem sobre o crescimento moçambicano “Na última década, Moçambique tem testemunhado uma taxa de

crescimento médio de 8%, uma das economias com crescimento mais rápido na África Austral”. Os autores ainda afirmam que este crescimento tem origem nos projetos de financiamento externo e sofrem auxílio dos grandes fluxos de ajuda.

Embora a pobreza tenha reduzido em 22 pontos percentuais, entre 1997 e 2006 (African Economic Review 2008), Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo, classificado na 172ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano de 2005. Mais de 70% da população vive por menos de 2 dólares americanos por dia. O país se esforça por atingir um desenvolvimento significativo do setor formal, na sua capacidade de exportação, produção agrícola, processo de industrialização, desenvolvimento de pequenas e médias empresas, no seu sistema bancário e na integração ao nível da SADC (Roque; Alden, 2012, pág,13-14)

Todo este desenvolvimento de relações e realizações de cooperações ocorre em razão da necessidade comum entre os Estados. Conforme citado anteriormente Angola necessitava de auxílios económicos e de realizar sua projeção internacional — em razão da sua independência tardia e necessidade de modernização, frente a outros Estados com maior desenvolvimento e IDH (índice de desenvolvimento humano). Do outro lado, a China vinha apresentando um desenvolvimento económico desde os anos 1990, crescendo de maneira exponencial nos anos 2000.

4. AS TEORIAS CHINESAS

As teorias chinesas de relações internacionais surgiram de um processo mais recente quando em comparação às teorias do Ocidente, na medida que tiveram o prelúdio de seu desenvolvimento entre os anos de 1970 e 1980 com o avanço dos estudos de Relações Internacionais e o processo de “Abertura Chinesa”. Estas teriam sua origem com o objetivo de expor e reforçar a percepção chinesa quanto a seu papel no Sistema Internacional, assim desenvolvendo teorias as quais englobam seus ideais, preceitos e valores filosóficos.

É importante ressaltarmos, como apontado por Smith (2020), que, historicamente, todo grande poder adere a uma narrativa a qual teria como principal objetivo justificar seu poder, influência e visão sobre a ordem. Desse modo, as teorias chinesas ao serem criadas e projetadas — seja por meio da política externa, da divulgação acadêmica, outras formas de Soft Power, ou até mesmo não tendo sido criadas com a finalidade de reiterar o papel de um *hegemon* — tem em seu cerne uma busca pela retirada da centralidade do discurso Ocidental e inserção de uma narrativa baseada nos valores e conceitos asiáticos.

Desse modo, as novas teorias não necessariamente retiraram todos os quaisquer aspectos Ocidentais, mas seriam formuladas a partir deste conhecimento prévio e adicionaram conceitos e valores, a fim de se adequarem à realidade Oriental, modificando teorias as quais predominavam no discurso acadêmico da época ao surgimento da matéria de Relações Internacionais na China (Yaqing, 2011).

Logo, com o fortalecimento chinês quanto ao PCC e o crescimento econômico do país, as teorias foram sofrendo um aumento em seu escopo e angariando um papel fundamental à atuação chinesa no Sistema Internacional. De modo que esta nova narrativa serve a fim de auxiliar a justificativa quanto à possibilidade atual de uma posição de liderança da China, ao buscar aderir a China um papel de âncora viabilizadora e portadora dos conhecimentos para a ocorrência de mudanças no Sistema Internacional ao fazer contraponto ao vigente maior influenciador no sistema: os Estados Unidos.

Estes aspectos se tornam mais perceptíveis ao analisarmos as teorias chinesas e entendermos os aspectos adicionados como a inserção de valores e conceitos, realizados para a formulação destas novas teorias a *Tianxia* e o Realismo Moral. A aplicação destas neste trabalho ocorre mediante a necessidade de se

analisar e interpretar a visão chinesa quanto a sua atuação no sistema e oportunidades, e ainda para analisar a presença, ou não, de contrastes mediante as teorias de relações internacionais ocidentais.

Desse modo, ao analisar em conjunto as teorias e a política externa da China para com os países de Angola e Moçambique, pode-se aferir o quanto destas se faz presente na política externa e de que maneira esta se difere de outras teorias e no modo de atuação de outros Estados importantes no Sistema Internacional.

4.1 Tianxia

O termo *Tianxia* (天下) é composto por três conceitos: um Sistema Geográfico que entende o mundo como um espaço físico de todas as existências, em fronteiras externas e compondo um mundo aberto e inclusivo, o oposto de um sistema de estados delimitados; Sistema Psicológico que propõe o "mundo" como a mente de todos, a aceitação da visão de que todos os povos e culturas pertencem a esta única entidade; e de um Sistema Institucional/Regime ao interpretar o "mundo" como uma instituição política que estabelece as regras do jogo para os Estados, e não o contrário (Zhao, 2016).

Em sua etimologia o termo 天下 pode ser dividido em dois para análise de sua composição (Zhao, 2006).

- (天) Tian: se refere ao céu, mas não somente ao céu físico, mas a natureza, a ordem moral, e o princípio universal e justo. A legitimidade da Tianxia seria oriunda do *Tian*, na medida que este é imparcial e busca o bem de *todos* (o "Tudo"). Se conectando com a proposta de que a ordem deve ser justa e ética e não apenas imposta pelo poder.
- (下) Xia: refere-se ao reino, a terra de todos, o espaço que abrange a totalidade.

Por meio destes podemos compreender que o termo *Tianxia* em sua essência compõe uma proposição de um mundo integrado que propõe uma ordem moral universal e justa. É com base nesta que a teoria de Zhao Tingyang vem a se manifestar.

De acordo com o ideal de *all-under-heaven* (Tudo Sob o Céu), o mundo deveria ser reorganizado ou reconstruído em um sistema político universal de *familyship* (fraternidade/parentesco universal), de modo a minimizar os conflitos na economia e nas culturas. O sistema universal de *all-under-heaven* não é apenas um ideal conceitual, mas também uma ordem política que existiu em certa época, de igual importância na história como a *pólis* grega.

Argumentarei que o mundo caótico de hoje precisa de um novo *all-under-heaven* para estabelecer uma verdadeira paz perpétua (Zhao, 2013, pág. 51, tradução nossa)⁵⁰.

Para nos apresentar a teoria proposta o autor e filósofo político Zhao Tingyang nos aponta que a visão de mundo como temos hoje na verdade comporia um “não-mundo” em razão de não proporcionar uma coesão entre todos. Do mesmo modo, as teorias e abordagens de relações internacionais, não comporiam o aspecto internacional na medida que estas possuem foco nos estados não no conjunto do mundo, ou seja, não possuem foco em compor ou explicar a harmonia e composição global. Desse modo estas viriam a existir somente a fim de justificar o imperialismo dos Estados sobre os outros (Zhao, 2016).

Neste “não-mundo” em que habitamos, até agora não houve uma história universal, compartilhada. Antes da era moderna, cada região tinha sua própria versão da história. Com os movimentos do colonialismo moderno, a abertura de mercados estrangeiros e os efeitos do imperialismo, pareceria que as várias regiões do mundo tornaram-se mais interconectadas. E as múltiplas histórias regionais foram organizadas sob a bandeira de uma história europeia concebida como uma “história complexa de histórias”. No entanto, isso definitivamente não é uma verdadeira história mundial, mas apenas uma expansão da história europeia por meio da dominação colonial (Zhao, 2016, pág. 183, tradução nossa).⁵¹

A teoria desenvolvida por Zhao (2006) tem sua origem na Dinastia Zhou⁵² ao se apresentar como um modo de governar ao buscar solucionar o desafio enfrentado pelo imperador ao se ver, após uma vitória inesperada, na posição de um pequeno Estado governando territórios significativamente maiores. Para a administração destes o imperador buscava uma abordagem de internalização, integrando todas as existências externas ao seu sistema destacando a compatibilidade e a coexistência. Desse modo, o Tianxia propunha que todos os Estados/Tribos envolvidos recebessem

⁵⁰ According to the ideal of all-under-heaven, the world should be reorganized or reconstructed into a universal political system of familyship so as to minimize conflicts in economics and cultures. The universal system of all-under-heaven is not only a conceptual ideal but also a political order that existed at one time, of equal importance in history as the Greek polis. I will argue that today's chaotic world is in need of a new all-under-heaven to establish true perpetual peace.

⁵¹ In this “nonworld” world that we inhabit, there has hitherto been no universal, shared history. Prior to the modern era, each region had its own version of history. With the movements of modern colonialism, the opening up of foreign markets, and the effects of imperialism, it would seem that the various regions of the world have become more interconnected. And the multiple histories of the various regions have been organized under the banner of a European history conceived of as a “complex history of histories.” However, this is definitely not a true world history, but only an expansion of European history through colonial domination.

⁵² A Dinastia Zhou foi responsável pelo governo da China antiga durante 798 anos, estabelecendo as características políticas e culturais distintivas que seriam identificadas com a China pelos dois milênios seguintes.

mais benefícios por sua participação do que ao permanecerem independentes, garantindo o controle a Zhou a partir da inclusão (Zhao, 2016).

Em paralelo a este, Zhao aponta que a ordem mundial, como propõem grande parte das teorias, não deveria ser proposta pela vigência de uma superpotência hegemônica ou com uma aliança de Estados dominantes governando o mundo, mas sim por meio de uma espécie de ordem mundial soberana, em que os interesses comunitários sejam o padrão orientador da governança. Dessa maneira até que o modelo “egoísta dos Estados” seja superado o sistema continuaria sem coesão, como o mesmo aponta (2012):

Nosso globo ainda não se tornou um mundo de unidade política, mas permanece uma anarquia caótica hobbesiana de conflitos e falta de cooperação, já que ainda não foi constituído como uma sociedade mundial coerente sob um sistema político universalmente aceito.[...] Um mundo de paz perpétua dependerá de um sistema institucional mundial. O primeiro passo para um novo mundo deve ser uma nova visão de mundo — uma filosofia da política mundial no lugar da política internacional (pág.53, tradução nossa).⁵³

A Tianxia, para o autor, compõe um sistema internacional na medida que propõe que: “Em vez de um Estado ou facção estabelecer as regras do jogo para o mundo, o mundo deveria estabelecer as regras do jogo para todos os Estados”⁵⁴. Este não se encontra como um método chinês ou algo somente voltado à China, mas compondo uma filosofia política que pode ter um alcance universal, vendo o mundo como uma unidade política básica fundamental (Zhao, 2016).

Zhao (2011) propõe que as raízes dos inúmeros problemas do século XXI como a crescente desigualdade, a degradação ambiental, entre outros aspectos são frutos da competitividade, visto que o mundo em que vivemos propõe um pensamento limitado pela visão de mundo centrada no Estado-Nação, reforçando ideais de unidade, necessidade excessiva de busca por poder e superação de outros Estados. Esta visão unitária e delimitada proposta pela visão Westfaliana⁵⁵ do mundo, teria como seu resultado uma incessante competição entre os Estados por poder, status e

⁵³Our globe has not yet become a world of political oneness, but remains a Hobbesian chaotic anarchy of conflicts and noncooperation, since it has not been made a coherent world society under a universally accepted political system.[...] A world of perpetual peace will depend on a worldwide institutional system. The first step to a new world should be a new worldview, a philosophy of world politics in place of international politics.

⁵⁴ Rather than one state, or faction, establishing the rules of the game for the world, the world should be establishing game rules for all of the states (Zhao, 2016, pág.185, tradução nossa).

⁵⁵Diz respeito à mudança na ordem internacional, a partir de 1648, marcada pela criação e legitimação dos Estados soberanos dentro de suas fronteiras nacionais, estabelecendo, assim, a visão central que temos dos Estados como atores soberanos no Sistema Internacional.

supremacia, desse modo esse sistema baseado na divisão e dominação estaria fadado a autodestruição (Zhao, 2011).

Sendo assim, a Tianxia se encontra como uma proposta para a superação deste modelo atual, ao propor por meio desta uma Ordem de Coexistência duradoura, essa sugere que não deve haver um exterior permanente, ou seja, deve-se eliminar a distinção entre o “outro”, “inimigo” ou “exterior”. Assim seria possível a transformação de um mundo competitivo em um "mundo sem estrangeiros" e eliminando a possibilidade de coalizões contra o “outro externo”. Dessa forma, não haveria a visão da existência de “um outro que possa me servir algo em vantagem”, mas um conjunto que pode vir a ganhar junto (Zhao, 2011, 2016; Smith, 2020; Xiang; Marcos Tsai, 2024).

O projeto de Zhao é o mais ambicioso por buscar transcender o sistema de nações estados para promover uma nova ordem mundial pacífica e harmoniosa para o século XXI.[...] Zhao intenta um sistema que garanta uma “paz perpétua” entre todos os estados.[...] Zhao procura “repensar a China” utilizando de conceitos indígenas das próprias tradições culturais e filosóficas da China. Enquanto a China moderna se tornou uma potência manufatureira e se juntou ao clube das grandes potências no cenário mundial, Zhao lamenta que, no mundo das ideias, a China continua sendo um “país pequeno”⁵⁶ (Smith, 2020, pág.74, tradução nossa).

Smith, ao discorrer sobre a visão política de Zhao nos reafirma a carga de preceitos e ensinamentos confucionistas que esta carrega ao reforçar seus ideais de harmonia e ordem. Não somente Zhao utiliza a lógica confucionista para justificar sua teoria sobre a estrutura política global, como também defende que esta se encontra enraizada nesse pensamento ao afirmar que a ordem das unidades menores depende das maiores. Desse modo Smith aponta que Zhao busca remodelar o mundo com base na estrutura da família, cujo modo de governança hierárquico e paternal garante ordem e estabilidade (Zhao, 2011, 2016; Smith, 2020).

All-Under-Heaven (Tianxia) não é nada mais do que a maior família, uma família-mundo; dito isso, todos os níveis políticos, definidos como 'Tudo-sob-o-Céu, estados e famílias', devem ser essencialmente homogêneos ou

⁵⁶ Zhao's project is the most ambitious in that he attempts to transcend the system of nation states in order to bring about a peaceful and harmonious new world order for the 21st century. [...] Zhao seeks a system to guarantee 'perpetual peace' among all states.[...] Zhao seeks to 'rethink China' by using indigenous concepts from China's own cultural and philosophical traditions. While modern China has become a manufacturing powerhouse and has joined the club of great powers on the world stage, Zhao laments that in the world of ideas China remains a 'small country' (Smith, 2020).

homológicos de modo a criar um sistema harmonioso (Zhao, 2006,pág.33, tradução nossa)⁵⁷.

Essa estrutura familiar proposta pela teoria não se trata de uma dominação imperialista sobre outras nações, pelo contrário, Zhao argumenta que diferentemente da conquista territorial e disputas propostas pelo sistema fundado em Westfália, o sistema família-Estado-mundo propõe que a “instituição mundo” seria a representante dos interesses do Mundo, e vira a governar com legitimidade baseando-se na ética e na competência para manter a harmonia.

Na medida em que a instituição que viria a reger o sistema, este possuiria um papel paternal ao promover as discussões e decisões sobre as metas e objetivos do sistema mundo para o sistema mundo (Zhao, 2011, 2016; Smith, 2020). Logo, não oscilando entre os desejos e objetivos egoístas dos Estados como ocorre no sistema vigente como aponta Zhao:

De acordo com o ideal de **tudo sob o céu** (*all-under-heaven*), o mundo deveria ser reorganizado ou reconstruído em um sistema político universal de caráter familiar, de modo a minimizar os conflitos econômicos e culturais. O sistema universal de *all-under-heaven* não é apenas um ideal conceitual, mas também uma ordem política que existiu em determinado momento, de igual importância histórica à da pólis grega (Zhao, 2013, pág.51-52, tradução nossa)⁵⁸

Deste modo podemos sintetizar a proposta teoria de Zhao em alguns pontos: a) a necessidade de superação do sistema de Estados, pois este fora fundado na competição e está fadado a se autodestruir; b) a adoção de uma instituição/ governo mundial transcendental responsável por propor decisões do mundo para o mundo, sem a interferência egoísta dos desejos, desse modo a acabar com disputas guerras e promovendo a coesão; c) a remodelagem do mundo baseado na estrutura da família, cujo modo de governança é hierárquico e paternal, garantindo ordem e estabilidade; d) e a adesão da ideologia de globalismo, que busca superar a limitação do sistema de estados-nação, desse modo propõe a inclusão universal de todas as partes, não existindo o conceito de “estrangeiros” (Zhao, 2011, 2016; Smith, 2020).

⁵⁷All-under-Heaven is nothing but the greatest family, a world-family; that said, all political levels, defined as ‘All-under-Heaven, states and families’, should be essentially homogenous or homological so as to create a harmonious system.

⁵⁸ According to the ideal of all-under-heaven, the world should be reorganized or reconstructed into a universal political system of familyship so as to minimize conflicts in economics and cultures. The universal system of all-under-heaven is not only a conceptual ideal but also a political order that existed at one time, of equal importance in history as the Greek polis. I will argue that today’s chaotic world is in need of a new all-under-heaven to establish true perpetual peace.

Apesar da ambição em propor um sistema de paz perpétua e ordem, a teoria de Zhao Tingyang é constantemente contestada ao ser apontada como uma visão utópica de mudança do sistema. Em grande parte das críticas ainda se encontram apontamentos quanto ao idealismo excessivo, ao questionarem a viabilidade da superação do modelo do sistema de Estado-Nação e do egoísmo daqueles que fazem parte deste.

Ainda, se fazem questionamentos quanto à proposta de uma ordem hierárquica e paternal, na medida que este faria frente à soberania individual dos Estados e quanto à natureza potencialmente antidemocrática de um governo mundial. Embora Zhao argumente que essa estrutura visa à harmonia e que a instituição mundo governaria com legitimidade baseada na ética e competência, os críticos apontam que o modelo entra em conflito direto com os princípios modernos de soberania individual dos Estados e autodeterminação.

Ao propor que a ordem das unidades menores (Estados) dependa da maior (o mundo-família), a teoria sugere uma subordinação que críticos veem como potencialmente antidemocrática ou, no mínimo, uma ameaça à pluralidade de modelos políticos e culturais. Por fim, a crítica mais comum quanto a teoria se localiza na visão quanto ao crescimento chinês e o uso de teorias para justificarem o “avanço chinês sob o sistema” na medida que esta seria uma forma de justificação intelectual para o Sinocentrismo e a ascensão da China com o Soft Power.

Embora o autor defenda que Tianxia é uma filosofia política de alcance universal e não um método exclusivamente chinês, alguns críticos interpretam a teoria como uma forma sofisticada de justificar a hegemonia cultural (*soft power*), cumprindo o desejo de Zhao de elevar a China, que ele lamenta permanecer um "país pequeno" no mundo das ideias.

4.2 Realismo Moral

Apresentado por Yan Xuetong, o Realismo Moral é uma abordagem das Relações Internacionais que busca fundir o Realismo Clássico (próximo a Morgenthau) com conceitos tradicionais chineses. Seu foco principal é a moralidade da liderança (virtude) como um fator de poder crucial. O objetivo da teoria é criar uma ordem global mais estável, harmoniosa e, de certa forma, "chinesa", superando a visão Ocidental que Yan considera incompleta. A teoria se propõe a responder não apenas à questão de "por que as hegemonias caem?", mas também a expor o

mecanismo inverso: "Como um estado ascende?" (Xuetong, 2011, 2016, 2019; Smith, 2020).

A atuação de Xuetong na construção de uma escola chinesa de Relações Internacionais começou em 2005 com um estudo acadêmico sobre o pensamento político do período Pré-Qin (anterior à Dinastia Qin), buscando aplicações para a teoria de RI. Este esforço resultou na obra *Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power* (2011), um estudo comparativo das visões dos antigos pensadores chineses sobre poder e política.

Este trabalho fundamental estabeleceu a conexão crucial entre governança e moralidade, que mais tarde seria o pilar de sua teoria no livro *Leadership and The Rise of Great Powers* (2019). É nesta segunda obra que Yan Xuetong apresenta formalmente o Realismo Moral, fundindo a visão realista de Morgenthau com a primazia da moralidade dos pensadores chineses na política. A abordagem de Yan alinha-se mais com o Realismo Clássico, que permite considerações morais na política externa, do que com o Neorrealismo de Mearsheimer, que as exclui (Xuetong, 2011, 2016, 2019; Smith, 2020).

Como o próprio Yan expõe, o Realismo Moral é uma "abordagem para compreender o comportamento de uma grande potência quando a moralidade é um fator que contribui para as preferências estratégicas de sua liderança" (Acharya, 2020, pág. 476, tradução nossa)⁵⁹.

Baseada na filosofia política de pensadores chineses Pré-Qin, como Laozi, Mozi, Confúcio, Guanzi, Yanzi e Xunzi a teoria de Yan sugere que o sucesso de uma grande potência requer uma combinação de *Hard Power* (capacidade militar e econômica) e preceitos morais. Para esses pensadores antigos, o poder político não era apenas uma questão de ativos materiais, mas também de conduta virtuosa (Dao ou De), que legitima o governo e garante a ordem. Essa ética da liderança, que se estende do nível doméstico ao internacional, é o fator distintivo que o Realismo Moral reintroduz na análise das Relações Internacionais (Xuetong, 2011, 2016, 2019; Smith, 2020).

Ao apresentar sua teoria, Yan inicia apontando como muitos teóricos ignoram o aspecto moral proposto por Morgenthau, manifestando que: "O Realismo Clássico

⁵⁹ [...] an 'approach to understanding a major power's behavior when morality is a contributing factor to its leadership's strategic preferences'.

não nega o papel da moralidade nem ignora seu efeito sobre a capacidade ou o poder do Estado. O que os acadêmicos devem evitar é confundir a moralidade de uma única nação com a moralidade internacional.”⁶⁰ (Xuetong, 2019).

A partir do reconhecimento do papel da moralidade, o autor entende que esta pode ser um conceito volátil, pois envolve aspectos culturais, filosóficos e históricos, não representando unicamente um código universal. Entretanto, mesmo com as diferenças, em um nível mais básico das relações, o autor aponta que a evolução humana permitiu a construção de uma propensão a valorizar cinco fundações éticas: cuidado/dano, justiça/fraude, lealdade/traição, autoridade/subversão e santidade/degradação. Estas bases comuns seriam responsáveis por uma construção que propiciou o estabelecimento de códigos de conduta universalmente aceitos na moralidade internacional (Xuetong, 2019).

Além disso, Yan expõe que o papel da moralidade é influenciar as preocupações dos formuladores de políticas sobre como os interesses nacionais devem ser alcançados, e não sobre quais devem ser esses interesses. Em uma situação concreta, os formuladores precisam decidir qual interesse priorizar (Xuetong, 2016, 2019).

Posteriormente, e ainda atrelado ao papel da moral no sistema e na tomada de decisões políticas, Yan distingue poder de autoridade:

“Quando definimos a fonte de poder como a força e a fonte de autoridade como a confiança de seus seguidores, podemos argumentar que a autoridade pode aumentar o poder de alguém naturalmente, mas que o poder não pode melhorar automaticamente a autoridade de alguém. Portanto, é possível que um estado líder aumente seu poder internacional promovendo sua capacidade material, mas essa capacidade material promovida não pode estabelecer automaticamente a autoridade internacional desse estado se outros estados não aceitarem sua liderança. A melhoria da autoridade internacional de um estado líder implica conquistar mais apoio externo, o que aumenta automaticamente a influência internacional desse estado, ou seja, seu poder internacional.” (Xuetong, 2019, pág. 17, tradução nossa)⁶¹

⁶⁰[...] classical realism neither denies the role of morality nor ignores its effect on state capability or power. What scholars must avoid is conflating the morality of a single nation with international morality.

⁶¹ When we define the source of power as force and the source of authority as the confidence of its followers, we may argue that authority can increase one's power naturally, but that power cannot automatically improve one's authority. Therefore, it is possible for a leading state to increase its international power by promoting its material capability, but such promoted material capability cannot automatically establish the international authority of that state when other states do not accept its leadership. The improvement of a leading state's international authority entails winning more external support, which automatically increases that state's international influence, or international power.

Desse modo, o autor destaca o papel da credibilidade estratégica na atuação dos Estados. Esta credibilidade é uma parte importante da autoridade internacional e é obtida por meio de ações morais e do cumprimento de compromissos com outros países, especialmente com aliados. A consistência dos Estados quanto a suas promessas e ações promove uma visão positiva a aliados e cautelosa a inimigos (Xuetong, 2016, 2019). Yan ainda propõe em sua obra (2019, pág. 17, tradução nossa): “Proteger os aliados e punir os países que perturbam a ordem internacional são consideradas ações morais de estados líderes. ”

A distinção entre poder (força bruta) e autoridade (confiança) ajuda a entender a durabilidade de uma liderança internacional. Ambos são recursos de uma liderança, mas o autor ressalva que a confiança implica aceitação voluntária dessa liderança, o que o poder não consegue alcançar. Assim, é possível para um estado líder melhorar seu poder internacional ao aumentar sua autoridade internacional, mas o caminho inverso não é necessariamente viável (Xuetong, 2011, 2016, 2019; Smith, 2020).

Podemos concluir que o autor sugere um aperfeiçoamento das teorias realistas de RI, cuja falha reside no não reconhecimento da importância da moral como componente do poder hegemônico. Yan concorda com as teses realistas de que a causa da guerra se encontra na natureza humana e que a anarquia é uma característica constante do Sistema Internacional (Xuetong, 2011, 2019).

Entretanto, seu aspecto diferencial reside na visão da possibilidade de promoção de uma estabilidade no Sistema Internacional, proveniente de uma organização hierárquica na qual um país hegemônico seria responsável por garantir o funcionamento do sistema e de suas instituições. Ao propor esta hierarquia, Xuetong enfatiza o papel da liderança ao incluir a capacidade política como o elemento operacional da capacidade abrangente de um Estado, atrelando a essa liderança um efeito multiplicativo sobre os recursos materiais do Estado (Xuetong, 2019; Smith, 2020).

Ao analisar a teoria, Smith (2020) aponta que a autoridade de Yan se difere do conceito de *soft power* de Joseph Nye. O *Soft Power* é uma extensão instrumentalista dos recursos culturais e diplomáticos de um estado para influenciar as decisões de outros, enquanto a autoridade de Yan exige um componente interno significativo. Ela se refere a um líder que é moralmente “autocultivado” e que implementa políticas justas em seu próprio território, o que, na compreensão confucionista, atrai outros a imitá-lo.

Ainda, a fim de explicar e aplicar sua teoria o autor disserta sobre Estados Unidos e China. Para ele, a ascensão chinesa ao papel de estado líder mundial não se compõe estritamente com a superação em capacidades militares ou econômicas, nem com a ocorrência de uma guerra hegemônica na qual a China derrote os EUA. Para isto, seria necessário o aumento de seu poder político com a prática da autoridade humana tanto internamente quanto externamente. Desse modo, a China, ao assumir o papel de autoridade humana, carrega em seu papel a irradiação de sua excelência moral e serviria de modelo a outros Estados (Xuetong, 2019; Smith, 2020).

Em resumo, e conforme Xuetong, o Realismo Moral é uma tentativa de integrar fundamentos políticos confucionistas (como benevolência, retidão e ritos) com valores liberais (igualdade, democracia e liberdade), para criar uma nova síntese de valores mais elevados – justiça, civilidade e equidade. Essa abordagem com uma visão de propensão internacional da China a fim da conquista da liderança global, promovendo uma ordem normativa onde a hierarquia e a moralidade orientam as relações internacionais (Xuetong, 2019; Smith, 2020).

4.3 Semelhanças e diferenças as Teorias Ocidentais e Aplicação

Ao analisarmos ambas as teorias apresentadas neste trabalho — o Realismo Moral de Yan Xuetong e a Tianxia de Zhao Tingyang — podemos identificar os aspectos semelhantes que estas possuem ao terem como sua base comum os pensadores orientais e carregarem consigo ensinamentos e preceitos destes, a fim de adequarem ou construïrem uma teoria com uma visão não-ocidental das Relações Internacionais.

O aspecto de maior compatibilidade entre as duas teorias se encontra no Confucionismo, na medida que ambas possuem um grande foco na moralidade dos atores e na harmonia do sistema internacional. O Confucionismo é uma linha de pensamento ético, político e filosófico originada dos ensinamentos de Kong Fuzi (551-479 A.C). Podendo ser considerado um sistema de valores, este se fez presente na sociedade chinesa a partir de suas ideologias e ideais quanto a harmonia, a governança, as relações familiares e a conduta pessoal. A evolução da presença deste proporcionou a sua fusão com os aspectos políticos, históricos, econômicos e sociais da China, como apontam Leão e Ogama (2019):

O caminho da China é singularmente marcado por sua tradição confucionista milenar, que constituiu um dos pilares da ordem social e política e um dos

esteios de uma sociedade diferenciada em suas etnias e regiões (Leão; Ogama, 2019, pág.81).

Tendo a sua criação num período remoto, o sistema sofreu alterações e supressões com o passar dos anos, entretanto foi capaz de sobreviver e de se mesclar com as tradições e religiões como destacado por Leão e Ogama (2019). Durante a Dinastia Han o confucionismo se tornou a filosofia oficial o que veio a proporcionar seu enraizamento mais profundo na cultura chinesa, sendo hoje uma base importante para o modo como a China se desenvolve e se relaciona para com outros Estados e Atores.

Provavelmente foi aos princípios confucionistas e à erudição confucionista que o Estado dinástico chinês deve grande parte de sua estabilidade e continuidade burocrática... No entanto, o inverso não era igualmente verdadeiro; o confucionismo era menos dependente do Estado para sua sobrevivência do que o Estado dele. Mesmo sendo afetado pela ascensão e queda das dinastias, o confucionismo encontrou maneiras de sobreviver (Yao *apud* Bary, 2000, pág.5, tradução nossa)⁶².

Assim, o legado confucionista funciona como a base ideológica na formulação da Política Externa (PE) chinesa, infundindo seus aspectos morais, éticos e culturais. Este arcabouço chinês se destaca em contraposição ao pensamento político ocidental, tradicionalmente ancorado na anarquia sistêmica, na disputa por recursos e na soberania estadocêntrica. A ascensão de uma potência com um sistema de valores alternativo representa, portanto, não apenas um desvio dos "padrões do Ocidente," mas uma resistência explícita à hegemonia liberal liderada pelos Estados Unidos.

Dessa forma, na medida que a China cresce economicamente e expande sua atuação no sistema também se faz necessário o desenvolvimento de teorias que sustentem seus ideais e seu modo de atuação, é a partir desta necessidade que a Tianxia e o Realismo Moral tomam forma e propõem fortalecer a posição chinesa, seguindo o apontado por Gramsci, Cox, e posteriormente, e Xuetong ao discorrerem sobre as Hegemonias. Ao refletir sobre as hegemonias e sobre a interpretação de Gramsci sobre estas, Cox nos apresenta uma definição quanto a atuação das hegemonias e os componentes necessários para esta:

⁶²"It is probably to the Confucian ethos and Confucian scholarship that the Chinese dynastic state owed much of its stability and bureaucratic continuity...Yet the reverse was not equally true; Confucianism was less dependent on the state for survival than the state on it. Even though affected by the rise and fall of dynasties, Confucianism found ways to survive".

A hegemonia em nível internacional, portanto, não é meramente uma ordem entre Estados. É uma ordem dentro de uma economia mundial com um modo de produção dominante que penetra em todos os países e se conecta a outros modos de produção subordinados. É também um complexo de relações sociais internacionais que ligam as classes sociais dos diferentes países. A hegemonia mundial pode ser descrita como uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política; e não pode ser apenas uma dessas coisas, mas deve ser todas as três. Além disso, a hegemonia mundial é expressa em normas, instituições e mecanismos universais que estabelecem regras gerais de conduta para os Estados e para as forças da sociedade civil que atuam para além das fronteiras nacionais – regras que apoiam o modo de produção dominante (Cox, 1983, pág. 171, tradução nossa).⁶³

A partir da visão de Cox, podemos entender o modo como a China vem a atuar no sistema e como as teorias complementam a política externa da mesma. Ao adotar um posicionamento e uma atuação em oposição ao modo atual do *hegemon* este inicia a composição de uma alternativa a qual, por meio de uma interpretação em relação aos ganhos relativos desse novo modelo, vem a contribuir para o estabelecimento de novas normas universais e a modificarem a visão pejorativa, e anteriormente sustentada pelo *hegemon*, quanto a atuação chinesa no sistema internacional.

Desse modo, enquanto a hegemonia liberal ocidental utiliza normas como a democracia e as instituições de Bretton Woods para estruturar sua ordem, a China propõe uma base confucionista onde o Realismo Moral advoga que a liderança legítima (*wangdao*) depende da virtude e do exemplo moral e a Tianxia sugere um modelo de ordem inclusivo e harmônico. Assim, o Confucionismo serve como a ideologia (ou a "direção moral e intelectual" no sentido gramsciano) que Pequim busca universalizar, oferecendo um novo conjunto de regras de conduta (como a não-interferência e a soberania irrestrita) que apoia seu modo de atuação e desafia o bloco hegemônico vigente.

Por meio deste, podemos compreender a atuação chinesa na África, e em especial em Angola e Moçambique, não somente como uma alternativa para a obtenção de recursos, mas também como um palco para a demonstração do modelo de relações proposto pela China mediante a sua ascensão. Demonstrando

⁶³ Hegemony at the international level is thus not merely an order among states. It is an order within a world economy with a dominant mode of production which penetrates into all countries and links into other subordinate modes of production. It is also a complex of international social relationships which connect the social classes of the different countries. World hegemony is describable as a social structure, an economic structure, and a political structure; and it cannot be simply one of these things but must be all three. World hegemony, furthermore, is expressed in universal norms, institutions and mechanisms which lay down general rules of behaviour for states and for those forces of civil society that act across national boundaries-rules which support the dominant mode of production

efetivamente o aspecto moral apresentado por Xuetong e a visão universalista da Tianxia.

Para um maior entendimento quanto à aplicação destas perspectivas teóricas, é necessário definir a visão e o papel da Política Externa na projeção do Estado e no seu desenvolvimento. No vigente, adotamos esta como uma ferramenta essencial no posicionamento dos atores no sistema internacional na medida em que projeta os interesses e objetivos domésticos/internos para o exterior, não se tratando de um processo simples e linear. Por tanto, o próximo passo da análise será examinar a Política Externa da China contemporânea para identificar como os conceitos teóricos do Realismo Moral e da Tianxia encaixam e se manifestam na formulação das estratégias e ações externas de Pequim no cenário global.

4.4 A presença incipiente das Teorias nas relações internacionais chinesas

As relações da China com o continente africano remontam ao período da Conferência de Bandung em 1955, na ocasião foram discutidas questões de cooperação, autodeterminação, descolonização e paz em conjunto com líderes de 29 países africanos e asiáticos. Foi durante este encontro que a China reforçou seus princípios de atuação externa, anteriormente apresentados durante reunião com o Governo indiano em 1953, e adotou mais cinco durante a vigente reunião buscando demonstrar a África e ao mundo suas bases de atuação para o futuro, estabelecendo e exibindo os princípios regentes de sua Política Externa.

O Premier Zhou Enlai reuniu-se com membros da Delegação do Governo Indiano em 31 de dezembro de 1953, ocasião em que apresentou pela primeira vez os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, a saber: respeito mútuo pela integridade territorial e soberania de cada um [...], não agressão mútua, não interferência nos assuntos internos de cada parte, igualdade e benefícios mútuos [...], e coexistência pacífica⁶⁴ (China, 2024, [s.p.], tradução nossa).

É a partir desta demonstração, quanto às bases para as suas relações, que a nova visão quanto a China vem a tomar forma e a se demonstrar como atrativa para relações com os Estados que viriam a se formar durante os anos 1950 a 1975. É permeada por esta imagem, em soma aos movimentos de independência que as relações de Angola e Moçambique com a China tomam início.

⁶⁴ Premier Zhou Enlai met with members of the Indian Government Delegation on 31 December 1953 where he put forward for the first time the Five Principles of Peaceful Co-Existence, namely, mutual respect for each other's territorial integrity and sovereignty [...], mutual non-aggression, non-interference in each other's internal affairs, equality and mutual benefit [...], and peaceful co-existence (China, 2024).

Tendo os dois países adotado certa visão congruente com a Chinesa no período de independência destas — A adoção do socialismo por algumas frentes de libertação angolana e moçambicana constituiu-se no alicerce ideológico que orientou tanto a luta pela independência quanto a formulação de seus futuros programas políticos — e mediante ao cenário global da Guerra Fria, as relações tiveram seu início, como demonstrado anteriormente, e fundamentaram as bases para o que viriam a ser relações diplomáticas no período pós-Independência.

Na medida que vemos as relações entre China e os dois novos estados, é possível identificarmos meandros das teorias já permeando as relações. Apesar das teorias poderem ser caracterizadas como muito mais evidentes no modo como a China guia suas relações com Angola e Moçambique no período atual, o início destas já se mostrava guiado por preceitos confucionistas na medida que os próprios Princípios de Atuação da Política Externa concordam com as teorias, em especial com a teoria do Realismo Moral.

Ao estabelecer os cinco princípios como base para as suas relações e sustentá-los perante o tempo, a China adquire certa moralidade no meio internacional, ao se provar ser leal ao que propõe, mais tarde os mesmos princípios viriam a fazer parte da constituição da China. Ainda, os próprios princípios tornaram-se atrativos na medida que contrapunham num sistema que impunha diferentes medidas para Estados africanos e do Sul-global em geral.

Ainda, ao propor bases comuns quanto ao respeito mútuo pela integridade territorial e soberania de cada um, a não agressão mútua, a não interferência nos assuntos internos de cada parte, a igualdade e benefícios mútuos e a coexistência pacífica, a China cria um ambiente aberto e inclusivo que atrai os Estados na medida que não os força a ter relações com esta e baseia suas relações no ganho mútuo.

Ao realizar ações no período de luta pela independência dos Estados, a China iniciou um movimento de conexão para com os possíveis detentores do poder mediante ao final das lutas e conquista da independência. Desse modo, o vínculo estabelecido nesse período, como aponta o Realismo Moral, pode vir a ser interpretado como a fundação de uma credibilidade estratégica da China para com estes, ao se aliar às frentes de libertação e reafirmar as relações e laços por meio do apoio às lutas. Posteriormente, essa ligação e essa moralidade adquirida no princípio das relações - resultando em um elo forte para o modo como as relações vieram a se

desenvolver com o estabelecimento das relações no período Pós-guerra Civil de ambos os Estados.

Somada a essa estabilização de uma relação baseada na moralidade e na continuidade se encontra a visão de “harmonia no sistema” proposta pela Tianxia. Olhando através da teoria, mas ainda considerando que mudança de um sistema vigente não ocorre abruptamente, podemos considerar que ao criar e gerir organismos multilaterais com países da África — mais precisamente o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) e o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau) — e a vir a estreitar laços com a União Africana (UA) a China reforça o princípio de harmonia da Tianxia.

Cooperação profunda ocorre quando a China apoia ativamente instituições econômicas multilaterais, alinhando-se às suas regras, normas e princípios. Essa estratégia envolve contribuições financeiras, engajamento diplomático e defesa de reformas construtivas, demonstrando o compromisso da China com a ordem econômica multilateral. Reflete o papel da China como um “responsible stakeholder” (Zoellick, 2005), engajando-se com instituições multilaterais já existentes, ao mesmo tempo em que cria novas que reforçam e complementam — em vez de substituir — o sistema vigente. A cooperação profunda é caracterizada pelo cumprimento rigoroso dos compromissos multilaterais e pelo engajamento ativo, fortalecendo, em última instância, a governança econômica multilateral (Heldt; Schmidtke; Serrano Oswald, 2025, pág. 904, tradução nossa).⁶⁵

Ao propor a integração com todos os países participantes das organizações, adota-se uma visão de inclusão universal, na qual o conceito de “estrangeiro” é atenuado em favor de um conjunto que pode prosperar em comum, à medida que o país também se estabelece como presente nessas organizações ou associado a elas, provendo capital e infraestrutura em troca de recursos e apoio político, replicando tal lógica em termos contemporâneos.

Com essa presença e atuação podendo até mesmo a vir a ser considerada como a manifestação prática e embrionária da Tianxia no sistema internacional, buscando demonstrar um modelo de relações que prioriza a inclusão, a harmonia e um governo de “fraternidade” em contraponto à competição e egoísmo do sistema de

⁶⁵ Deep cooperation occurs when China actively supports multilateral economic institutions, aligning with their rules, norms, and principles. This strategy involves financial contributions, diplomatic engagement, and advocacy for constructive reforms, demonstrating China’s commitment to the multilateral economic order. It reflects China’s role as a ‘responsible stakeholder’ (Zoellick, 2005), engaging with existing multilateral institutions while also creating new ones that reinforce and complement rather than replace the existing system. Deep cooperation is characterised by strict compliance with multilateral commitments and active engagement, ultimately strengthening multilateral economic governance.

Estados-Nação. Em discurso para a comemoração de 50 anos de relações diplomáticas com os países da África o Ex-primeiro-ministro da China pontuou acerca da conexão:

As relações amistosas entre China e África, construídas sobre os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, resistiram ao teste do tempo e floresceram. China e África continuam sendo bons amigos, bons irmãos e bons parceiros, compartilhando tanto alegrias quanto dificuldades e uma amizade profunda. Estou convicto de que, não importa como o nosso mundo possa mudar, os laços de amizade entre chineses e africanos irão perdurar (Contessi, 2009, pág.413, tradução nossa).⁶⁶

Desse modo é possível averiguarmos que a China estabeleceu uma base de confiança, não somente com Angola e Moçambique ao apoiar os movimentos de libertação, mas realizou conexões e se demonstrou confiável e um ator moral perante todos os outros Estados que cercam e fazem parte, de maneira mais intrínseca, do cenário que se encontram Angola e Moçambique, sempre alimentando a relação para com este pela consistência de seus princípios.

4.5 Novas dinâmicas e relações a perspectiva das teorias

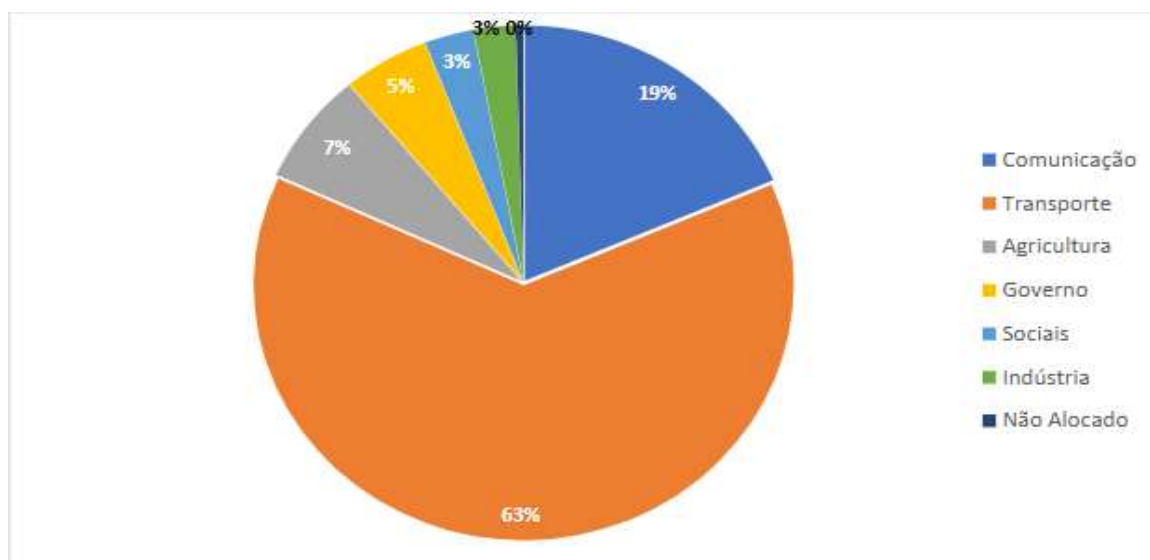
A chegada do novo século proporcionou mudanças significativas nas relações da China com o mundo, bem como com seu desenvolvimento interno e econômico, consequentemente, e como apontado anteriormente, as relações diplomáticas entre a República Popular da China e Moçambique tiveram uma nova propulsão com o final da Guerra Civil em 1992, apesar de já terem sido realizados acordos — principalmente com o foco no auxílio a medicamentos e profissionais da saúde —, a aproximação de Moçambique e URSS trouxe uma pausa nas relações, que continuaram amigáveis mas não vieram a evoluir no período anterior ao final do conflito interno em Moçambique.

O fim da Guerra Civil marcou um estreitamento das relações na medida em que a China demonstrava ser uma alternativa aos atores do Norte Global e a continuação de relações com países colonizadores. Como sequela, a China ao se fazer presente nos fóruns como o Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (no caso de Moçambique) e reafirmar seus princípios de atuação se demonstrava como opção de estabilização de relações.

⁶⁶ China-Africa friendly relations, built on the Five Principles of Peaceful Coexistence, have stood the test of time and flourished. China and Africa remain good friends, good brothers and good partners, sharing both weal and woe and profound friendship. I am firm in the conviction that no matter how our world may change, the friendly ties between the Chinese and Africans will last.

Assim, a mesma veio a atuar realizando iniciativas quanto à assistência econômica, à reconstrução do Estado e investimentos em várias áreas, Castigo (2023) aponta sobre a distribuição do fluxo de ajuda externa chinesa para com Moçambique entre 2000 e 2020:

Gráfico 1 - Empréstimos Chinês por área de apoio em projetos de infraestruturas, 2000-2020.



Fonte: Castigo, 2023.

Em relação aos investimentos realizados quanto à agricultura, Da Cruz e Herreros (2019) apontam que o interesse chinês ocorre na medida que este possui uma população que representa cerca de 20% da população mundial, enquanto suas terras cultiváveis compõem apenas 9% do planeta. Desse modo, a mesma necessita garantir sua produção agrícola no exterior, e é neste contexto sua presença na África ocorre, muitas vezes por meio do *Land Grabbing*⁶⁷. Horta (2008) ao relatar quanto a presença da China na África para suprir suas necessidades agrárias indica que o aumento da produção de arroz em Moçambique ocorre com destino a China, uma vez que esse não se encontra presente na dieta moçambicana.

Moçambique espera receber divisas das exportações de arroz, o que lhe permitirá, por sua vez, comprar produtos chineses e outras commodities no mercado mundial. A suspensão, pelo governo chinês, das tarifas de importação de 400 produtos agrícolas moçambicanos, incluindo arroz,

⁶⁷ O termo se refere à apropriação de terras e seus recursos naturais em larga escala, muitas vezes por meio de transações financeiras que transferem o controle da propriedade.

facilitará ainda mais as exportações de alimentos para a China (Horta, 2008, [s.p.], tradução nossa)⁶⁸.

Da Cruz e Herreros (2012) ainda relatam que a China firmou contratos com o Governo de Moçambique em 2007 que previam projetos para a produção de arroz e a construção de um sistema de irrigação para áreas com potencial agrícola, não sendo somente este o único acordo, mas também com o Governo de Moçambique realizando acordo com o China Exim Bank para o desenvolvimento de áreas agrícolas, este compondo a concessão de US\$ 2 bilhões em empréstimos para a construção de uma mega barragem no Rio Zambeze e a instalação de três fábricas de processamento agrícola de arroz e outras culturas.

Faz-se necessário expor que as relações comerciais entre os dois países no período se encontrava composto por importações moçambicanas da RPC sendo dominadas por produtos manufaturados como veículos, peças, aparelhos elétricos e artigos de ferro e aço, enquanto as importações chinesas de Moçambique consistiram principalmente em toras, gergelim e madeira, seguidos por proporções menores de vários minérios e seus concentrados. O destaque a estes se encontra explícito ao analisarmos o Gráfico 2 o qual compõe os produtos mais importados para a China entre 2001 e 2010.

Gráfico 2 - Dez principais produtos moçambicanos exportados para a China em termos de valor, 2001-2010 (mil USD).



Fonte: UN Comtrade;

⁶⁸ Mozambique expects to receive hard currency from rice exports that will allow it in turn to buy Chinese made goods and other commodities in the world market. The lifting by the Chinese government of import tariffs for 400 Mozambican agricultural products, including rice, will further facilitate food exports to China.

Ainda que expressivo, German (2012) e Chivava (2012) ao discorrerem quanto a comércio e investimento chinês no setor da agricultura relatam que — mesmo que este investimento tenha provocado mudanças internas e o desenvolvimento agrícola de Moçambique —, o destaque aos investimentos chineses recaem sobre o setor de infraestrutura e de exploração florestal, na medida que, segundo os dados do Centro de Promoção de Investimentos (CPI), entre 2000 e 2010 o Investimento Externo Direto chinês (IED) no setor agrícola foi de cerca de 4% — dentro deste 88% dos investimentos se encontram destinados à exploração florestal —, enquanto na indústria manufatureira foram cerca de 77%.

Em vista disto, o destaque para as relações entre os dois países se encontra no setor de infraestrutura. Roque e Alden (2009) apontam que desde o final dos anos 1990 a China veio a realizar múltiplos investimentos e financiamentos de projetos de infraestrutura pública em Moçambique. Segundo os mesmos, a destruição da infraestrutura em Moçambique pela guerra dificultava o desenvolvimento do país, nessa medida a reabilitação das mesmas desempenhavam um papel importante no desenvolvimento do país e em seu crescimento e o histórico de apoio chinês a projetos de infraestrutura no continente e o seu explícito interesse o colocavam em um bom posicionamento para a atuação.

Como resultado, as empresas chinesas de construção desempenham um papel importante na reconstrução do país, Nielsen (2012) expõe que, até 2012 existiam em Moçambique mais de 100 empresas chinesas de construção civil, dentre estas, 30 encontravam-se com sede em Maputo e ofereciam os preços mais competitivos dentre o mercado das companhias de construção. Esse relacionamento, quanto a reconstrução de Moçambique e a capacitação por meio da infraestrutura, demonstrou ser eficaz na medida que nos sete primeiros anos dos anos 2000 a China e suas instituições já haviam financiado cerca de sete grandes obras, como demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 - Construções em Moçambique financiadas por órgãos chineses (2000-2018)

Construção	Ano	Valor (US\$)	Região	Agências de financiamento	Setor
------------	-----	--------------	--------	---------------------------	-------

Assembleia da República	2000 - 2003	20 milhões	Maputo	Governo chinês	Infraestrutura
Centro de Conferências Joaquim Chissano	2003	5 milhões	Maputo	Governo chinês	Infraestrutura
Edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros	2004	12 milhões	Maputo	Governo chinês	Infraestrutura
Barragem de Mphanda Nkuwa	2006	2,3 bilhões	Rio Zambeze	Export-Import Bank of China	Infraestrutura
Barragem de Moamba-Major	2006	300 milhões	Maputo	Export-Import Bank of China	Infraestrutura
Aeroporto Internacional de Maputo	2007	75 milhões	Maputo	Export-Import Bank of China	Transporte e Armazenamento
Procuradoria-Geral da República	2007	40 milhões	Maputo	China National Complete Plant Import & Export Corporation	Infraestrutura
Centro de Tecnologias Agrárias	2007 - 2010	-	Maputo	Governo chinês	Infraestrutura
Estádio Nacional de Zimpeto	2011	70 milhões	Zimpeto	Governo chinês	Infraestrutura
Estrada Circular de Maputo	2012	300 milhões	Maputo	Export-Import Bank of China	Transporte e Armazenamento
Ponte Maputo-Katembe	2012	1,1 bilhão	Maputo	Export-Import Bank of China	Transporte e Armazenamento
Gloria Hotel	2014	300 milhões	Maputo	Governo de Moçambique e empresa chinesa AFECC	Infraestrutura
Aeroporto de Xai-Xai	2017	70 milhões	Gaza	Instituição governamental chinesa não especificada, agência governamental	Transporte e Armazenamento
Ponte Maputo Katambe	2018	700 milhões	Maputo	Export-Import Bank of China	Transporte e Armazenamento

Aeroporto Felipe Jacinto Nyusi	2021	60 milhões	Gaza	Governo chinês	Transporte e Armazenamento
--------------------------------	------	------------	------	----------------	----------------------------

Fonte: Elaborado a partir de Chivava, 2012; Bambo, 2022; Cunha, 2023.

As empresas chinesas não se limitaram à construção de prédios públicos em Moçambique, expandindo suas atividades para setores como a reconstrução de rodovias, a reabilitação dos sistemas urbanos de abastecimento de água e a construção de barragens hidrelétricas. Se integrando ao processo de desenvolvimento estrutural de Moçambique até o período atual, Roque e Alden (2009) apontam que cerca de um terço de todas as obras rodoviárias foram executadas por empreiteiras chinesas — 600 quilômetros. Bambo e Schor (2022, pág.171) expõem que:

O início do século XXI foi caracterizado pela acelerada progressão e sedimentação de investimentos chineses nas infraestruturas de Moçambique. Beneficiando-se dos preços competitivos praticados por suas empresas nos concursos de construção de infraestruturas públicas e de transportes e comunicações, da mão-de-obra de baixo custo, materiais de construção baratos e apoio político, a China tornou-se um dos países mais influentes em Moçambique ao considerarmos o setor de infraestrutura. Em quase todos os editais do subsetor de infraestruturas de transportes e comunicações anunciados pelo governo moçambicano, mesmo aqueles sob o financiamento do Banco Mundial, as empresas chinesas têm sido as vencedoras.

Esse avanço não foi motivado apenas pela necessidade de Moçambique em reconstruir seu território e desenvolver uma rede interna de infraestrutura e conexão, mas também pelas condições favoráveis oferecidas pela China. O governo chinês frequentemente concedia empréstimos a baixos juros e com prazos longos de pagamento, chegando, em alguns casos, a perdoar parte das dívidas moçambicanas. Em 2010 foi identificada a existência de poços de petróleo e de gás natural, assim, foram abertas novas possibilidades de atuação e investimento da China em Moçambique, podendo a vir a obter os recursos energéticos como pagamentos de empréstimos à RPC, do mesmo modo como vinha realizando comércio com Angola.

Entretanto, segundo dados do Observatory of Economic Complexity (OEC) (2025), a exportação de petróleo refinado à China ainda ocorre em proporções pequenas quando em relação aos outros produtos minerais como o gás natural ou o minério de titânio, que juntos representam cerca de 53% de toda a exportação de Moçambique a China. Ainda, Bambo (2022, pág.166) aponta que “em Moçambique, ainda não há registros que dão conta sobre a descoberta de poços de petróleo em quantidades comercializáveis”.

Do mesmo modo, Garcia (2020) apontou que a China não veio a investir no setor de mineração durante a primeira década do século XXI, havendo apenas algumas empresas mineradoras privadas atuando nos setores de mineração e comercialização de ouro, somente em 2012 empresas chinesas iniciaram seus interesses nas indústrias de carvão, em pesquisas e exploração de petróleo, gás natural e outros recursos minerais.

Desse modo, as relações entre Moçambique e China continuam com seu destaque na área da infraestrutura, do auxílio econômico, do investimento em produtos primários e minerais. Do mesmo modo, as exportações à China ocorrem quanto a produtos minerais, produtos de origem florestal e produtos de origem marinha. Na primeira década do século XXI, Moçambique apresentou um crescimento médio de 8% ao ano, tendo como fatores cruciais de impulso o financiamento de megaprojetos e a assistência internacional. A partir de 2006, o crescimento econômico do país passou a ser sustentado por investimentos na mineração de carvão, na indústria agrícola, no setor da construção civil, entre outros (Garcia, 2020).

O envolvimento comercial da RPC com Moçambique é significativamente menor do que com Angola e bem como com o restante África Austral, mas o comércio Sino-Moçambicano é aquele que conheceu taxas de crescimento mais rápidas entre a China e todas as nações africanas. Enquanto em Moçambique a cooperação se consolidava principalmente por meio de obras de infraestrutura, apoio técnico e financeiro, em Angola ela ganharia uma dimensão mais robusta e voltada ao setor energético, marcando uma nova etapa na presença chinesa no continente.

Como já abordado anteriormente, as relações entre China e Angola já estavam estabelecidas desde os anos 1980 com a RPC oferecendo pacotes de ajuda em 1984, assinado acordos de empréstimos para a atualização de equipamentos ao porto de Luanda, além da forte conexão econômica que os dois possuíam no final da década de 1990, período em que a Angola passou a ser o segundo principal parceiro comercial da China na África, somente atrás da África do Sul — Neste período o comércio entre os dois estados deu um salto de 150 milhões de dólares em 1990, para 1,8 bilhões em 2000 (Xavier, 2011; Begu et al, 2018; Andrade, 2023).

China e Angola também possuem um histórico de relações quanto à infraestrutura do segundo, muito em razão da necessidade de reconstrução e modernização pós-guerra civil. Quicassa (2025) aponta que entre os anos de 2002 e 2025, Angola se beneficiou de obras de impacto social e econômico financiadas por

capitais chineses, o mesmo ainda aponta que estas infraestruturas além de contribuírem para a mobilidade, a saúde pública e a produção de energia, formam uma base para o desenvolvimento sustentável.

Entre 2002 e 2024, Angola beneficiou-se de obras de grande impacto social e econômico financiadas por capitais chineses, como a reabilitação da linha férrea de Benguela, a construção da nova marginal de Luanda, o novo aeroporto internacional de Luanda, estradas nacionais, hospitais, universidades e centrais elétricas.

Estas infraestruturas, além de contribuírem para a mobilidade, a saúde pública e a produção de energia, constituem alicerces indispensáveis para o desenvolvimento sustentável. Dentre as várias obras realizadas com o investimento chinês, o Quadro 3 abaixo contém algumas destas, a fim de relatar quanto aos investimentos chineses e propondo também expor com maior clareza a diferença entre a proporção dos investimentos em infraestrutura entre Angola e Moçambique.

Quadro 3 - Construções em Angola financiadas por órgãos chineses (2006-2023)

Construção	Ano	Valor de Auxílio (US\$)	Região	Setor
Recuperação da ferrovia Lobito-Lual	2006	1,8 bilhões	Benguela e Moxico	Transporte e Armazenamento
Reabilitação da ferrovia de Luanda	2005 - 2015	* 355 milhões	Luanda	Transporte e Armazenamento
Reabilitação da ferrovia Namibe-Menongue	2006 - 2012	* 1,2 bilhões	Namibe, Lubango e Menongue	Transporte e Armazenamento
Hospital Geral de Luanda	2006	6 milhões	Luanda	Infraestrutura
Aeroporto Internacional Dr. António Agostinho Neto	2017 - 2023	1,4 milhões	Luanda	Transporte e Armazenamento
Centro Integrado de Formação Tecnológica (CINFOTEC)	2021 - 2024	** Doado pelo governo chinês	Huambo	Infraestrutura

* Não foi encontrado um valor de auxílio, desse modo o valor acima se refere ao valor total da obra.

Fonte: Elaboração própria com base em Pautasso (2010), Nzovo (2014);

Mas, apesar do papel da infraestrutura para as relações e o firmamento de laços entre as duas nações, as relações tiveram um maior foco no setor de exportações e importações, sendo o petróleo o produto principal nesta relação. Com a chegada dos anos 2000 sendo “recepcionada” por uma série de acordos de cooperação entre os dois Estados com relação a estoques de petróleo e gás natural (Xavier, 2011; Begu et al, 2018; Jureńczyk, 2020; Andrade, 2023).

[...] Desde o fim da guerra civil em Angola, a China tem desempenhado um papel cada vez mais relevante como parceira de desenvolvimento, especialmente por meio de subsídios para a construção de edifícios públicos e de programas de cooperação nas áreas de saúde, educação e agricultura. A característica mais significativa dessa relação, contudo, é o rápido aumento no volume do comércio bilateral, claramente dominado pelas exportações de petróleo para a China (Power; Cristina, 2012, pág. 105-106, tradução nossa)⁶⁹.

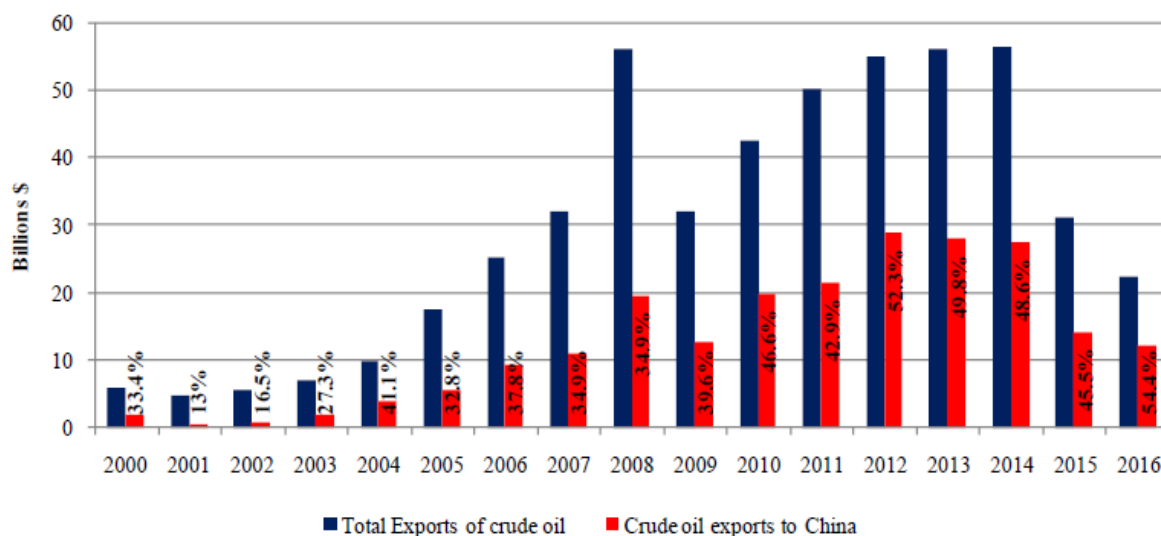
A vista disso, as relações entre os dois países vêm a se fortalecer tendo o petróleo como ponto de ligação entre estes, Jureńczyk (2020) ao discorrer quanto as relações entre os dois Estados aponta que a parceria entre os dois é baseada nos princípios da Cooperação Sul-Sul e fundamenta-se principalmente na cooperação nas áreas de matérias-primas e apoio ao desenvolvimento, dentro de programas de recursos em troca de ajuda. A partir destes moldes a RPC estabeleceu sua conexão com o Estado e iniciou seu consumo de petróleo angolano.

Xavier (2011) aponta como os fluxos comerciais entre os dois estados tomaram propulsão nos anos 2000 em 2007 a China já se encontrava como a segunda maior parceira comercial de Angola — ao ultrapassar o Brasil e a África do Sul — e em 2008 alcançaram seu ápice, anterior à crise, com Angola atingindo a marca de ser o segundo maior exportador de petróleo da China, somente atrás da Arabia Saudita. Podemos averiguar, como as relações não se limitaram ao crescimento nos primeiros oito anos da década de 2000, mas mantiveram sua projeção e crescimento, como aponta o Gráfico 2.

Gráfico 2: Angola — evolução das exportações de petróleo entre 2000 e 2016⁷⁰.

⁶⁹Since the end of the civil war in Angola, China has played an increasingly relevant role as a development partner, particularly via subsidies for the construction of public buildings and cooperation programmes within the areas of health, education and agriculture. The most significant characteristic of the relationship, however, is the rapid increase in the volume of bilateral trade, clearly dominated by petroleum exports to China.

⁷⁰ Angola—the evolution of petroleum exports between 2000 and 2016.



Legenda: Em azul compõe o total de petróleo bruto exportado por Angola, enquanto o ilustrado em vermelho representa a quantidade exportada à China.

Fonte: Begu et al, 2018.

Begu et al (2018) ao comporem o gráfico acima apontam que, desde 2010, quase metade de todo o petróleo exportado por Angola tem como destino a China, correspondendo a cerca de 12% a 17% do consumo total chinês de petróleo. Quanto ao crescimento das relações e do papel do petróleo na ligação entre os dois estados, se faz importante apresentar como estas, desde 2000, compunham o modelo defendido pela China conhecido como modelo de relações *win-win*⁷¹.

Esse modelo de relações ficou posteriormente conhecido como “modelo angolano”, o qual é composto com a RPC concedendo grandes empréstimos a Angola e, em troca, adquirindo petróleo angolano para suprir sua alta demanda energética interna. Entretanto, Jura (2024) aponta que este não vem a ocorrer dessa maneira, com o petróleo sendo uma forma de pagamento, mas sim este sendo um produto garantia quanto a acordos, o mesmo expõe que o petróleo angolano não é enviado à China para quitar uma dívida. Em vez disso, os credores chineses têm o direito de designar uma “conta de custódia”, na qual devem ser depositados os recursos provenientes da venda de uma determinada quantidade de petróleo dada como garantia.

Baseia-se principalmente na cooperação nas áreas de matérias-primas e apoio ao desenvolvimento, dentro de programas do tipo “recursos em troca

⁷¹Calcado em necessidades econômicas mútuas, nas quais seus termos de troca se mostravam aparentemente vantajosos para ambos (Luterman, 2020).

de ajuda”. O Modelo Angolano originou-se de um acordo petrolífero sino-angolano de 2004, pelo qual o Banco de Exportação e Importação da China (China Exim Bank) concedeu ao governo de Angola um empréstimo de 2 bilhões de dólares para a reconstrução do país no pós-guerra. Esse modelo foi concebido como uma solução de benefício mútuo, baseada na cooperação entre parceiros iguais (Jureńczyk, 2020, pág. 47, tradução nossa)⁷².

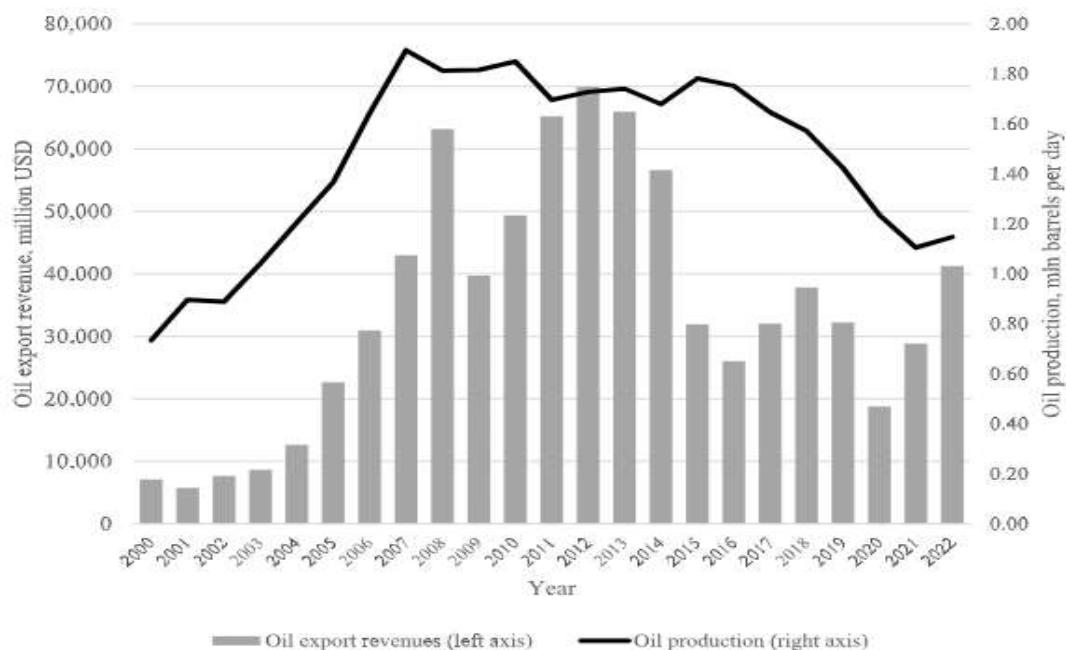
Esse método de relações entre os dois países se mostra como um retroalimentador ao modo como as relações econômicas entre os dois Estados ocorrem atualmente, isso quando se refere a exportação de petróleo à China. Segundo dados do Observatory of Economic Complexity (2025) desde 2017 a China exporta cerca de 59% de todo o petróleo à venda de Moçambique, ainda contando com aumentos e chegando a 70.1% em 2019.

Apesar do ápice em 2019, neste mesmo ano, em entrevista à agência de notícias russa TASS, o presidente angolano João Lourenço disse que o país vai deixar de oferecer petróleo como garantia das linhas de crédito negociadas com outros Estados, nomeadamente a China, Brasil e Israel. A fim de diversificar sua pauta exportadora e de viabilizar modernização e avanços em outras áreas — desse modo vindo a diminuir sua dependência externa e dívidas para com estes países.

Gráfico 3: Examinando as mudanças nas Relações Angola–China (2000 - 2022)⁷³

⁷²It is mainly based on cooperation in the area of raw materials and development support under resources-for aid programs. The Angola Model comes from a 2004 Sino – Angolan oil agreement, under which China Exim Bank granted the government of Angola a loan of US\$2 billion for post-war reconstruction. This model was meant to be a win-win solution in cooperation between equal partners.

⁷³Examining Shifts In The Angola–China Relations.



Legenda: As colunas do gráfico dizem respeito às receitas de exportação de petróleo, enquanto a linha a produção de petróleo em Angola.
 Fonte: Jura, 2024.

Do mesmo modo, Jura (2024) expõe que desde 2018 o país iniciou a adoção de uma nova visão quanto aos empréstimos e a presença chinesa no país. Este aponta três pontos como influenciadores a essa mudança: empréstimos, empresas estatais chinesas e os migrantes chineses. Entre os anos de 2000 e 2020 os empréstimos chineses aos países africanos somaram 160 bilhões de dólares, com Angola sendo o maior devedor individual da China no continente africano com 256 empréstimos que totalizaram 42,6 bilhões de dólares, o equivalente a 27% de todos os empréstimos chineses à África.

Em suma, as relações entre RPC, Angola e Moçambique, embora diferentes em seus focos econômicos – com Angola sendo crucial para a segurança energética chinesa por meio do "Modelo Angolano" (recursos em troca de ajuda) e Moçambique priorizando a reconstrução da infraestrutura e o acesso a commodities minerais e florestais – são unificadas pelas bases da política externa chinesa e pelos objetivos desta ao se relacionar com os países africanos.

Em visita ao modo como as relações entre a RPC ocorrem com estes países, faz-se necessário analisar o papel das teorias nessa atuação, as Teorias chinesas de Relações Internacionais não apenas explicam, mas também fundamentam a lógica de atuação da RPC nas relações com ambos os países, cada uma destas com suas especificidades, mas ainda mantendo certa correlatividade na medida que a China

compõe uma constante na análise.

Como apontado anteriormente, estas teorias propõem a construção de um escopo para atuar como justificativa quanto à possibilidade atual de uma posição de liderança da China, ao buscar aderir a esta um papel de âncora viabilizadora e portadora dos conhecimentos para a ocorrência de mudanças no Sistema Internacional. Desse modo, essas teorias se encontram congruentes com a linha da política externa adotada pela RPC.

Como já exposto, desde o final dos anos 70 a China realizou o desenvolvimento de um capitalismo de mercado, aderindo reformas econômicas e buscando maior interação com a sociedade internacional. O processo de modernização da China e desenvolvimento econômico durante o governo de Deng Xiaoping formou as bases para a atuação internacional da mesma posteriormente, além de ter demonstrado a possibilidade de modificação das condições “adversas” a outros países e futuros Estados, ganhando notoriedade pelo feito. Posteriormente, o acúmulo de capitais proporcionados pelas mudanças veio a sofrer realocação com os investimentos diretos e auxílios do governo chinês.

Na tentativa de se inserir e projetar no sistema internacional, a RPC buscou se aproximar de países do Sul-global, na medida que carregava o discurso de nação que também sofrera com a colonização. Assim, já realizando conexões quanto ao histórico, foi a partir destes e da reafirmação dos Princípios de Coexistência Pacífica que a China propôs a expandir sua influência e buscar seu reconhecimento como Estado legítimo, mediante a ameaça do reconhecimento de Taiwan.

As teorias chinesas de Relações Internacionais, carregam com si todo o acumulado histórico percorrido pela China e todo o entendimento filosófico produzido pela mesma durante sua existência, de modo que dialogam diretamente para a sustentação do modo de atuação chinês atual e quanto aos objetivos que esta carrega. Destarte, podemos analisar como as teorias dialogam com a atuação chinesa desde o início do século XX.

Perante a chegada do novo século, a ascensão de Hu Jintao (2003-2013) ao cargo de presidente da China, trouxe com sigo uma filosofia que propunha um “mundo harmonioso” e a busca por um papel mais proativo e uma abordagem de “*outgoing*”. Desse modo, o governo deste continuou aplicando em suas relações — para com os países africanos e outros — as bases adotadas em Bandung quanto ao respeito mútuo pela integridade territorial e soberania de cada um, a não agressão mútua, a não

interferência nos assuntos internos de cada parte, a igualdade e benefícios mútuos e a coexistência pacífica. Além de reafirmar, constantemente estes e o modelo de atuação chinês, focado na promoção do desenvolvimento nas relações de mútuo.

O desenvolvimento da China está relacionado não apenas ao bem-estar de cada chinês, mas também aos interesses de todos os povos do mundo. Esperamos sinceramente que, à medida que nos integremos ainda mais à comunidade internacional, tenhamos a compreensão de um número crescente de países ao redor do globo. A China jamais exportará seu sistema social ou modelo de desenvolvimento, pois estamos convencidos de que cada país tem o direito de escolher o caminho de desenvolvimento que melhor se adapta às suas próprias condições. Por outro lado, estamos prontos, com base na igualdade, para realizar intercâmbios com a comunidade internacional (MFA, 2016)⁷⁴

Se tornando um padrão em seu comportamento o respeito a esses preceitos e de mesmo modo atraente para os dois países, na medida que estes possuem um passado para com a China e com os ideais socialistas. Em razão desses fatores — e da presença de características interpretadas pelo Ocidente como socialistas nos governos do pós-guerra —, a opção pelo auxílio e pela participação chinesa nesses dois novos Estados foi facilitada, sobretudo diante das interferências e exigências impostas pelas instituições econômicas internacionais. Nesse contexto, é possível compreender que a atuação chinesa, tanto nas relações bilaterais com Angola e Moçambique quanto em sua participação em organismos multilaterais, reflete um modelo estratégico mais amplo.

Lechini (2013) aponta que fóruns como o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) e o Fórum de Macau foram criados com o intuito de conquistar a confiança dos líderes africanos por meio do modelo de atuação e das propostas chinesas, refletindo uma concepção mais ampla de ordem internacional inspirada na teoria da *Tianxia*. A vista da Teoria, essa relação que a China estabelece com os dois países, se baseado nos princípios de Bandung e somado a participação e coalizão em instituições internacionais, é consoante com o papel dela ao propor e almejar a mudança no sistema, na mediada que ela integra estes novos estados e propõe a não exclusão e interferência nestes como aponta Lechini (2013, [s.p]):

⁷⁴ China's development is related to not only the well-being of every Chinese, but also the interests of all people in the world. We sincerely hope that as we further integrate with the international community, we will have the understanding of more and more countries around the world. China will never export our social system or development model because we are convinced that every country has the right to choose a development path suited to its own conditions. On the other hand, we are ready, on the basis of equality, to conduct exchanges with the international community.

No plano do discurso, os governantes chineses afirmam que sua relação com os países africanos pretende promover a cooperação econômica Sul-Sul para a construção de uma nova ordem internacional, mais justa e igualitária, em que a China se assume como um país em desenvolvimento e, portanto, identificado com seus sócios africanos. Pequim tenta legitimar sua posição afirmando que tanto a China como os Estados africanos compartilham da humilhação de terem sido submetidos à dominação europeia e terem lutado contra o colonialismo. Uma vez recuperados os velhos princípios da Coexistência Pacífica, os líderes chineses propõem a seus pares africanos uma aliança econômica com um programa social que promove o desenvolvimento econômico constante, o respeito à soberania estatal e à diversidade, sob o pressuposto de que ambas as partes se beneficiam nos negócios («win-win situation»).

Ainda, ao realizar a iniciativa de relações comerciais e a assistência ao desenvolvimento destes, seja com os investimentos diretos ou com os auxílios, apontados anteriormente, esta promove um dos pilares da visão de Zhao ao integrar estes Estados ao multilateralismo⁷⁵ e a participação nos fóruns e proporcionar benefícios mútuos “por sua participação” — do que ao permanecerem sem relações com a RPC.

Estes ganhos se tornam evidentes quando analisamos o desenvolvimento em infraestrutura e os pacotes de auxílios a Moçambique e Angola nos últimos 15 anos, com os dois países ganhando em suas lacunas quanto a estrutura e capacitação enquanto a China ganhava também com a internacionalização de empresas e capitais, facilitações tarifárias e o acesso a produtos primários e energéticos. Ao oferecer apoio ao desenvolvimento e reconstrução dos países, quando em relação ao Ocidente — o qual propunha mudanças internas a estes — a RPC demonstra e aplica uma estratégia de projeção de poder que defende e propõe uma reconfiguração na ordem internacional, se apresentando como uma alternativa às relações para com o Norte-Global e fortalecendo a Cooperação Sul-Sul.

Do mesmo modo, a teoria aponta que a atuação da RPC para com este país não se trata de um Neocolonialismo, como é criticado muitas vezes, mas sim de uma relação quase familiar, na medida que um Estado se apoia no outro, com a China até mesmo diminuindo ou extinguindo taxas em transações e revogando dívidas, além de ter auxiliado no desenvolvimento e superação de obstáculos dos dois Estados.

⁷⁵ De maneira geral, o uso do termo no vocabulário das relações internacionais tendeu a adotar uma concepção abrangente, sendo definido como um sistema de interação estatal no qual cada membro busca estabelecer relações com o conjunto dos demais membros do sistema, ao invés de priorizar ações unilaterais ou bilaterais. O conceito expressa, portanto, um projeto político a ser promovido por uma institucionalidade internacional ou, ao menos, a preferência por um padrão de ação coletiva em detrimento de soluções individuais (Mello, 2011).

Ademais, a reconfiguração das relações sino-angolanas, marcada pela retirada do petróleo como principal garantia nas negociações, não implicou em tensões ou rupturas diplomáticas. Conforme sugere a perspectiva da Tianxia, mesmo diante de ajustes nas formas de cooperação, a China tende a manter seu comprometimento desde que as relações continuem promovendo benefícios recíprocos e a harmonia entre as partes. Como defendido por Xi Jinping (2013 - atualmente) ao assumir o governo da RPC e proferir que a China iria conduzir sua política de modo a não prejudicar outros países e não abdicando de seus interesses nacionais.

Na visão do Realismo Moral, a atuação da China nas relações com Angola e Moçambique é interpretada sob a lente da moralidade deste para com os dois Estados. Sendo esta moralidade um fator crucial não somente de poder, mas também para a continuidade das relações atualmente da liderança. É possível identificarmos como a atuação chinesa se encaixa no modelo de Xuetong.

Ao analisarmos, como fora feito previamente, o histórico das relações da China para com estes e a continuidade destas relações sob bases comuns e que promovem a igualdade e não interferência, a teoria aponta que a consistência chinesa quanto a estes promove um aspecto moral à sua atuação e presença nestes Estados, tornando-a mais atrativa. A combinação deste histórico com o modo que as relações econômicas vieram a se desenvolver causou aproximações da RPC para com estes.

Não somente estes, mas a constância do cumprimento de compromissos, acordos, investimentos e auxílios de origem chinesa contribuem para a promoção de uma positiva a ambos os Estados e garantem a preferência das relações para com a China, como apontam as várias obras de infraestrutura realizadas pelo governo da RPC ou com auxílio de instituições bancárias da China. Ainda a atuação da RPC nos fóruns, instituições e organizações multilaterais, ao se propor como aliado e realizar conexões e auxílios ao continente africano com frequência recebe seu papel de liderança inclusiva.

Outro aspecto a ser analisado é a busca pela autoridade e pela projeção de uma alternativa moralmente superior, conforme o Realismo Moral, manifesta-se também no desenvolvimento da Cooperação Sul-Sul (CSS) e no modelo de 'recursos em troca de ajuda'. Ao apoiar Moçambique e Angola por meio destes arranjos — notavelmente o 'modelo angolano' — a China oferece um contraponto direto às condicionalidades políticas e interferências de instituições tradicionais. A preferência por financiamentos flexíveis e em troca de recursos, em vez de exigir reformas

internas, é vista por Xuetong como a prática de uma autoridade humana, alinhando a satisfação de seus interesses energéticos com o desenvolvimento e a estabilidade dos países africanos.

Com base nisto, podemos aferir um grande empenho chinês em propor que sua atuação ocorre de modo a se tornar um ator confiável e leal a seus parceiros e internacionalmente. Ao não recorrer ao uso da força bruta, promover a resolução de conflitos e auxiliar no desenvolvimento dos países do Sul Global, entre outras ações, a China posiciona-se como um ator moral. O que, somado à sua ascensão e crescimento econômico, corrobora para sua emergência como um *“hegemon”*. Essa ascensão é, por sua vez, um dos aspectos centrais do Realismo Moral de Yan Xuetong, visto que a teoria busca responder à questão de como um *hegemon* ascende.

Desse modo, a China vem a optar por utilizar parte de seu Hard Power — ao ter como foco a parte econômica constitutiva deste — somada aos preceitos morais de atuação — Princípios de Coexistência Pacífica — a fim de buscar seus interesses nacionais. E realiza este uso de um modo satisfatório, na medida em que: Governantes dos dois Estados sucessivamente realizam discursos em que enaltecem as relações com a RPC; A China continua como grande exportadora de ambos os países; O modelo de assistência e alívio ou revogação de dívidas se encontra como favorável; O investimento em infraestrutura não somente auxilia estes Estados a se fortalecerem internamente, como também contribui para um desenvolvimento significativo do setor formal e para a superação da pobreza.

Assim, as relações permanecem e garantem à China os recursos de que esta necessita. Além disso, elas fortalecem o papel de “Autoridade Moral” da China, o que é crucial para uma possível superação em relação aos Estados Unidos, na medida em que a continuidade destas relações só apresenta reflexos positivos para a China. Mesmo que passem por modificações, como o apontado pela remoção das relações no “modelo angolano” estas tendem a se manter continuamente, sem vir a causar algum tipo de prejuízo mútuo ou risco de término por falta de moralidade.

As teorias demonstram atender não somente as necessidades e objetivos chineses, como também compõem opções alternativas para os países com quem esta se relaciona, na medida que não fortalecem a estrutura que tradicionalmente as reprime e condiciona a retroalimentação das riquezas ao Norte-Global. Em 2013, Guardiola e Gonçalves, ao discorrer sobre a presença e atuação da China na África,

já expunham a visão africana quanto ao criticismo do ocidente a atuação chinesa no continente:

Porquê, então, tanto alarmismo no Ocidente, tantos relatórios das ONG e reportagens jornalísticas para denunciar os malefícios da «invasão» chinesa? «Dor de cotovelo», ironizam estadistas africanos, com alguma razão. O sentimento de «perda» dos governos e empresas ocidentais perante a irrupção deste «dragão» chinês no que consideravam os respetivos «pátios traseiros» – América Latina para os Estados Unidos e Espanha, África para os ex-colonizadores europeus – é demasiado evidente. As posições conquistadas pela China foram em detrimento destes «parceiros tradicionais». Esquecem aparentemente que há pouco mais de dez anos os macroeconomistas aconselhavam os investidores ocidentais a abandonar à sua sorte um continente que representava apenas 2% do comércio mundial para se dedicar a negócios mais seguros e lucrativos (GUARDIOLA; GONÇALVES, 2013,[s.p.]).

Estes apontam que os africanos possuem uma visão mais clínica quanto a essa atuação, na medida que a China não foi responsável pelo modo como o sistema vigente se organiza e molda as ações dos Estados. Desse modo, a China utiliza da própria estrutura global para crescer e expandir sua influência. Ainda que se encontre maiores resíduos positivos acumulados para a RPC, estes fazem parte do modo com a China veio a aprender a lidar com este Sistema e pelo seu desenvolvimento próprio.

Ainda, adotando uma visão realista, os autores apontam que o “modelo chinês” se encontra como atrativo para a maioria dos estadistas africanos e os dirigentes dos seus partidos (quase únicos), na medida que compõem a previsibilidade a médio prazo a estes, e quanto a presença da RPC os mesmos, não obstante, declaram que cabe aos dirigentes africanos a criação de regras, leis e modelos a fim de prevenir abusos e o Clientelismo.

Com este, é importante ressaltar como as críticas à atuação chinesa não provenientes dos países que historicamente criticam sua atuação ao notarem que esta vem desenvolvendo boas relações para com os estados que anteriormente eram colonizados, dos quais eram impostas dificuldades para a presença e atuação, e que muitas vezes eram vistos — em razão de suas debilidades sociais e instabilidades políticas — como somente local alvo das preocupações da Cruz Vermelha Internacional (Lechini, 2013).

Para mais, faz-se necessário expor que a interpretação da atuação chinesa pelo olhar do ocidente pode se dar em decorrência do tempo de análise quanto às relações, a falta de estabilidade nos países que mantêm relações com a China — ao se tratar dos dois estudados no vigente trabalho — e a recente formulação destas

teorias podem vir a explicar o modo como estas são interpretadas atualmente, ainda a dificuldade quanto ao acesso e estudo destas contribuem para a permanência da visão ocidental quanto às relações internacionais e as mudanças sistêmicas.

Nesse sentido, as teorias se mostram coerentes com a forma como a política externa chinesa é conduzida na atualidade, assim como as teorias ocidentais — em sua maioria — reforçam a soberania dos países do Norte Global, tendo em vista que delas se originam. Portanto, o estudo ou a aplicação de uma teoria não deve ser visto em termos de certo ou errado, pois cada uma reflete a compreensão e olhar de seus formuladores. Dizer que uma teoria serve como instrumento de atuação ou dominação futura seria, então, acusar igualmente todas as teorias clássicas e consagradas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A China, nos últimos dez anos, emergiu como um ator central no sistema internacional, na medida que seu desenvolvimento ocorreu de maneira exponencial, sendo que a mesma realiza uma projeção no ambiente internacional, com trocas comerciais, diálogos e acordos com várias nações. A manutenção de suas relações com os países africanos é de importância a fim de garantir os produtos primários para a continuidade de seu desenvolvimento, deste modo sua aproximação com Angola e Moçambique ganharam destaque ao se analisar o histórico de atuações e o fortalecimento das mesmas, mediante a críticas e crises, nos últimos vinte e cinco anos.

Em razão deste desenvolvimento e da relevância de sua atuação, a análise das relações com Angola e Moçambique se tornaram cruciais para a compreensão da complexidade da Política Externa Chinesa (PECh) e para a compreensão das teorias chinesas de relações internacionais, na medida que representam um bom modelo de aplicação. É com base nestas relações que podemos evidenciar como a China realizou um alinhamento entre seus interesses estratégicos e a necessidade de garantia e abastecimento de produtos primários para a sustentação de sua atuação vigente.

Ao analisarmos como a formulação da PECh para Angola e Moçambique pode ser explicada pelas teorias de Tianxia e do Realismo Moral, podemos notar como aquela fora estruturada desde seu cerne a sustentar uma lógica de inserção internacional baseada na construção de confiança, na promoção da estabilidade política e no desenvolvimento mútuo, reforçando valores como a não interferência, o respeito à soberania e a cooperação pragmática. Desse modo, as teorias apontam a orientação das políticas por uma matriz filosófica e estratégica coerente, enraizada no Confucionismo e nos princípios da coexistência pacífica.

A trajetória histórica da PECh, desde Mao Zedong até Xi Jinping, revelou um caminho de adaptação pragmática às mudanças globais, mantendo, contudo, a primazia da estabilidade do Partido Comunista Chinês (PCC), a integridade territorial e o crescimento econômico como objetivos vitais. O período pós-1949 ficou marcado pela busca por legitimidade e pelo fim do isolacionismo, consolidado pelo pragmatismo de Deng Xiaoping e pela adesão aos Cinco Princípios de Coexistência

Pacífica. Esses princípios tornaram-se as bases éticas da PECh, servindo como a "direção moral" que guiou a inserção chinesa no Sul Global.

Posteriormente, a fase de Xi Jinping (2013-atualidade) aprofundou essa projeção, transformando a China em uma âncora para a reconfiguração da ordem global. Iniciativas como o "Sonho Chinês" e o "Cinturão e Rota" demonstraram um esforço ativo para institucionalizar sua visão, promovendo um modelo alternativo à hegemonia liberal. Desse modo, as relações com Angola e Moçambique demonstram todo o processo histórico que a política externa chinesa teve como base para sua atuação e para o modo como elas vieram a ser atualmente.

Ao se aproximar do continente africano, a China realizou uma aproximação por semelhança, propagando sua visão como nação colonizada, como alternativa ao norte global colonizador, apoiador da libertação de nações oprimidas e colonizadas, e ainda como facilitador a inserção internacional destes novos estados. Desse modo, a relação foi estabelecida e ficou marcada pelo modelo de "recursos em troca de ajuda" (Modelo Angolano).

A atuação chinesa para com estes dois estados demonstra um padrão, ainda que possuam algumas diferenças. Sob a óptica do Realismo Moral, a consistência da China e a concessão de empréstimos sem condicionalidades políticas, como feitas pelo Ocidente, reforçaram a sua autoridade moral e credibilidade estratégica, conquistando a confiança de Angola e garantindo o acesso a recursos vitais. O modelo "ganha-ganha" (win-win) serviu como a ação moral que alinha os interesses chineses com o desenvolvimento e a estabilidade angolana.

Do mesmo modo, em Moçambique, a cooperação que se consolidou no período pós-Guerra Civil com foco na reconstrução e em investimentos significativos em infraestrutura, refletiu a visão universalista da Tianxia. A participação em plataformas como o Fórum de Macau e o investimento em obras públicas (como pontes, estradas e prédios públicos) atuam como a manifestação de um "mundo-família". A inclusão e o benefício mútuo atenuaram o conceito de "estrangeiro" e promovem a harmonia, garantindo o acesso a commodities minerais e florestais.

Em síntese, é possível identificarmos como as teorias permitem a longevidade do abastecimento da China quanto as *commodities*, visto que o Realismo Moral explica a estratégia de construir liderança através da virtude e do Hard Power econômico, combinados com a credibilidade política — diferente de como outras nações propunham as relações e atribuindo à África um papel para com a sociedade

a qual por muitos não lhe foi atribuído —, enquanto a Tianxia oferece o arcabouço para uma ordem global inclusiva e harmoniosa. Essa articulação filosófico-estratégica garante o acesso chinês a recursos e impulsiona a narrativa de Pequim como âncora de uma nova ordem global, superando a crítica ocidental ao se apoiar em um sistema de valores alternativo e coerente, do mesmo modo que é apontada como lucrativa e benéficos a ambos os países, os quais mesmo com mudanças internas, quanto as decisões de comércio e avanços, ainda ocorrem propondo manter as relações com a China.

À vista disso, o vigente trabalho propôs demonstrar que a trajetória da política externa chinesa não pode ser interpretada apenas em termos realistas tradicionais ocidentais, como competição por poder material, expansão estratégica ou busca unilateral por poder. Ainda que estes se façam presentes na atuação chinesa e se fazem evidentes pelo esforço chinês na busca por assegurar recursos energéticos, rotas, influência e *commodities*, estes são acompanhados de uma construção simbólica e moral complexa, baseada em princípios históricos, culturais e civilizacionais próprios.

Com base nessa visão, podemos observar que a política externa chinesa para Luanda e Maputo é orientada por três eixos fundamentais: a legitimidade moral e narrativa pós-colonial; o pragmatismo econômico e interesse estratégico; e a construção gradual de influência por meio de instituições, investimentos e redes políticas. A China, assim, procura projetar-se como liderança de um Sul Global em busca de reconhecimento e autonomia, contrapondo-se ao universalismo liberal ocidental e reivindicando um modelo plural de governança internacional.

Faz-se necessário, ainda, apontarmos que a China não atua como potência altruísta, mas também não se enquadra perfeitamente nas categorias ocidentais de imperialismo ou neocolonialismo. Trata-se de uma potência com preceitos e filosofias próprias, que propõe moldar o ambiente internacional de maneira gradual e estrutural, criando dependências positivas, modelos de legitimidade e instrumentos de influência — políticas, econômicas, discursivas e civilizacionais. Esse modelo de atuação necessita de uma abordagem distinta, na medida que não se baseia nos preceitos e moldes ocidentais, e de mesmo modo a adoção da África de um papel como subjugada pela RPC não se faz consoante, visto que esta não se encontra como um mero objeto na relação, mas exerce agência significativa: líderes africanos negociam, condicionam, reformulam e instrumentalizam a presença chinesa conforme seus

projetos internos de poder, desenvolvimento e estabilidade, inserindo-se ativamente no processo e contestando leituras que os consideraram passivos.

Assim, pode-se averiguar que os objetivos do trabalho foram atingidos ao conseguir avaliar os antecedentes históricos das relações da China com Angola e Moçambique, ao apontar como as teorias se encontram aplicadas e justificam o modelo de atuação chinês, bem como aponta visões quanto à atuação da mesma. Ainda que os objetivos da pesquisa tenham sido atingidos, este trabalho apresenta limitações que devem ser reconhecidas. A análise baseou-se de maneira predominante em fontes secundárias e documentos oficiais, o que implica com narrativas as quais carregam perspectivas e interesses próprios.

A barreira linguística, também foi um dos fatores que mais influenciaram na limitação, ainda que a análise compunha países lusófonos, o acesso a documentos chineses e a bibliografia de autores se fez limitada. Apesar destes, o estudo buscou mitigar tais limitações por meio do cruzamento de diferentes tipos de fontes acadêmicas e institucionais, permitindo uma interpretação mais consistente.

Para pesquisas futuras, planeja-se superar essas limitações com a incorporação de análises empíricas e dados primários para o aprofundamento e maior compreensão das experiências locais e das assimetrias presentes nas relações sino-africanas. Ainda, aspirando uma análise mais completa com possível análise comparativa com outros países lusófonos africanos, avaliação das respostas africanas à competição sino-ocidental, investigação do papel de elites políticas africanas na negociação com a China e a análise dos efeitos de crises globais (pandemia, conflitos geopolíticos, reconfiguração energética) no eixo China–África.

6. REFERÊNCIAS

[THE VIEW]. Intérprete: Stray Kids. Compositor: Bang Chan, Changbin, Han, Krysta Youngs, TELYKAST. In: NOEASY. [Seul]: JYP Entertainment, 2021. 1 CD, faixa 5 (3 min 22 s).

ACHARYA, Amitav. From heaven to Earth: 'Cultural idealism' and 'moral realism' as Chinese contributions to global international relations 1. In: *Globalizing IR Theory*. Routledge, 2020. p. 158-185.

ALDEN, Chris; ROQUE, Paula. China em Moçambique: Prudência, compromisso e colaboração. A Mamba e o Dragão. Relações Moçambique-China em perspectiva. Maputo and Johannesburg: IESE/SAIIA, p. 11-32, 2012.

ANDRADE, Cardoso Domingos. Cooperação Sul-Sul: o caso de investimento direto da China em Moçambique no setor de infraestrutura. 2023.

ARMON, Jeremy; HENDRICKSON, Dylan; VINES, Alex. The Mozambican peace process in perspective. *Accord*, v. 3, 1998.

ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo : Boitempo, 2008.

BAMBO, Tomé Fernando; SCHOR, Adriana. Cooperação chinesa para o desenvolvimento: o caso de Moçambique. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, v. 47, n. 255, p. 159-185, 2022.

BARBIERI JUNIOR, Walter. Uma análise do processo de constituição do Estado nacional como eixo da ascensão chinesa no capitalismo internacional. 2015. Acesso em: 25 maio 2025.

BEGU, Liviu Stelian et al. China-Angola investment model. *Sustainability*, v. 10, n. 8, p. 2936, 2018.

BIRMINGHAM, David. A short history of modern Angola. Oxford University Press, 2016.

BORGES, Egly Sterfane da Silva. Moçambique: OS CONFLITOS DA INDEPENDÊNCIA E DO PÓS-COLONIALISMO. *Humanidades & Inovação*, v. 10, n. 9, p. 321-329, 2023.

CABESTAN, Jean-Pierre. China's foreign-and security-policy decision-making processes under Hu Jintao. *Journal of Current Chinese Affairs*, v. 38, n. 3, p. 63-97, 2009.

CARLOS, Pedro Henrique Silverio de Oliveira. China: uma perspectiva da política externa para o modelo econômico nas eras Mao e Deng. 2022.

CHANG-SHENG, S. Do grande salto para frente à grande fome: China de 1958-1962. *Dialogos*, v. 8, n. 1, p. 107 - 129, 2004.

CHICHAVA, Sérgio. Mozambique and China: from politics to business. Institute of Social and Economic Studies Discussion Paper, n. 5, p. 3, 2008.

CHICHAVA, Sergio. Chinese agricultural investment in Mozambique: The case of Wanbao rice farm. Policy Brief, 2014.

CHICHAVA, Sérgio et al. Discursos e narrativas sobre o engajamento brasileiro e chinês na agricultura moçambicana. BRITO, L.; CASTEL-BRANCO, C.; CHICHAVA, S, 2013.

CHINAGLIA, Pedro Henrique; VIANA, Waleska Cariola. ESTADO WESTFALIANO VERSOS ESTADO-NAÇÃO E SEUS REFLEXOS NAS COLÔNIAS DA AMÉRICA LATINA WESTPHALIA STATE NATION STATE VERSES AND ITS CONSEQUENCES IN THE COLONY OF LATINOAMÉRICA. 2019.

CONTESSI, Nicola P. Experiments in soft balancing: China-led multilateralism in Africa and the Arab world. *Caucasian Review of International Affairs*, v. 3, n. 4, p. 404, 2009.

COX, Robert W. **Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method**. *Millennium*, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.

CUNHA, Thaysa de Azevedo et al. **Megaprojetos chineses e desenvolvimento territorial: o caso de Moçambique**. 2023.

CUNHA, Thaysa; DA SILVA, Robson Dias. RELAÇÃO SINO-MOÇAMBICANA E O PAPEL DOS MEGAPROJETOS NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE MOÇAMBIQUE. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**= *Brazilian Journal of African Studies*, v. 9, n. 17, 2024.

DA COSTA, Jales Dantas. In: **Capitalismo Histórico e Alternativas: diálogos com Análises dos Sistemas-Mundo**. 2016. Acesso em: 25 maio 2025.

DA CRUZ, Leon Nazaré; HERREROS, Mário Miguel Amin Garcia. A POLÍTICA INTERNACIONAL AGRÍCOLA DA CHINA NA ÁFRICA. **Revista de Geopolítica**, v. 10, n. 2, p. 33-47, 2019.

DA SILVA, Antônio Carlos Matias. **Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências**. NEARI em Revista, v. 4, n. 5, 2018.

DALLMAYR, Fred Reinhard; ZHAO, Tingyang (Ed.). **Contemporary Chinese political thought: debates and perspectives**. University Press of Kentucky, 2012.

EADIE, Gail A.; GRIZZELL, Denise M. **China's foreign aid, 1975–78**. *The China Quarterly*, v. 77, p. 217-234, 1979.

Embaixada da República Popular da China no Brasil. **China renova pedido de construção de FTAAP**. 2016. Disponível em : http://br.China-embassy.gov.cn/por/szxw/201612/t20161201_4395548.htm. Acesso em : 25 maio 2025

FERNANDES, Florestan (org.). *Grandes Cientistas Sociais* ; 005 [Coleção] **Lenin: política**. São Paulo: Ática, 1978. 186 p. (Coleção grandes cientistas sociais ; 5). Acesso em: 25 maio 2025.

FREIRE, Maria Raquel. **Política externa: as relações internacionais em mudança**, 2ª edição. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2015.

GARCIA, Francisco Proença. **China's economic presence in Mozambique**. Estudos Internacionais, v. 8, n. 3, p. 110-127, 2020.

GERMAN, L. et al. **Comércio e investimento chinês seus impactos sobre as florestas: um estudo exploratório nas florestas de miombo**. 2013.

GUARDIOLA, Nicole; GONÇALVES, Jonuel. China, África e América latina de braços abertos. *In: Revista África 21*. SANTOS, Carlos Pinto (ORG.). *ÁFRICA 21*. 2013. [S.l.: S.n.]. v. 74.

GUIMARÃES, Fernando Andresen. **The Origins of the Angolan Civil War: Foreign Intervention and Domestic Political Conflict**. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2001.

HARRIS, Eirik Lang; SCHNEIDER, Henrique (Ed.). **Adventures in Chinese realism: Classic philosophy applied to contemporary issues**. State University of New York Press, 2022.

HEIERMANN, F. A. . **POLÍTICA EXTERNA DA China SOB XI JINPING NAS NAÇÕES UNIDAS: DA PASSIVIDADE À PROATIVIDADE NOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS**. *Caderno de Relações Internacionais*, [S. l.], v. 15, n. 29, 2025. Disponível em: <https://revistas.faculdaedamas.edu.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/3149>. Acesso em: 1 jun. 2025.

HELDT, Eugénia C.; SCHMIDTKE, Henning; SERRANO OSWALD, Omar. Multilateralism à la carte: **How China navigates global economic institutions**. *Review of International Political Economy*, v. 32, n. 4, p. 899-921, 2025.

HOGUANE, Antonio Mubango. Perfil diagnóstico da zona costeira de Moçambique. **Revista de Gestão Costeira Integrada**-Journal of Integrated Coastal Zone Management, v. 7, n. 1, p. 69-82, 2007.

HONG-MING, Zhang. A política chinesa na África. **Abrindo os Olhos para a China**, organizado em 2004. Acesso em: 25 maio 2025.

HÖRING, Jéssica da Silva. **Os Movimentos de Libertação Nacional em Angola: trajetória política, guerra civil e impactos sobre a construção do Estado (1975-2002)**. 2015.

HORTA, Loro. The Zambezi Valley: China's First Agricultural Colony?. *Farmland grab*, 2008. Disponível em: <<http://www.farmlandgrab.org/post/view/2377>> Acessado em: 02/10/2018.

JACKSON, Steven F. China's **Third World foreign policy**: The case of Angola and Mozambique, 1961–93. *The China Quarterly*, v. 142, p. 388-422, 1995.

JOSEPH, William A. (Ed.). *Politics in China: an introduction*. Oxford University Press, 2019. Acesso em: 25 maio 2025.

JUNIOR, Márcio José Oliveira. **As raízes da política externa chinesa**: perspectivas para a inserção no século XXI. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Curso de Relações Internacionais, p. 122, 2013.

JUREŃCZYK, Łukasz. **Analysing China's "Angola Model"**: A Pattern for Chinese Involvement in Africa?. *The Strategic Review for Southern Africa*, v. 42, n. 2, p. 43-61, 2020.

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. Paralelos entre a Revolução Russa e a Revolução Chinesa: camponeses, teóricos e revolucionários. *História (São Paulo)*, v. 40, p. e2021056, 2021.

LECHINI, Gladys Teresita. **China en África**: discurso seductor, intenciones dudosas. 2013.

LIMA, Anna Terra Costa Correia et al. **A política externa chinesa na era de Xi Jinping**. 2023.

LOUZEIRO, Gabriel Lucas Soares Miranda. **A influência do Partido Comunista chinês no Desenvolvimento Econômico da China (1949-2001)**. LABORATÓRIO DE ECONOMIA, p. 164. Acesso em: 25 maio 2025.

LUTERMAN, Daniel de Campos. **A China em busca de poder**: os interesses chineses em Angola no início do século XXI. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Guerra Naval (EGN).

MBAH, Jean Martial Arsene. **As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (1961-1975)**. Luanda: Mayamba Editora, 2010.

MENDES, Carmen Amado. República Popular da China. **Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança**, p. 339-360, 2011. Acesso em: 25 maio 2025.

MFA. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. China's Initiation of the Five Principles of Peaceful Co-Existence.
https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/wjls/3604_665547/202405/t20240531_11367542.html

MFA. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. 2016. A Changing China and Its Diplomacy.
https://www.mfa.gov.cn/eng/wjb/wjbz/jh/202405/t20240527_11312148.html

MILARÉ, Luís Felipe Lopes. **Chinese industrialization from the New-Developmental perspective**. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 40, p. 53-67, 2020. Acesso em: 25 maio 2025.

MILARÉ, Luís Felipe Lopes. **O processo de industrialização chinesa: uma visão sistêmica**. 2011. Acesso em: 25 maio 2025.

MUNSLOW, Barry. **Mozambique**: the revolution and its origins. 1983.

NEWITT, Malyn. **A history of Mozambique**. Indiana University Press, 1995.

NEWITT, Malyn. **Angola in Historical Context**. In: CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno (Org.). Angola: The Weight of History. Londres: Hurst Publishers, 2007. p. 19-92.

NEWITT, Malyn. **A short history of Mozambique**. Oxford University Press, 2017.

NZOVO, Tiago Bassika. A presença chinesa na reconstrução de Luanda. In: I Seminário Internacional História do Tempo Presente-ISSN 2237 4078. 2014.

O IMPERIALISMO Fase Particular do Capitalismo. In: LENINE, Vladimir Ilitch. O Imperialismo. Fase Superior do Capitalismo. 4. ed. [S. l.]: Centauro, 2008. cap. VII, p. 87-97. ISBN 8588208407. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>. Acesso em: 30 maio 2025.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. Governando a China: a quarta geração de dirigentes assume o controle da modernização. **Revista Brasileira de política internacional**, v. 46, p. 138-160, 2003. Acesso em: 30 maio 2025.

PAUTASSO, Diego. **As relações econômicas internacionais entre China e Angola**. Meridiano 47–Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais, p. 23-25, 2009.

PAUTASSO, Diego. A Economia Política Internacional da China para Angola e os caminhos da transição sistêmica. SÉCULO XXI: Revista de Relações Internacionais-ESPM, v. 1, n. 1, p. 107-126, 2010.

POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. Unesp, p.25, 2003.

POWER, Marcus; CRISTINA, Ana Alves (Ed.). China and Angola: a marriage of convenience?. Fahamu/Pambazuka, 2012.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Diário do Governo n.º 23/1975**, 1º Suplemento, Série I de 1975-01-28. [S. l.], 28 jan. 1975. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/acordo/1975-319897>. Acesso em: 13 out. 2025

RAMALHO, Pinto. Estratégia. Inst. Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1994.

REIS, Fidel Raul Carmo. : uma reflexão em torno do papel da mulher na luta de libertação nacional. O **cOlhar a face escondida da lua** do MPLA (1960-1965). Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades, v. 11, n. 1, 2023.

ROMAN, Maitê; DRESCH, Victor Hugo. ROMPIMENTO DA ALIANÇA SINO-SOVIÉTICA: A INFLUÊNCIA DOS RESPECTIVOS LÍDERES E DA POLÍTICA DOMÉSTICA CHINESA. **Revista Perspectiva**: reflexões sobre a temática internacional, v. 10, n. 19, 2017. Acesso em: 30 maio 2025.

ROQUE, Paula; ALDEN, C. China in Mozambique: A Cautious Approach: Country Case Study. Johannesburg: South African Institute of International Affairs, 2009.

RUPIYA, Martin. **Historical Context: War and Peace in Mozambique**. In: VINES, Alex; HENDRICKSON, Dylan; ARMON, Jeremy. The Mozambican Peace Process in Perspective. Londres: Conciliation Resources, 1998. v. 3, p. 10-17. ISBN 1365-0742. Disponível em: https://rc-services-assets.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/The_Mozambican_Peace_Process_in_Perspective_Accord_Issue_3.pdf#page=10.19. Acesso em: 11 set. 2025.

SILVEIRA, Maria Anabela Ferreira da. **Dos nacionalismos à guerra: os movimentos de libertação Angolanos (1945-1965)**. Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2011.

SOMERVILLE, Keith. **Angola: politics, economics and society**. Londres: Frances Pinter, 1986.

STENSLIE, Stig; GANG, Chen. Xi Jinping's Grand Strategy: From Vision to Implementation. In: ROSS, Robert S.; BEKKEVOLD, Jo Inge (Ed.). **China in the era of Xi Jinping: Domestic and foreign policy challenges**. Georgetown University Press, 2016.

TAYLOR, Ian. **China and Africa: Engagement and compromise**. Routledge, 2007.

TAYLOR, Ian. **Chinese foreign policy towards Mozambique, 1963-1997**. Southern Journal for Contemporary History, v. 23, n. 1, p. 65-78, 1998.

THOMPSON, Drew. : Implications for the United States and Taiwan. Issues & Studies, v. 56, n. 01, p. **The Rise of Xi Jinping and China's New Era** 2040004, 2020. Acesso em: 30 maio 2025.

TIEN, Hung-mao; CHU, Yun-han (Ed.). **China under Jiang Zemin**. Lynne Rienner Publishers, 2000. Acesso em: 30 maio 2025.

TINGYANG, Zhao. **A Political World Philosophy in terms of All-under-heaven (Tian-xia)**. Diogenes, v. 56, n. 1, p. 5-18, 2009.

TINGYANG, Zhao. **Chinese World Outlook: All-under-Heaven System**. Zhenglai Deng (der.) Globalization and Localization: The Chinese Perspective, World Scientific Publishing Company, p. 139-155, 2011.

TU, Jianjun. **Sino-African relations: historical development and long-term challenges**. China: An International Journal, v. 6, n. 2, p. 330-343, 2008. Acesso em: 25 maio 2025. Acesso em: 30 maio 2025.

VAN DER WAALS, W. S. **Guerra e paz: Portugal/Angola (1961-1974)**. Tradução: Helena Maria Biosa. Alfragide: Casa das Letras, 2011.

Verbete: Nacionalismo. In: **Encyclopaedia Britannica**. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Soviet-Union>. Acesso em: 25 maio 2025.

VICENTE, Vitor Manuel Macedo Bombico Silveira. **O Envolvimento Geoestratégico da China no Acesso aos Recursos Energéticos na África Austral: Os Casos de Angola e Moçambique.** 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade de Evora (Portugal).

VIEIRA, Victor Carneiro Corrêa. **From third world theory to belt and road initiative: International aid as a chinese foreign policy tool.** Contexto Internacional, v. 41, n. 03, p. 529-551, 2019. Acesso em: 30 maio 2025.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Os paradoxos da revolução russa: ascensão e queda do socialismo soviético (1917-1991):** novas teses sobre o stalinismo, as guerras e a queda da URSS. Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2017. 154 p. ISBN 9788550800592.

WEIGERT, Stephen. **Angola: A modern military history, 1961-2002.** Springer, 2011.

XAVIER, Nathaly Silva. **A política externa chinesa e a recepção dos países africanos: o contraste entre Zâmbia e Angola (1989-2009).** 2011.

XIANG, S.; MARCOS TSAI, P. **Tianxia e suas contrapartes decoloniais: “China” como civilização, não etnia.** Modernos & Contemporâneos - International Journal of Philosophy [issn 2595-1211], [S. l.], v. 8, n. 19, p. 199–218, 2024. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/modernoscontemporaneos/article/view/5348>. Acesso em: 31 jul. 2025.

XUETONG, Yan. **The rise of China and its power status.** The Chinese journal of international politics, v. 1, n. 1, p. 5-33, 2006.

XUETONG, Yan; BELL, Daniel; SUN, Zhe. **Ancient Chinese Thought. Modern Chinese Power,** p. 153-184, 2011.

XUETONG, Yan. **Political leadership and power redistribution.** The Chinese Journal of International Politics, v. 9, n. 1, p. 1-26, 2016.

XUETONG, Yan. **Leadership and the rise of great powers.** Princeton University Press, 2019.

YANG, Benjamin (1990). **From Revolution to Politics: Chinese Communists on the Long March.** Westview Press. p. 233. ISBN 0-8133-7672-6

YOSHIHUMI, Nakai. **Foreign Policy of the Post-Jiang Zemin Era.** China's New Leadership, p. [25]-38, 2003. Acesso em: 30 maio 2025.

ZEMIN, Jiang. **Reflections on China's energy problem.** Journal of Shanghai jiaotong university. 2008. Acesso em: 30 maio 2025.

ZHAO, Tingyang. **Rethinking empire from a Chinese concept ‘All-under-Heaven’(Tian-xia,).** Social Identities, v. 12, n. 1, p. 29-41, 2006.

ZHAO, Tingyang. **Redefining a philosophy for world governance.** Palgrave McMillan, 2019.

ZHAO, Tingyang. **All under heaven: The tianxia system for a possible world order.** Univ of California Press, 2021.

ZHENG, Yongnian; TOK, Sow Keat. **Harmonious society and harmonious world: China's policy discourse under Hu Jintao.** Briefing series, v. 26, p. 1-12, 2007. Acesso em: 30 maio 2025.